



D I A R I O

da Assembleia da República

VI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1991-1992)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 12 DE FEVEREIRO DE 1992

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António Moreira Barbosa de Melo

Secretários: Ex.^{mos} Srs. João Domingos Fernandes de Abreu Salgado

Vítor Manuel Caio Roque

José de Almeida Cesário

Belarmino Henriques Correia

S U M Á R I O

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 25 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa de diversos diplomas.

Proseguiu a discussão, na generalidade, das propostas de lei n.^{os} 13/VI — Grandes Opções do Plano para 1992, e 14/VI — Orçamento do Estado para 1992, tendo intervindo, a diverso título, além dos Srs. Ministros do Planeamento e da Administração do Território (Valente de Oliveira), do Emprego e da Segurança Social (Silva Peneda), do Mar (Azevedo Soares), da Indústria e Energia (Mira Amaral) e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Ferreira do Amaral), os Srs. Deputados Jorge Lacão (PS), Silva Marques e Manuel Moreira (PSD), Luís Sá (PCP), Manuel Queiró (CDS), Álvaro Barreto (PSD), Helena Torres Marques (PS), Narana Coissoró (CDS), Domingos Azevedo (PS), Octávio Teixeira (PCP), Guilherme Oliveira

Martins (PS), Apolónia Teixeira (PCP), João Proença e Elisa Damão (PS), Pereira Lopes (PSD), Lino de Carvalho (PCP), Rui Rio e Rui Carp (PSD), José Apolinário e José Reis (PS), António Vairinhos e Arménio Santos (PSD), Jerónimo de Sousa (PCP), José Penedos (PS), Nogueira de Brito (CDS), Manuel Sérgio (PSN), Pedro Passos Coelho (PSD), António José Seguro (PS), Isabel Castro (Os Verdes), José Sócrates e Leonor Coutinho (PS), João Corregeador da Fonseca (Indep.), João Matos e Fernando Costa (PSD) e Manuel dos Santos (PS).

A Câmara aprovou um parecer da Comissão de Regimento e Mandatos denegando autorização a um deputado do PCP para depor em tribunal.

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 42 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 25 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Abílio Sousa e Silva.
Adérito Soares Campos.
Alberto Monteiro de Araújo.
Álvaro Bissaia Barreto.
Álvaro José Martins Viegas.
Ana Paula Matos Barros.
António Barbosa de Melo.
António Correia Vairinhos.
António da Silva Bacclar.
António de Carvalho Martins.
António do Carmo Malveiro.
António Esteves Morgado.
António Fernandes Alves.
António Germano Sá e Abreu.
António Santos Pires Afonso.
Aristides Alves Teixeira.
Arlindo da Silva Moreira.
Arménio dos Santos.
Belarmino Henriques Correia.
Bernardino Gata da Silva.
Carlos Duarte Oliveira.
Carlos Lopes Pereira.
Carlos Manuel Gonçalves.
Carlos Miguel de Oliveira.
Carlos Oliveira da Silva.
Cecília Pita Catarino.
Delmar Ramiro Palas.
Domingos Duarte Lima.
Domingos José Soares Lima.
Duarte Rogério Pacheco.
Elói Franklin Ribeiro.
Ema Maria Lóia Paulista.
Fernando Cardoso Ferreira.
Fernando dos Reis Condeesso.
Fernando dos Santos Antunes.
Fernando Marques de Andrade.
Fernando Monteiro do Amaral.
Filipe Manuel Silva Abreu.
Francisco Antunes da Silva.
Francisco Bernardino Silva.
Guido Orlando Rodrigues.
Guilherme Rodrigues Silva.
Hilário Azevedo Marques.
Isilda Maria Pires Martins.
João do Lago Mota.
João Granja da Fonseca.
João José da Silva Maçãs.
João José Pedreira de Matos.
João Salgado.
Joaquim Cardoso Martins.
Joaquim Eduardo Gomes.
Joaquim Fernandes Marques.
Joaquim Vilela Araújo.
Jorge Paulo Roque da Cunha.
José Álvaro Pacheco Pereira.
José Augusto Silva Marques.
José Bernardo Falcão Cunha.
José Borregana Meireles.

José de Almeida Cesário.
José Freitas Costa Leite.
José Júlio Carvalho Ribeiro.
José Leal Ferreira Piedade.
José Leite Machado.
José Macário Correia.
José Manuel da Silva Costa.
José Mário Gaspar.
José Mário Lemos Damião.
José Reis Leite.
Luís António Martins.
Luís Carrilho da Cunha.
Luís Filipe Pais de Sousa.
Manuel Acácio Martins Roque.
Manuel Antero Cunha Pinto.
Manuel Azevedo.
Manuel Baptista Cardoso.
Manuel Casimiro de Almeida.
Manuel Castro de Almeida.
Manuel Lima Amorim.
Manuel Maria Moreira.
Maria da Conceição Pereira.
Maria de Lurdes Póvoa Costa.
Maria Fernanda Dias Cardoso.
Maria Helena Ramos Mourão.
Maria Luísa Ferreira.
Maria Manuela Aguiar.
Maria Margarida de Sousa.
Marília Dulce Pires Morgado.
Mário Belo Maciel.
Mário de Oliveira Santos.
Miguel Bento Macedo e Silva.
Nuno Delerue Alvim de Matos.
Olinto da Cruz Ravara.
Pedro e Holstein Campilho.
Rui Alberto Limpo Salvada.
Rui Carlos Alvarez Carp.
Rui Chancerelle de Machete.
Rui Fernando da Silva Rio.
Rui Manuel Lobo Gomes Silva.
Simão José Ricon Peres.
Vasco Francisco Miguel.
Virgílio de Carneiro.
Vítor Manuel Igreja Raposo.
Vítor Pereira Crespo.

Partido Socialista (PS):

Alberto Arons de Carvalho.
Alberto Bernandes Costa.
Alberto de Oliveira e Silva.
Américo Albino Saltério.
Ana Maria Bettencourt.
António Alves Martinho.
António Correia Campos.
António da Silva Braga.
António de Almeida Santos.
António Domingues Azevedo.
António Luís Santos Costa.
António Marques Júnior.
António Oliveira Guterres.
António Poppe Lopes Cardoso.
António Ribeiro da Silva.
Artur Pereira dos Penedos.
Carlos Cardoso Lage.
Carlos Manuel Luís.

Eduardo Ferro Rodrigues.
 Elisa Maria Ramos Damião.
 Eurico José de Figueiredo.
 Fernando Manuel Costa.
 Fernando Pereira de Sousa.
 Fernando Pereira Marques.
 Guilherme de Oliveira Martins.
 Helena Torres Marques.
 Jaime José Matos da Gama.
 João António Gomes Proença.
 João Ferraz de Abreu.
 João Maria Meneses Ferreira.
 João Rui Gaspar de Almeida.
 Joaquim Fialho Anastácio.
 Jorge Lacão Costa.
 Jorge Paulo Almeida Coelho.
 José Barbosa Mota.
 José Ernesto dos Reis.
 José Gameiro dos Santos.
 José Manoel Lello Almeida.
 José Martins Goulart.
 José Rebelo dos Reis Lamego.
 José Rodrigues dos Penedos.
 Júlio da Piedade Henriques.
 Júlio Miranda Calha.
 Laurentino José Castro Dias.
 Leonor Coutinho Santos.
 Luís Capoulas Santos.
 Manoel António dos Santos.
 Maria Julieta Sampaio.
 Maria Santa Clara Gomes.
 Mário Manoel Videira Lopes.
 Raul Fernando Costa Brito.
 Rogério Conceição Martins.
 Rui António Ferreira Cunha.
 Rui Rabaça Vieira.
 Vítor Manoel Caio Roque.

Partido Comunista Português (PCP):

Agostinho Nuno Lopes.
 Apolónia Maria Teixeira.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 José Manoel Maia.
 Lino Marques de Carvalho.
 Luís Manoel Viana de Sá.
 Miguel Urbano Rodrigues.
 Octávio Augusto Teixeira.

Centro Democrático Social (CDS):

Casimiro da Silva Tavares.
 Manoel Rodrigues Queiróz.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

André Valente Martins.
 Isabel Maria Almeida Castro.

Partido da Solidariedade Nacional (PSN):

Manoel Sérgio Vieira Cunha.

Deputados independentes:

João Corregedor da Fonseca.
 Luís Emídio Mateus Fazenda.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, tem a palavra o Sr. Secretário João Salgado para dar conta de uma decisão da Comissão de Equipamento Social e dos diplomas que deram entrada na Mesa.

O Sr. Secretário (João Salgado): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, a Comissão de Equipamento Social informou que a audição parlamentar n.º 5/VI, que diz respeito ao processo de encerramento da linha do Tua e suas consequências económicas e sociais, foi rejeitada, em reunião da referida Comissão, com votos contra do PSD e votos a favor do PS e do PCP.

Deram entrada na Mesa, e foram admitidos, os seguintes diplomas: projectos de lei n.º 81/VI — Programa de rearborização para áreas percorridas por incêndios florestais (PCP), que baixou à 11.ª Comissão, 82/VI — Programa de emergência para a defesa da floresta portuguesa (PCP), que baixou à 11.ª Comissão, 83/VI — Criação da freguesia de Linda-a-Velha (PCP), que baixou à 6.ª Comissão, 84/VI — Criação da freguesia de Quelhas/Linda-a-Pastora (PCP), que baixou à 6.ª Comissão, 85/VI — Criação da freguesia de Cruz Quebrada/Dafundo (PCP), que baixou à 6.ª Comissão, e 86/VI — Criação da freguesia de Algés (PCP), que baixou à 6.ª Comissão; projecto de resolução n.º 8/VI — Promove a realização de um seminário sobre fogos florestais e defesa do ordenamento da floresta portuguesa e do espaço rural (PCP), e proposta de resolução n.º 2/VI, da iniciativa do Governo, que aprova para ratificação o Acordo Internacional da Juta e Produtos da Juta, que baixou à 7.ª Comissão.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lacão.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Quando e sempre que o PSD prometeu aos Portugueses «menos Estado e melhor Estado», o Governo encarregou-se de aumentar o peso do Estado e da Administração, utilizados como troféus ao serviço de uma política que tem tanto de centralizadora como de ineficaz.

Não é necessário grande esforço demonstrativo para provar esta afirmação, bastando invocar o presente aumento fiscal, de mais de 30 %, para se concluir que o Estado administrador continua, às mãos do PSD, a prosseguir um caminho, sem paralelo, de ataque aos contribuintes e ao rendimento das famílias portuguesas.

Entretanto, se tivermos em consideração que a par do Orçamento, o sector público administrativo se encarrega da gestão de, pelo menos, 80 % dos subsídios comunitários e que a sua utilização representa, no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio, 30 % do total do investimento nacional, concluimos, com facilidade, que o Estado administrador está transformado em Estado patrão, em proporções nunca vistas em Portugal.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Um Estado patrão que, todavia, se disfarça, eximindo-se ao controlo efectivo que só a fiscalização democrática realmente permite.

Por um lado, assistimos à apresentação das propostas de lei sobre as Opções do Plano e sobre o Orçamento, já sob uma situação de condicionamento ditada pelo chamado Q2, e pelas posições do ECOFIN — numa limitação muito censurável às opções que ao Parlamento Nacional, em primeira via, compete tomar.

Por outro lado, verifica-se que a aplicação do chamado Plano de Desenvolvimento Regional, onde se integram os diversos programas operacionais com utilização das verbas comunitárias, tem escapado, no essencial, ao controlo parlamentar.

Nesta medida, o Estado patrão, que o PSD deu à luz, comporta-se como uma espécie de hidra de muitas cabeças, cada qual funcionando como centro de paternalismo sobre a sociedade, de clientelismo face às burocracias e de favoritismo perante os cidadãos que, em lugar de favorecer, prejudica, e muito, o progresso do País, o desenvolvimento de uma sociedade aberta e a modernização das estruturas produtivas.

Mas tal situação não é inevitável, porque não é inevitável que o Parlamento, a representação nacional e os Portugueses se conformem a ver degenerar, sem reagir, as potencialidades úteis dos instrumentos institucionais ao serviço do desenvolvimento. Assim, e por exemplo, é necessário e urgente denunciar a farsa que representa a aprovação das Grandes Opções do Plano, pois, tal como nos são apresentadas, para mais nada servem do que para justificar as orientações macroeconómicas estabelecidas no Orçamento. A verdade, porém, é que em nada contribuem para clarificar autênticas e verdadeiras estratégias de desenvolvimento, em nada espelham orientações de concertação estratégica na área do investimento público, associando as políticas públicas à iniciativa dos particulares, e em nada reflectem indicações seguras quanto às prioridades do desenvolvimento regional.

Neste sentido, as Grandes Opções do Plano não passam de uma declaração para encerrar, logo de seguida, nas gavetas do esquecimento e se alguma coisa reflectem é a agonia em que vivem os mecanismos da concertação social em Portugal e que o Governo pretende reduzir às políticas de rendimentos e preços, mas que as exigências da modernidade impõem que se estendam à discussão aberta sobre os caminhos da economia portuguesa.

A sociedade civil está longe — muito longe — de ser suficientemente levada em consideração pelo actual Governo e pelo PSD. E se assim é na esfera da concertação, não o é menos no mundo do poder local, onde a representação das comunidades exige instrumentos eficazes de resposta às exigências prementes do bem-estar e da qualidade de vida.

Ao contrário do que é a situação corrente em todos os países comunitários, em Portugal a vida autárquica tem vindo, às mãos do PSD, a ser ameaçada de estrangulamento em cada ano que passa.

Não pode compreender-se, nem pode aceitar-se, que seja justamente no ano em que os impostos sobem para além de todos os limites que as transferências de verbas para as autarquias toquem o ponto mais baixo na sua relação com as receitas do Estado.

Como poderemos dar crédito a qualquer proclamação de confiança no poder local, que nos países da Comunidade absorvem, em média 20, 30, e mais por cento...

O Sr. Rui Carp (PSD): — 50 %, 60 % ou 100 %.

O Orador: — ...das receitas públicas, quando, em Portugal, as transferências pelo Fundo de Equilíbrio Financeiro vão baixar, uma vez mais, dos já inexplicáveis 7 % para apenas 6 % da receita do Estado.

Saibam os Portugueses que os seus municípios vão receber do Orçamento do Estado, em média, verbas apenas comparáveis às que recebiam as câmaras municipais antes do 25 de Abril de 1974.

O Sr. Ferro Rodrigues (PS): — É um escândalo!

O Orador: — Voltamos, por esta via, aos velhos autorismos de Estado, conduzidos pela burocracia do Terreiro do Paço.

O princípio constitucional da justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas autarquias está drasticamente posto em causa. Isto só tem uma justificação política: a de que o projecto do Primeiro-Ministro é conservador, de poder do Estado sobre a sociedade e não é, não foi e, pelos vistos, não será um projecto de devolução dos poderes do Estado aos cidadãos.

Mas os Portugueses precisam de saber mais.

Precisam de saber que a aposta do Governo em diminuir as transferências para as autarquias locais tem um duplo objectivo. Por um lado, um objectivo politiquero e mesquinho, ou seja, o de pretender sugerir que as dificuldades das autarquias são, no geral, culpa da má gestão dos seus autarcas — assim se compromete mais a imagem do poder local e se justifica perante a opinião pública a política do autoritarismo de Estado.

Tal atitude está a despertar, todavia, a indignação de todos os autarcas, de norte a sul do País. E não admira vê-los unidos, do PCP ao CDS, do PSD ao PS, em denúncia comum quanto às arbitrariedades de que são alvo por este Governo e pela sua proposta de Orçamento.

O Sr. Alberto Martins (PS): — Muito bem!

O Orador: — A proposta de Orçamento esconde mal o segundo objectivo do Governo, que é o de a diminuição das verbas a transferir para as autarquias dever ser compensada pelo aumento dos chamados impostos municipais.

De forma ainda envergonhada, o Governo prepara-se para aumentar, mais e mais, a já pesada carga fiscal sobre os contribuintes portugueses. Para quem tivesse dúvidas, o Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território encarregou-se ontem de as desfazer, afirmando que da parte das autarquias, e cito, «há uma dependência exacerbada em relação às transferências da administração central», fim de citação, o que, nas circunstâncias presentes, se não é uma manifestação de cegueira é uma manifestação de cinismo. O Sr. Ministro explicou, e voltou a citar, «que a tendência é para assegurar mais receitas próprias aos municípios». Percebe-se a intenção.

O Governo pede autorização para legislar em matéria de Código de Avaliações e esconde mal que é por via da contribuição autárquica, tanto sobre os prédios rústicos como sobre os prédios urbanos, que prepara um novo assalto ao rendimento das famílias.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Perante a evidência dos factos que se anunciam, é necessário, desde já, mobilizar activamente um espírito de resistência a uma política profundamente contrária, em tudo, à justiça, à igualdade de oportunidade e ao desenvolvimento equilibrado do País.

O Governo do PSD, patrão deste Estado patrão, comporta-se perante as comunidades locais sem uma perspectiva de futuro e sem uma visão solidária.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Por isso, quando lhe perguntamos se está preparado para criar, até às próximas eleições autárquicas,

as regiões administrativas e, com isso, permitir às regiões portuguesas uma participação efectiva na definição e na execução das estratégias de desenvolvimento regional, essenciais à integração de Portugal, com êxito, no espaço europeu, o Governo não responde, ele e a maioria encolhem os ombros.

O Sr. Alberto Martins (PS): — Muito bem!

O Orador: — Também por isso, quando propomos a descentralização de competências da administração central para a administração local, com determinação das atribuições susceptíveis de melhor concretização no plano dos municípios, o Governo e a maioria embaraçam-se e não dizem coisa que se aproveite.

O Sr. Alberto Martins (PS): — É verdade!

O Orador: — Quando apresentamos uma solução global sem agravamento da despesa pública, para um novo regime de finanças locais, o Governo e a maioria fogem do problema como o diabo foge da cruz, porque aquilo que querem é perpetuar as burocracias de Estado e o Estado burocrático.

Aplausos do PS.

Quando alertamos para os problemas do desenvolvimento do interior e para o facto de as grandes cidades exigirem novos e eficazes instrumentos de intervenção, o Governo e a maioria apressam-se a dizer que há os contratos programa e que há no orçamento do Ministério do Planeamento e da Administração do Território 1,6 milhões de contos para a sua execução.

Porém, sem fundos de financiamento estabelecidos com clareza, sem regras de acesso definidas, árcas de investimento tipificadas, modalidades de contratualização estabelecidas entre a administração central e a administração local não é possível discutir seriamente políticas estratégicas para o desenvolvimento do mundo rural e das grandes cidades.

O Sr. Alberto Martins (PS): — Muito bem!

O Orador: — Depois não há que admirar que os velhos problemas de pobreza e estagnação no interior, de nova pobreza e ruptura nas metrópoles, subsistam como problemas novos a ameaçar as exigências mínimas da coesão económica e social entre os Portugueses.

E não é possível tolerar que aumentos de 7 % para os municípios urbanos, como o de Lisboa ou o do Porto, que vão ser integralmente absorvidos pela inflação e pelos aumentos do IRS e do IVA, que passa nas empreitadas públicas de 8 % para 16 %, sejam tidos como capazes de contribuir para dar resposta aos grandes problemas das áreas metropolitanas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Afinal, é onde o PSD é minoritário que mais promove a limitação das receitas. O que está em causa para o PSD não é, afinal, o bem-estar geral dos cidadãos, mas sim, e sobretudo, a forma de condicionar e manipular a vontade política dos eleitores.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estamos perante um quadro de chocante incapacidade para dar qualquer sentido às anunciatas políticas de qualidade, tanto no interior do País como nas grandes cidades.

Este Governo saiu das eleições rasgando as promessas eleitorais do PSD, atacando os rendimentos dos contribuintes, especialmente dos mais desfavorecidos, asfixiando o poder local e comprometendo, de forma drástica, as condições e a qualidade de vida dos Portugueses. Tempo perdido assim, é tempo que não se recupera.

Portanto, ou estamos perante sinais de suprema indiferença ou perante demonstrações de suprema desorientação, mas, em qualquer dos casos, os Portugueses têm o direito de saber que com o PS estaríamos a fazer muito diferente e muito melhor.

Protestos do PSD.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, inscreveram-se os Srs. Deputados Silva Marques e Manuel Morcira.

Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Lacão, não vou repetir os comentários, produzidos ontem pelo meu colega, o Sr. Deputado Manuel Morcira, sobre diversos pontos.

Neste momento, e a propósito da sua intervenção, limito-me apenas a referir que nunca, como acontece com os governos do PSD, se processou um financiamento consistentemente positivo das autarquias locais. Isto é inegável e não vou insistir mais nesse ponto.

Uma outra questão é a da percentagem das autarquias na despesa nacional. Em termos comparativos ela é baixa, mas também são baixos o domínio e a extensão das actuações e responsabilidades das autarquias. Tenho aqui um mapa comparativo relativamente à Europa e o Sr. Deputado, que com certeza também o tem, há-de verificar que o domínio e a extensão das responsabilidades das autarquias são bastante reduzidos.

O Sr. Deputado Jorge Lacão sabe muito bem que não só o meu partido mas também o próprio Governo, no seu Programa e, agora, no Orçamento do Estado, têm uma linha de transferência de novos financiamentos, em contrapartida de novas responsabilidades. Aliás, trata-se de um processo já iniciado e que se pretende prosseguir.

O Sr. Deputado escandalizou-se com a opinião do Sr. Ministro relativamente à necessidade de acentuar a autonomia de autofinanciamento das autarquias. Escandalizou-se porquê? É uma ideia altamente positiva e salutar.

O Sr. Deputado sabe que um dos aspectos mais negativos do actual financiamento das autarquias situa-se no facto de que quem cobra o imposto para financiar é o Estado, alguém que está longe, e quem gasta a receita é a autarquia.

Ora, isto é meia responsabilização, em termos de gestão autárquica, e a nossa óptica, na sequência, aliás, do comentário do Sr. Ministro, é precisamente a da plena responsabilização — quem gasta deve ter a responsabilidade de quem tira —, para que a opinião e o juízo do eleitor possam ser completos, globais e, como tal, acreditados. Este ponto de vista é inquestionável e o Sr. Deputado só se escandaliza com ele, porque tem a óptica tradicional da gestão socialista — dar, sem contar e sem responsabilizar.

É nesse ponto que quero insistir — responsabilizar. O Sr. Deputado diz que está a assistir a um quadro chocante de incapacidade do Governo e, por outro lado, que estamos no máximo da incoerência, da incapacidade e da inacção. No entanto, a avaliar pelo seu discurso, que se situa no paradigma do discurso socialista, tal como o socialismo se apresenta hoje em Portugal — apegado a um grande verbalismo e completamente distanciado do mínimo da coerência prática —, dir-lhe-ia que estamos a assistir ao máximo, ao paroxismo da vossa incoerência, da separação entre os vossos discursos e as atitudes práticas.

Assim, e como são as atitudes práticas que mais nos interessam, queria pôr em evidência a situação grave a que VV. Ex.^{as} chegaram através de um exemplo que gostava que o Sr. Deputado me comentasse. Na Câmara Municipal de Loures foi paga uma factura directamente ao Partido Comunista Português — se acaso desejar confirmar a minha afirmação, tenho aqui o documento.

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — Houve prestação de serviços? Se houve, está tudo bem.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — O que é que está lá a fazer o Sr. Deputado Pacheco Pereira?

O Orador: — Os sociais-democratas protestaram e requereram a verificação da legalidade do documento.

O Sr. Raúl Rêgo (PS): — E o que é que isso tem a ver com o Orçamento?

Risos do PS.

O Orador: — Tem.

Ora, o que se passou foi que os comunistas e os socialistas votaram contra — não querem a verificação.

Assim, quando o Sr. Deputado fala da chocante incapacidade do Governo e do máximo de incoerência relativamente à sua posição bem como à do PSD, devo dizer-lhe que era preferível que usasse de maior sobriedade nesta matéria e que não ficasse tão distanciado dos vossos actos, que são a negação chocante das vossas afirmações.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Manucl Moreira.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Deputado Jorge Lacão: Depois de vários meses de silêncio nesta Câmara, vejo que reaparece talvez para, na próxima liderança do Partido Socialista, voltar a reassumir o pelouro das autarquias locais no âmbito do seu partido.

Diria que a ocasião faz o ladrão!

Aplausos do PSD.

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — Vê-se logo que você é do outro lado daí do Douro!

Vozes do PS: — Que nível tão baixo!

O Orador: — Penso que é um disparate da parte de V. Ex.^{as}, Sr. Deputado Jorge Lacão, vir, aqui, mais uma

vez, dizer que o governo social-democrata e o PSD têm vindo a estrangular as autarquias locais. Nada de mais falso!... Penso que a nossa palavra para ser credível tem de ser demonstrada e fundamentada.

Ontem, a propósito da intervenção do Sr. Deputado Luís Sá, tive a oportunidade de comparar o aumento do FEF nos tempos dos governos da oposição e, em particular, do governo presidido pelo partido de V. Ex.^{as} — e vou repetir, refiro-me apenas ao último governo PS —, de 1983-1985, onde o FEF global previsto para os 305 municípios no País, em 1983, foi de 46,5 milhões de contos, a inflação de 25,5 % e o crescimento do FEF de 15,4 % — houve não um aumento real, mas sim um decréscimo real de 10 % do FEF, ...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Com a colaboração do PSD!

O Sr. Domingos de Azevedo (PS): — Santa ignorância!

O Sr. José Penedos (PS): — Ele descobriu as percentagens!

O Orador: — ... em 1984, o FEF foi de 51,5 milhões de contos, a inflação de 29,3 % e o crescimento do FEF 10,8 % — portanto, houve também um decréscimo real de 19 pontos percentuais.

Por isso, com que autoridade moral e política é que o Partido Socialista e V. Ex.^{as} vêm aqui condenar e criticar o Partido Social-Democrata? Será por aumentar o FEF todos os anos, como aconteceu desde 1985 até 1992?!

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — Olhe que na vida há outras coisas para além das percentagens!

O Orador: — Mais de 175 % foi o aumento do FEF desde 1985 até ao Orçamento do Estado previsto para o ano de 1992. Passamos de 65 milhões de contos, do FEF global em 1985, para 178,8 milhões de contos, que é o FEF previsto para 1992. O aumento deste ano é de 13,5 % e a inflação previsível é de 8 %. Por isso, há um aumento real de 5,5 % e não um decréscimo como aconteceu nos governos do Partido Socialista. Como tal, V. Ex.^{as} não tem autoridade para nos vir aqui criticar.

O Partido Social-Democrata e o Governo que apoiamos — está inscrito no Programa do Governo, debatido nesta Câmara — defendem aquilo que V. Ex.^{as} vem aqui quase que anunciar como grande novidade do PS, isto é, de que vão propor a revisão das leis estruturantes do poder local. O PSD também tem esse objectivo — e apoia, naturalmente, o do Governo —, para fazer a revisão global da lei de atribuições e competências das autarquias locais, da Lei das Finanças Locais e de todas as outras leis que possam vir a melhorar o funcionamento e a eficácia das autarquias locais, desde as freguesias aos municípios e, naturalmente, passando até pelas futuras regiões administrativas.

Nessa matéria, também está inscrito no Programa do Governo que o PSD, com a colaboração de todos os partidos representados nesta Câmara e procurando auscultar o sentido real das populações locais, das regiões, das forças vivas, irá concretizar esse objectivo de implementar no nosso espaço continental as regiões administrativas.

Como tal, o Sr. Deputado não está a descobrir aquilo que já está descoberto, já que essa é também uma vontade política do Partido Social-Democrata e do Governo que apoiamos.

Queria terminar, também, dizendo ao Sr. Deputado Jorge Lacão, que o Governo presidido pelo Sr. Prof. Doctor Cavaco Silva não é um governo conservador. Sabe isso muito bem, mas custa-lhe, provavelmente, reconhecer que o povo português verifica que este Governo é eminentemente moderno, reformista e social-democrata.

Se alguma coisa há a conservar é exactamente aquilo que estamos a fazer em Portugal, isto é, a modernização e o desenvolvimento do País. Nesse aspecto, queremos conservar essa linha de acção e não queremos, naturalmente, que haja paragem ou retrocesso.

(*O orador reviu.*)

Aplausos do PSD.

O Sr. Luís Sá (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para defesa da consideração e da honra da minha bancada.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Luís Sá (PCP): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Silva Marques fez uma referência à Câmara de Loures, cuja presidência, como é sabido, é do meu partido.

A respeito desta questão, queria informar a Câmara e o Sr. Deputado que o que estava em causa nesta matéria não foi qualquer pagamento da Câmara de Loures ao meu partido, mas um anúncio que a mesma entendeu fazer — tal como fazem câmaras do PSD e empresas comerciais privadas com gestores do PSD — no programa da Festa do Avante, onde vai muita gente, incluindo do PSD, que não é do meu partido.

O Sr. Lino de Carvalho: — Muito bem!

Risos do PS.

O Orador: — Repito, incluindo do PSD.

Quem tem de explicar alguma coisa à população de Loures não é o meu partido, mas sim o PSD. Por exemplo, como é que a Câmara vai pagar, em 1992, mais 300 000 contos devido ao aumento da taxa do IVA sobre empreitadas de obras públicas, como é que, contrariando a Lei das Finanças Locais, grande parte da receita que deveria ser devida a mais à Câmara de Loures e às câmaras deste país é, efectivamente, espoliada pela vossa maioria.

É isto que o PSD tem de explicar. É o PSD que deve explicar ao País e à população de Loures, em particular.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Sá: A minha explicação é, sobretudo, documental.

Sr. Deputado, sou um cidadão que procura seguir a vida do País, digamos, a vida nacional e a vida local.

Risos do PSD.

Espere que o Sr. Deputado, pelo facto de ser um deputado eleito a nível nacional, não se desinteresse pela vida local. Devemos seguir toda a vida do País em todos os seus aspectos.

Portanto, não me condene por isso!

V. Ex.^ª há-de concordar que a questão da responsabilização na nossa vida administrativa é uma questão geral que não pode sofrer compartmentação, daí que seja inteiramente pertinente que traga à colação deste debate uma questão paradigmática de responsabilização. Eu, possivelmente, embalado pela força dos documentos, incomodei-o. De qualquer modo, peço imensa desculpa!... É verdade que ninguém tem nada que pedir contas à Câmara de Loures, mas pelo menos a sua população deve pedir.

O Sr. José Penedos (PS): — O Sr. Ministro Dias Loureiro que mande inspecionar. Isto é o Orçamento do Estado.

O Orador: — Sr. Deputado, é verdade que há sempre uma razão para justificar a despesa. Foi um anúncio, sem dúvida, mas foi sobre as piscinas de Odivelas que nada têm a ver propriamente com Loures ou com o Seixal, onde se dá a Festa!...

Mas isso não interessa, é apenas um pequeno promenor!...

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Fraquinho!

O Sr. José Penedos (PS): — Isto é o Orçamento! Isto não é uma assembleia municipal!

O Orador: — Não se amofinem, Srs. Deputados.

Sr. Deputado Socialista, terá a oportunidade de dar o seu contributo criativo para o debate. Estou a tratar de uma questão importante, que diz respeito à responsabilização da vida administrativa portuguesa.

Se os Srs. Deputados se desinteressam pela questão principal da responsabilidade e responsabilização na vida administrativa portuguesa, vão muito mal. De facto, também sei que os senhores sempre gastaram o dinheiro do Estado sem grande responsabilização, mas não é essa a nossa linha política!

Sr. Deputado Luís Sá, de qualquer modo, chamava-lhe a atenção para a necessidade de haver um pouco de sobriedade nas coisas! Compreendo as vossas necessidades de financiamento, mas passar uma factura directamente em nome do Partido Comunista, que diabo, um pouco mais de sobriedade não vos fica mal!

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território.

O Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território (Valente de Oliveira): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Lacão, deixe-me felicitá-lo pela excelência demagógica de tudo quanto disse.

Aplausos do PSD.

Efectivamente, lamento que haja em tudo quanto referiu uma grande confusão em matéria de prioridades e atribuição de responsabilidades.

Sr. Deputado referiu-se às grandes cidades e ao mundo rural, quer dinheiro para tudo, quer dinheiro para desenvolver umas e outras, mas, simultaneamente, fala e critica a falta de ideias acerca do desenvolvimento regional.

Afinal, em que ficamos?! V. Ex.^a dará às grandes cidades, ao mundo rural ou às duas em conjunto com articulação?! Gostava de saber o que pensa acerca disso.

Em relação à questão dos meios e da responsabilização, o Sr. Deputado diz que ficou chocado com o meu discurso de ontem, quando referi que as autarquias deveriam ter mais receitas próprias e ficar menos dependentes das receitas do Estado. Mas, afinal, o que é a autonomia e o reforço do poder local? É ou não cobrar receitas, ser responsável pela cobrança e pela sua aplicação.

Relativamente às funções, é um hábito nas intervenções de V. Ex.^a a referência contínua à pequena parcela de transferências ou das receitas totais atribuídas às autarquias locais. O Sr. Deputado nunca fez a ligação entre funções e receitas.

Ora, seria bom, por uma questão de coerência, de clarificação, quando faz as comparações europeias ou internacionais, ligasse uma coisa com a outra. Se quiser acrescentar alguma coisa, ficarei, naturalmente, muito grato e a Câmara também.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Manoel Queiró.

O Sr. Manuel Queiró (CDS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Lacão, voltando ao Orçamento do Estado, temos de concordar com um facto simples: além dos contribuintes, as autarquias são as grandes perdedoras deste Orçamento do Estado.

Há muito anos que se sente uma pressão por parte do poder local no sentido de apontar a insuficiência das suas finanças para atender às suas necessidades.

Sr. Deputado, somos da opinião que a proximidade do poder local com o cidadão e com as suas necessidades básicas, estando sujeito à pressão cívica dos cidadãos com muito mais proximidade, faz com que o poder local tenha tendência a racionalizar muito mais os gastos públicos do que o poder central.

Portanto, a reformulação da estrutura da despesa em Portugal — que um dia se terá de fazer — passará, também, por uma maior fatia para o poder local dos meios financeiros do País, acompanhada de uma necessária política de desconcentração e transferência de competências.

É um facto que neste Orçamento do Estado algumas autarquias ficaram confrontadas com o facto de algumas despesas ficarem acrescidas por via fiscal pelo aumento da percentagem do IVA sobre empreitadas de obras públicas, que em muitas câmaras constitui uma fatia considerável das suas despesas. Assim, confrontadas com o aumento do FEF que lhes cabe e que descontada a inflação, resulta num aumento negativo real de receitas.

Isto é, obviamente, muito grave para as autarquias que têm necessidades prementes, sobretudo até em alguns sectores básicos. Por exemplo, há concelhos onde a taxa de cobertura de infra-estruturas básicas e de alguns equipamentos fundamentais ainda são claramente insuficientes.

Portanto, essas autarquias estão confrontadas com a harmonização dos seus meios financeiros, uma harmonização entre as necessidades reais e os meios financeiros para atender a essas necessidades.

Simplesmente, o Sr. Deputado na sua intervenção disse que o seu partido tinha propostas no sentido de resolver este problema sem aumento da despesa pública.

Ora bem, quero perguntar ao Sr. Deputado se faz sentido neste debate apontar essa possibilidade sem especificar que competências pensa o Partido Socialista transferir e o que é isso implicará de desida de despesa de outros sectores, nomeadamente da administração central, para que, efectivamente, se evite — o que seria extremamente grave neste Orçamento — um aumento ainda maior da despesa pública.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lacão.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sr. Presidente, procurarei ser telegráfico na minha resposta, na medida em que temos naturais dificuldades na gestão do nosso tempo.

Sr. Deputado Silva Marques, não me vou, naturalmente, reportar à questão do acto de diversão sobre a Câmara Municipal de Loures, que já está esclarecido, mas sim a uma questão fundamental.

O Sr. Deputado Silva Marques reconhece que em Portugal as autarquias não têm o mesmo nível de atribuições e competências de muitas autarquias por essa Europa fora e é nessa base que justifica a baixa percentagem da participação das autarquias locais nas transferências do Orçamento do Estado.

No entanto, a questão é simplesmente a de que o partido de que V. Ex.^a faz parte está em continuidade no Governo desde 1986 e é caso para perguntar qual foi a capacidade revelada, de 1986 a 1992, pelo Governo para promover uma descentralização efectiva na base de transferência de competências e depois na de financiamentos.

É a ausência completa de uma estratégia de descentralização que este Orçamento espelha, isto é, uma completa falência do Governo no que diz respeito à capacidade de promover, de forma flexível, instrumentos de desenvolvimento mais eficazes em todo o território nacional. Esta é a questão política fundamental para a qual estas Grandes Opções do Plano e este Orçamento do Estado continuam a não saber dar qualquer resposta.

Agradeço ao Sr. Ministro o facto de me ter suscitado um conjunto de questões que penso serem extremamente interessantes.

Diz V. Ex.^a que não apontei prioridades. Mas, Sr. Ministro, falei da necessidade de uma reforma, que considero global, em matéria de descentralização do Estado e da Administração Pública Portuguesa, e o Sr. Ministro já sabe que, na perspectiva do PS, essa reforma passa, em primeiro lugar, pela criação das regiões administrativas e complementarmente pela aprovação de uma lei quadro de novas atribuições e competências para os municípios, em simultâneo com a aprovação de um novo regime de finanças locais.

A regionalização, do nosso ponto de vista, é importante porque é impensável, Sr. Ministro, que, estando nós a utilizar as verbas comunitárias que não têm inscrição orçamental, mas que marcam o essencial do investimento público em Portugal nos anos que estão a transcorrer, não haja no País instrumentos democráticos de planeamento e de controlo de execução suficientes.

O Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território: — Está a fugir à questão.

O Orador: — Ainda hoje ouvimos nas notícias que, na sequência do Acordo de Maastricht e da aprovação do Pacote Delors 2, Portugal vai receber verbas da ordem dos 600 milhões de contos por ano.

Ora, Sr. Ministro, não há estratégia de desenvolvimento regional em Portugal e não há instituições democráticas representativas e participativas que permitam que haja vantagem numa discussão sobre os objectivos estratégicos do desenvolvimento para os vários territórios. E este é um problema político fundamental.

Ainda em matéria de prioridades, quanto ao mundo rural e às grandes cidades, é o próprio Programa do Governo, a que V. Ex.^º pertence, que nos fala da necessidade premente de uma política mais dinâmica que promova as condições e a qualidade de vida nas grandes cidades. Aliás, é esse Programa que também fala do desenvolvimento regional e da necessidade de combater as tendências para a estagnação económica no interior do País.

Ora, o que verificamos é que estas Grandes Opções do Plano e este Orçamento do Estado também não têm resposta para essas declarações de intenção.

No entanto, a resposta, Sr. Ministro, passa, no meu entendimento, pela aprovação da lei quadro da descentralização de competências para as autarquias e pelo novo regime de finanças autárquicas e também pela necessidade de os chamados contratos programa com as autarquias, que o Governo arbitrariamente pode conduzir, terem uma outra perspectiva. Isto é, a de que os próprios municípios possam ter acesso aos fundos por iniciativa autónoma, o que quer dizer que deve estar também outorgada à iniciativa municipal a possibilidade, quer para municípios do interior quer para os municípios com problemática urbana, de acederem, em esquema de contratualização com a administração central, à utilização destas verbas. Aliás, a utilização dessas verbas não deve decorrer apenas de uma lógica discricionária da política do Governo, mas tem que ser vista numa lógica de solidariedade entre todas as instituições democráticas da República e, portanto, de contratualização na base de instrumentos transparentes de investimento, que é exactamente aquilo que continuamos a não ter.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Quanto às suas perguntas — muito pertinentes, reconheço-o —, Sr. Deputado Manuel Queirós, digo-lhe que as respostas estão todas elas contidas nos projectos legislativos que o Partido Socialista já apresentou nesta Câmara.

Como sabe, e ao contrário do que sugeriu o Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território, não se trata de um discurso abstrato, não se trata de uma reivindicação meramente declarativa. Temos um projecto de lei sobre criação de regiões administrativas e o Governo e o PSD não têm. Temos um projecto de lei quadro de atribuições e competências municipais exactamente sobre a questão que me colocou e o PSD e o Governo não têm. Temos um novo regime sobre finanças locais e o PSD e o Governo não têm. Ou seja, temos um pacote global para uma reforma consistente e continuamos à espera que a maioria revele capacidade política para exprimir uma vontade nestes domínios.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Finalmente, Srs. Deputados, também o Sr. Deputado Manuel Moreira intervém neste debate, mas quero dizer que ao ruído que produziu não tenho nada para declarar.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Barreto.

O Sr. Álvaro Barreto (PSD): — Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia da República, Ex.^{mo} Sr. Primeiro-Ministro, Ex.^{mas} Srs. Membros do Governo, Ex.^{mos} Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: Ao discutirmos nesta Assembleia a proposta de lei do Orçamento do Estado para 1992, penso não o podermos fazer sem ter em linha de conta, por um lado, que a realização do Mercado Único terá lugar já a partir de 1 de Janeiro de 1993, e, por outro, que na recente Cimeira de Maastricht se tomou a histórica decisão de a Comunidade Económica Europeia evoluir ao longo da presente década para uma União Europeia dotada de uma política económica e financeira comum e de uma moeda única.

Penso ser importante também recordar que na referida Cimeira foi fixado não só um calendário preciso e ambicioso para essa evolução, como ainda se definiram indicadores macroeconómicos altamente exigentes, a serem cumpridos por todos os países comunitários que queiram vir a participar plenamente na referida União Europeia.

Embora pense ser do conhecimento geral quais as metas macroeconómicas fixadas em Maastricht, parece-nos importante, para podermos enquadrar bem a discussão do Orçamento, relembrá-las hoje aqui.

Assim, para Portugal, e caso não queiramos ficar para trás, teremos de: integrar o escudo no Sistema Monetário Europeu até Dezembro de 1993, ou seja, num prazo já hoje inferior a dois anos; no prazo máximo de cinco anos — repito de cinco anos — teremos de satisfazer os seguintes indicadores económicos — a taxa de inflação não deverá ter um desvio superior a 1,5 pontos em relação à inflação média comunitária, a taxa de juro a longo prazo deverá ser superior a 2 pontos em relação à taxa de juros média da Comunidade, o défice do Orçamento do Estado deverá ser inferior a 3 % do PIB e o total da dívida pública deverá ser inferior a 60 % do PIB.

Ora, do debate que se realizou nesta Assembleia, no passado mês de Dezembro, sobre os resultados de Maastricht, concluiu-se, com o apoio de todos os principais partidos representados neste Parlamento, ser da maior importância que a política económica e financeira a adoptar em Portugal nos próximos anos permita uma convergência nominal e real da nossa economia em relação às economias comunitárias, de modo a assegurar a nossa participação plena na criação da União Europeia, com os inúmeros benefícios que daí advirão para todos os portugueses.

Parece-nos, por outro lado, importante realçar que, independentemente de Maastricht, a economia portuguesa teria sempre a necessidade inadiável de convergir em relação à dos restantes países comunitários, pois será impossível às empresas portuguesas resistirem, por exemplo, ao tremendo desafio que representa a sua participação plena no Mercado Único Europeu se o mais rapidamente possível não dispuserem de condições análogas às dos seus concorrentes europeus, como é, só para dar um exemplo, o caso do acesso ao crédito em iguais condições, o que com o escudo dentro do mecanismo de taxa de câmbio fixa do SME não será possível sem se efectuar a referida convergência económica.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Órador: — Assim, a questão que se nos põe, e que consideramos realmente fundamental para analisarmos o

Orçamento em discussão, é se as políticas económicas e financeiras que resultarão da aplicação do Orçamento se irão traduzir ou não na necessária aproximação e convergência da economia portuguesa, de tal forma que nos leve a considerar como possível e viável virmos a cumprir, em devido tempo, as exigentes metas e o calendário acordado na Cimeira de Maastricht.

É que não podemos iludir a dura realidade de, apesar da evolução francamente positiva da nossa economia nos últimos anos, a maioria dos nossos principais indicadores macroeconómicos ainda se encontrarem hoje significativamente afastados das metas fixadas em Maastricht, com particular realce para a taxa de inflação, para o valor das taxas de juro e para o défice das contas públicas, o que seria extremamente grave caso a política económica e financeira a adoptar em 1992 não significasse um importante passo no sentido da convergência da nossa economia com as economias comunitárias.

Ora, da análise dos objectivos macroeconómicos fixados pelo Governo para 1992, penso ser inquestionável a resposta de estarmos perante um esforço sério, da convergência da economia portuguesa, bastando para suportar esta minha posição verificarmos que o saldo global (sem activos financeiros) desce de 12 % o seu défice, em termos nominais, e passa a representar 5,2 % do PIB, em vez dos 6,3 % de 1991, ...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ... o saldo primário (sem juros da dívida pública) sobe o seu excedente, também em termos nominais, de 124 %, duplicando a sua expressão em função do PIB de 2 para 4 %, ...

O Sr. Rui Carp (PSD): — Muito bem!

O Orador: — ... o diferencial entre as taxas de inflação portuguesa e a média das taxas de inflação comunitárias baixa, entre 1991 e 1992, de 7 para 5 pontos, a dívida pública do SPA baixa de mais ou menos 65 % do PIB, em 1991, para menos de 60 % do PIB em 1992 e, finalmente, a taxa de crescimento do PIB manterá um diferencial positivo de 1 ponto face à taxa média de crescimento comunitário.

Chegado à conclusão de que o Orçamento para 1992 representa um passo importante e positivo no difícil e exigente caminho da convergência económica, por-se-á legitimamente a questão de se os meios propostos pelo Governo serão os mais adequados ou se, pelo contrário, haverá outras alternativas, porventura mais eficazes, de se atingirem os mesmos objectivos.

Ora, no esforço de convergência a efectuar assume papel primordial e fundamental o abaixamento da taxa de inflação que, como se sabe, tem uma relação directa com a redução do défice orçamental.

Assim, ao analisarmos as orientações propostas no Orçamento de 1992 no sentido da redução do défice orçamental, é também legítimo questionarmo-nos se não deveria ter sido feita pela redução ainda mais forte das despesas e menos pelo aumento das receitas públicas.

A esse respeito e partidário como sempre fui, e continuo a ser, quer na teoria quer na prática, de uma menor intervenção do Estado na actividade económica sou, sem qualquer margem de dúvida, a favor de prioritariamente se seguir a via da redução das despesas públicas em vez da via do aumento das receitas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas, se a defesa do corte das despesas públicas, que é feita pela oposição, é fácil de fazer no discurso político de quem não tem responsabilidades concretas da governação, já é infelizmente muito difícil, senão mesmo impossível, de realizar na prática para além do que foi feito na proposta orçamental do Governo, hoje aqui em discussão.

Aplausos do PSD.

E vejamos porquê.

Assim, em relação às despesas de capital, tendo em atenção que a convergência real da economia portuguesa, face ao atraso de desenvolvimento que temos relativamente aos restantes países comunitários, a sua redução iria retardar a indispensável e urgente modernização do nosso País.

O País, para poder competir em mercado aberto, não pode adiar o investimento em infra-estruturas básicas nem pode deixar de disponibilizar as contrapartidas orçamentais indispensáveis para a utilização plena dos fundos comunitários, instrumento fundamental da modernização de sectores de actividade tão importantes para Portugal como são, por exemplo, os sectores agrícola e têxtil.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Relativamente às despesas correntes, a dura realidade mostra-nos a enorme dificuldade de se ir para além do esforço feito de contenção pelo Governo, devido à extrema rigidez que hoje, infelizmente, caracteriza essas despesas.

Pode realmente parecer chocante e indescrivível que o Orçamento para 1992 preveja um aumento das despesas correntes, mesmo em relação ao Orçamento rectificativo de 1991 (e deduzidos os juros), de 16,8 %.

No entanto, fazendo-se uma análise das despesas correntes, verifica-se que, para além dos encargos com a dívida pública, em si próprios incompressíveis, o referido acréscimo está quase exclusivamente centrado nas despesas com pessoal (aumento da massa salarial de 16,3 % para um aumento de tabela de 8 %!), como consequência, em grande parte, da aplicação do novo sistema retributivo da função pública, já que na área das despesas com a aquisição de bens e serviços o Orçamento prevê um decréscimo real de 3 %.

A este respeito, e por se tratar de pessoa cuja isenção, competência e seriedade é certamente reconhecida por todos os Srs. Deputados, não resisto a aqui citar a opinião da Sr.º Dr.º Manuela Morgado, Presidente da Associação Portuguesa de Economistas, que no passado dia 3 de Fevereiro disse no *Diário de Notícias*: «Atente-se em que 30 % da despesa corrente do orçamento da administração central (quase 45 %, se não se considerarem os juros da dívida) são despesas com pessoal, de difícil compressão, e dos cerca de 25 % correspondentes às transferências correntes para outros subsectores do sector público administrativo, a maior fatia se destina, também, a cobrir despesas com pessoal. Da despesa do SPA, seguramente mais de metade são custos de pessoal e, se não se incluíssem os juros da dívida, chegar-se-á a uma proporção da ordem dos 55 %.

Em segundo lugar, não se pode esquecer que este Orçamento apanha ainda as sequelas do novo sistema remuneratório da função pública, com especial incidência no Ministério da Educação, a apresentar uma subida das

despesas com pessoal de 18,5 % (contra a média de 16 % do Orçamento). Impressionará, talvez, que, iniciando-se neste Orçamento o redimensionamento do quadro do funcionalismo, através do anúncio da formação de um quadro de excedentários, se não tenha conseguido melhor *performance* nas despesas com pessoal. Mas a verdade é que se está perante duas coisas distintas: uma delas, a de acompanhar os níveis salariais do sector privado, sob risco de baixas de qualidade e de eficiência, a outra, a adequação quantitativa e o ajustamento estrutural do funcionalismo. A maior atenção que se dá agora ao segundo tipo de problemas, não exclui a necessidade de soluções — que, aliás, se revelaram mais caras do que a princípio se previa — para o primeiro.

Por outro lado, os efeitos, na despesa, do processo de redimensionamento não são, como bem se comprehende, imediatos, embora o simples anúncio da 'cristalização' de carreiras dos excedentários comece, com certeza, a surtir alguns efeitos.»

Ora, face a esta inquestionável realidade da dificuldade de redução das despesas públicas e à onda de críticas que se ouvem do lado da oposição relativamente ao exagerado aumento das receitas públicas, penso que para este debate ter um mínimo de seriedade seria muito importante que os partidos da oposição apresentassem aqui as suas propostas concretas para redução da referida despesa ou, alternativamente, nos dissessem como é que sem aumento das receitas se reduz o défice orçamental.

Aplausos do PSD.

Gostaria sincera e honestamente de saber quais as propostas concretas alternativas que a oposição apresenta para resolver esta difícil questão.

Será não honrar os compromissos assumidos no novo sistema retributivo da função pública? Proceder ao despedimento do pessoal excedentário? Prever aumentos da tabela salarial da função pública inferiores a 8%? Não prosseguir a política de desmonetarização da dívida pública? Reduzir dotações orçamentais de sectores tão careciados como a saúde e a educação? Reduzir, ainda mais, as transferências para as autarquias locais? Reduzir as despesas de capital, atrasando assim a modernização do País?

Nada disso. Somente a afirmação de que o Governo não vai tão longe como devia na redução das despesas ou que o Governo propõe um exagerado aumento das receitas, sem, no entanto, dizer como, em alternativa, se deveria fazer.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Srs. Deputados da oposição, estamos na discussão de uma questão que, por ser demasiado séria, não se compadce que fiquemos somente em meros jogos de palavras.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: Verificada a dificuldade de se caminhar para a redução do défice orçamental pela via da redução mais drástica das despesas públicas, optou o Governo fazê-lo através da antecipação da harmonização fiscal, medida essa que, em boa verdade, não era obrigado a tomar por qualquer imposição comunitária, ...

O Sr. José Penedos (PS): — É claro!

O Orador: — ... mas que entendeu eu, em minha opinião bem, tomá-la para não pôr em causa a indispensável convergência económica e financeira com os restantes países comunitários.

Aplausos do PSD.

É que, além da redução das taxas de juro que resultará da redução do défice público, o facto de, por menor défice, o Estado reduzir fortemente as suas necessidades de acorrer ao mercado de capitais irá ser também uma medida adicional no sentido da redução das taxas de juro activas, objectivo que considero fundamental e no que sou acompanhado por todos os sectores de actividade económica nacional, e que, como atrás dissemos, é indispensável para a nossa integração no Mercado Único.

Aliás, e como medida que considero muito importante no sentido da baixa da taxa de juro, gostaria também, hoje e aqui, de saudar a decisão tomada pelas administrações de algumas das nossas principais instituições financeiras de anunciar publicamente o seu *prime rate*, medida que representa um passo importante para a maior clareza e transparência no funcionamento do nosso mercado financeiro.

Aplausos do PSD.

É óbvio que da harmonização fiscal proposta pelo Governo resultarão efeitos sobre a taxa de inflação, efeitos esses que, no entanto, serão minorados pela prevista redução dos preços de alguns produtos afectados pela referida harmonização, e nos casos dos bens essenciais não nos podemos esquecer que, independentemente das negociações do GATT e independentemente da revisão da PAC, se prevêem, para a campanha 1992-1993, reduções dos preços dos produtos agrícolas que irão compensar largamente o aumento do IVA que está previsto.

Minhas Senhoras e meus Senhores: Antes de terminar gostaria ainda de manifestar a minha discordância...

Risos do PS e PCP.

De alguma coisa os Srs. Deputados se hão-de rir.

Antes de terminar — repito, para melhor esclarecimento — esta minha intervenção, gostaria ainda de manifestar a minha discordância pontual em relação a algumas das medidas propostas pelo Governo para o Orçamento do Estado para 1992.

Em primeiro lugar, em relação à proposta de suspensão do n.º 1 do artigo 9.º da Lei das Finanças Locais e, através disso, da decisão de não transferir para as autarquias locais a verba que resultaria da aplicação plena da referida lei.

Penso, na realidade, que o Estado Português ainda é hoje excessivamente centralizador e que o Orçamento do Estado para 1992 poderia ter sido uma óptima ocasião para se proceder à sua descentralização, ou seja, que simultaneamente, com o aumento de verba que resultava da plena aplicação da Lei n.º 1/87, se procedesse a uma correspondente transferência para o poder local de novas competências e, obviamente, responsabilidades.

A esse respeito sica-me, no entanto, a esperança de que tal não tenha sido previsto na proposta governamental, somente, por tal transferência precisar de mais tempo para ser convenientemente estudada e negociada com a Associação Nacional de Municípios e que, portanto, o Governo

venha, ao longo do ano, a concretizar essa transferência, tal como aliás o permite o n.º 3 do artigo 12.º da proposta de lei hoje em discussão.

Em segundo lugar, penso também que o Governo, e digo-o sinceramente, deveria ter ido mais longe no apoio que prevê dar ao sector da habitação. São bem conhecidas as enormes carências que existem na sociedade portuguesa, em especial nas camadas mais jovens, em relação ao acesso à habitação própria, parecendo-me, assim, que este sector necessitaria de maior apoio do que o avançado na proposta do Governo, como, por exemplo, seria uma proposta no sentido do alargamento do conjunto de benefícios fiscais de que o sector já hoje disfruta. Tal medida era justa e não iria ter grande importância no aumento do défice.

Estas minhas discordâncias são apresentadas com espírito construtivo e não pôem, obviamente e de modo algum, em causa o meu apoio à proposta do Orçamento do Estado, apresentada pelo Governo nesta Assembleia, apoio esse que todos os que me conhecem sabem não daria, expressamente, caso não me merecesse total concordância.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedirem esclarecimentos, inscreveram-se a Sr.ª Deputada Helena Torres Marques e os Srs. Deputados Narana Coissoró, Manuel Quiciró e Domingues Azevedo.

Antes de dar a palavra, saúdo, em nome da Câmara, os alunos da Escola Secundária n.º 2 de Corroios, Almada, que estão a assistir à sessão.

Aplausos gerais.

Tem a palavra a Sr.ª Deputada Helena Torres Marques.

A Sr.ª Helena Torres Marques (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Álvaro Barreto, a sua intervenção deixou-me indecisa. Comecei por pensar que V. Ex.º era candidato a comissário europeu, mas acabei concluindo que era candidato a primeiro-ministro.

Risos do PS.

O Sr. Deputado disse que estamos a tratar de assuntos muito sérios, no que concordo absolutamente consigo, e que o fundamento deste Orçamento era o modelo que permitiria concretizar as possibilidades de Portugal vir a aderir ao mecanismo de taxa de câmbios do Sistema Monetário Europeu e a integrar-se plenamente na Europa — não numa segunda velocidade — e de virmos a ter uma moeda comum em 1997 ou, o mais tardar, em 1999. Mas, nesta matéria, tenho as maiores dúvidas.

Aliás, tenho pena de que o Sr. Deputado não tenha tido oportunidade de assistir à intervenção do Dr. Vítor Constâncio, em sede da Comissão de Economia, Finanças e Plano, porque creio que, então, ambos passaríamos a ter as maiores dúvidas.

O Sr. Deputado acredita piamente nas propostas de modelos que o Governo tem feito à Assembleia da República. No entanto, se comparar a realidade com os modelos propostos por este Governo no último ano, durante o qual o Sr. Deputado já não faz parte do Executivo, verificará que nada do proposto tem a ver com a realidade.

Por exemplo, o consumo privado cresceu o dobro e o consumo público cresceu o triplo do que o Governo pre-

via, o investimento caiu para metade e as exportações caíram para um oitavo do que previa o Governo. Então, quem é que acredita no que o Governo prevê? Ainda por cima quando, desta vez, prevê um modelo que não tem lógica nenhuma, como o Sr. Deputado facilmente entenderá. É que, em Portugal, as importações sempre cresceram o dobro do produto. Se fizer as contas aos últimos 10 anos, verificará que assim é. Ainda em 1991, o produto cresceu 2,5 %, enquanto as importações cresceram 5 %.

Ora, este modelo do Sr. Ministro Braga de Macedo aparece com um crescimento para as importações que é praticamente igual ao do produto, o que não tem pé nem cabeça. Ninguém acredita nisto. Aliás, quando o Sr. Ministro diz que o nosso modelo passou em Bruxelas, penso que lá se limitaram a dizer que «isto é muito ambicioso. O senhor diz que os Portugueses acreditam nisto. Se os Portugueses acreditam, muito bem!».

É claro que como o vosso partido ganhou as eleições e como os Srs. Deputados votam sempre a favor de tudo, mesmo que não tenha qualquer lógica, este modelo vai passar. Só que, para o ano, vai é verificar-se que este modelo não era realista de modo nenhum.

Assim, Sr. Deputado, pergunto-lhe como é que um Orçamento que é elaborado com base num modelo que não tem lógica pode vir a criar as condições para que Portugal possa aderir à União Económica e Monetária, nas condições que todos pretendemos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Álvaro Barreto, é com o maior gosto e interesse que a nossa bancada ouve as suas intervenções, não só pelo seu passado político e pela sua competência demonstrada nos cargos ministeriais e outros que exerceu como também por uma certa frescura com que costuma tratar os assuntos, mesmo os vindos da bancada social-democrata. Simplesmente, não me pareceu justa a crítica que nos dirigiu ao ter dito que apenas tratámos de problemas políticos sem termos entrado em alternativas técnicas.

Já ontem o Sr. Deputado Nogueira de Brito teve ocasião de dizer que, pelo menos do ponto de vista do CDS, é impossível, em Portugal, um partido da oposição apresentar conscientemente soluções alternativas técnicas ao Orçamento proposto por qualquer governo. Isto porque, em Portugal, a Administração Pública é o grande gabinete de estudos de qualquer governo. Ou seja, o Orçamento é feito com base em dados fornecidos pelos serviços da Administração Pública. Naturalmente, os serviços não fornecem à oposição, nem podem fornecer, os elementos que fornecem ao Governo, de modo aquela dispor dos dados estatísticos para fazer contas, ao contrário, por exemplo, do que sucede no congresso americano, em que existe um organismo próprio que fornece todos os dados a todos os partidos para, depois, cada um poder fazer as suas opções políticas. Ora, com a sua experiência anterior de ministro, V. Ex.º é quem pode dizer-me se, em Portugal, é realmente possível que a Administração Pública — a única detentora de dados verdadeiramente reais que interessam para qualquer alternativa política e técnica a fim de elaborar o Orçamento — pode fornecer estes dados a qualquer deputado ou partido da oposição. Por isso lhe pergunto se considera viável a apresentação de alguma alternativa técnica ao Orçamento.

Em segundo lugar, também gostaria de saber se considera que o papel da oposição no Parlamento é o de cada partido trazer para aqui um novo «calhamaço» com o seu próprio orçamento e, depois, fazer um debate em que nós dizemos ao PSD para criticar o «calhamaço» de cada um. Não é este o debate político que se quer nesta Casa.

É que, constitucionalmente, compete ao Governo apresentar o Orçamento e aquele dispõe de uma maioria parlamentar. É por isso que há estabilidade e que não vão repetir-se as situações que ocorreram na vigência de governos minoritários em que o Orçamento foi desseito a ponto de ter levado o governo a pedir a demissão por o respectivo Orçamento não ter passado. O valor da estabilidade reside, exactamente, no facto de um governo apresentar um orçamento que sabe de antemão que passará no Parlamento. Assim, o papel das oposições é, meramente, o de criticar politicamente este Orçamento.

Portanto, V. Ex.^o faz uma demagogia barata — desculpe a expressão — quando, do alto da tribuna, vem dizer que, por não apresentarem alternativas técnicas, as oposições não podem ter a razão do seu lado. O nosso papel é, fundamentalmente, o de fazer as críticas políticas, o de apontar as promessas que não foram cumpridas e, também, o de chamar a atenção para o facto de o Sr. Primeiro-Ministro ter andado a dizer que o Professor Freitas do Amaral desestabilizava o País com afirmações falsas enquanto, agora, se verifica quem é que, afinal, as fez perante o eleitorado.

Em segundo lugar, V. Ex.^o apresenta a solução proposta por este Orçamento como sendo uma fatalidade. De facto, do alto da tribuna, V. Ex.^o quis dizer-nos que este Orçamento é o único possível, que não há alternativa para ele, que «caiu dos céus» e é quase divino porque, em Portugal, não há quem possa apresentar outras soluções, outras opções, pois só estas é que preenchem as condições para a nossa transição em direcção à União Económica e Monetária. Ora, sei que V. Ex.^o não pensa desta forma. É que se fosse como acabei de dizer, então, não era realmente necessário um debate. A ser assim, todos teriam de dizer que tinha sido apresentado o único Orçamento possível, pelo que todos poderiam ir para casa. Não é este o caso e foi por esta razão que criticámos este Orçamento. O nosso é um discurso político e V. Ex.^o não tem o direito de criticar o discurso político das oposições com a ligéireza com que o fez.

O Sr. Rui Carp (PSD): — Tem, tem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Domingues Azevedo.

O Sr. Domingues Azevedo (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Álvaro Barreto, no que diz respeito à fiscalidade, tentou deixar uma mensagem a esta Assembleia e ao País: ou o aumento da carga fiscal para 1992 ou o caos — não há redução da dívida pública, não há aumentos de 8 % para os funcionários públicos, não há nada. Espero que, amanhã, o Sr. Deputado Álvaro Barreto não venha dizer à opinião pública que os míseros 8 % de aumento de salários para a função pública são devidos ao facto de a oposição estar contra o excessivo agravamento fiscal em 1992 para os Portugueses.

Posto isto, passo à questão que tenho para colocar-lhe.

Aquando da campanha eleitoral, o seu partido não comunicou ao País, exactamente, esta necessidade de um forte agravamento fiscal para 1992. Dista apenas destes

últimos três meses esse caos que V. Ex.^o tentou dizer à Assembleia que existiria no caso de não haver aumento fiscal, Sr. Deputado Álvaro Barreto? Só agora é que o PSD se apercebeu disso? E quando, comentando esta matéria, o Partido Socialista dizia que não era possível, que VV. Ex.^o não estavam a falar verdade ao País, VV. Ex.^o desdobraram-se em afirmações de que não seria assim. Então, em três meses, a situação alterou-se assim tanto, Sr. Deputado Álvaro Barreto, a ponto de termos de optar entre um aumento da carga fiscal, altamente penalizante para os Portugueses em 1992, ou o caos? Que visão têm VV. Ex.^o do País para que, num período de três meses, se tenham alterado de forma tão substancial as condições que, no período da campanha eleitoral, encobriram aos Portugueses?

Tenho ainda uma segunda questão a colocar-lhe, Sr. Deputado.

V. Ex.^o diz que os Portugueses vão ter de pagar todos estes milhões de contos para equilibrar o défice, para que haja aumentos, etc., etc. Mas, Sr. Deputado Álvaro Barreto, não considera que haveria outras opções que não as consagradas neste Orçamento e que são altamente penalizantes, particularmente para as famílias de baixos rendimentos? Será que V. Ex.^o já entendeu que um reformado com uma mísera reforma de 15 ou 20 contos verá os seus rendimentos diminuídos com esse agravamento de mais 5 % no preço dos medicamentos que vai comprar à farmácia? O Sr. Deputado já percebeu que, a partir da entrada em vigor deste Orçamento, em Abril de 1992, quando um reformado português for à mercearia comprar quaisquer géneros alimentícios de primeira necessidade verá o seu já curto rendimento diminuído em mais 5 %?

Sr. Deputado Álvaro Barreto, existem outras opções. Sabe quais são? Tribute-se, por exemplo, no imposto de capitais. Porque é que há tantas isenções para os que nada fazem enquanto os que trabalham continuam a pagar pesadamente os custos da fiscalidade?

O Sr. Rui Carp (PSD): — E por que é que há investimento?

O Orador: — Por último, deixo-lhe uma outra questão.

V. Ex.^o foi Ministro da Agricultura deste país durante muitos anos. Tem consciência de qual a incidência que vai ter para os nossos agricultores a abolição da taxa de 0 % no IVA relativamente à agricultura, especialmente para os que não estão obrigados a ser colectados e que terão de suportar a montante todo o imposto dos *inputs* nas suas explorações?

Sr. Deputado, gostaria de ouvir a sua resposta a estas questões.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Queiró.

O Sr. Manuel Queiró (CDS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Álvaro Barreto, para não ficarmos em maiores jogos de palavras — utilizando a sua própria expressão —, gostaria de saber como é que o PSD encara as formas possíveis de diminuir a despesa.

É que, na sua intervenção, não há dúvida de que o Sr. Deputado colocou bem o problema. Disse que não é possível diminuir o défice nas presentes circunstâncias porque há despesas necessárias e outras incompressíveis. Assim, como é que vai diminuir-se o défice e aumentar a despesa?

O seu partido governa isoladamente há seis anos, pelo que esta pergunta pode pôr-se. Caso contrário, pode parecer que o papel das oposições no debate do Orçamento é o de fazer diminuir a despesa, enquanto o do Governo é o de aumentar a receita. Qual é o papel do Governo nesta matéria, Sr. Deputado?

Como é que o Sr. Deputado vê a responsabilidade do Governo do seu partido no constante aumento da despesa pública, de há seis anos a esta parte?

O Sr. Presidente: — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Álvaro Barreto, muito rapidamente, gostaria de começar por registar com agrado as referências que, na parte final da sua intervenção, fez à problemática do Fundo de Equilíbrio Financeiro, às autarquias locais e aos problemas da habitação social porque julgo que são questões que deveriam ter merecido da parte do Governo uma atenção completamente diferente da que lhe foi concedida.

Em relação ao Fundo de Equilíbrio Financeiro, o Sr. Deputado não considera que foi demasiado benevolente quando admitiu a hipótese de essa questão não ter sido considerada apenas por falta de tempo? Então o Governo levou três meses a preparar o Orçamento e não teve tempo para se debruçar sobre o aumento das receitas que, do ponto de vista legal, deviam ser transferidas para as autarquias locais juntamente com outras responsabilidades, tanto mais que, no que diz respeito a este Governo e ao próprio Ministro, há uma continuidade absoluta nessa área?

O Sr. Deputado disse também «eu sou contra este agravamento fiscal, mas qual é a alternativa que as oposições apresentam», no sentido de não ser completamente favorável a um agravamento fiscal tão grande num só ano.

A ideia fundamental do Governo ao proceder a este agravamento fiscal ou a este aumento das receitas, para não entrarmos em lutas terminológicas, destina-se à redução do défice. De facto, ninguém está contra a necessidade de reduzir o défice em tempo útil, em prazo útil. Qual a razão, então, de reduzir o défice orçamental de 6,5 % para 4 %, num só ano, em vez de o fazer gradualmente? Assim, não só se fariam suportar menos custos à população portuguesa e à economia portuguesa, porque esse é um aspecto importante que tem estado a ser esquecido pelo Governo. Resfiro-me concretamente aos aspectos negativos que também se vão fazer sentir na evolução económica no futuro próximo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Barreto.

O Sr. Álvaro Barreto (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, em primeiro lugar, quero congratular-me pelo facto de a minha intervenção ter provocado tantos pedidos de esclarecimento, já que teve a virtude de animar um pouco este debate.

Começo por esclarecer a Sr.ª Deputada Helena Torres Marques que não sou candidato a nada, nem a comissário nem a primeiro-ministro. Aliás, o PSD não precisa de candidatos para esse cargo porque tem o Primeiro-Ministro de que gosta. Talvez a referência que fez se baseie na

prática seguida pelo Partido Socialista onde há vários candidatos a secretário-geral, como verificámos recentemente.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Têm cinco ou seis candidatos!

O Orador: — Será, talvez, essa situação que pretende extrapolar para o PSD, mas o PSD não precisa de candidatos. Estou muito satisfeito com o Primeiro-Ministro que tem, razão pela qual não sou candidato a coisa alguma, nem sequer ao lugar de comissário, contrariamente a algumas notícias dispendidas pela imprensa.

Vozes do PS: — Ah!

O Orador: — A Sr.ª Deputada fez várias considerações, mas acabou por não responder ao meu desafio sobre que alternativas concretas apresenta a oposição. Limitou-se a fazer uma pergunta: «quem é que acredita no modelo do Governo, quem é que acredita neste Governo?» Penso que a resposta é simples: o povo português, Sr.ª Deputada, que votou no dia 6 de Outubro demonstrando acreditar no Governo que honrou as suas promessas. E não me venha dizer que o povo votou erradamente ou sem saber. Foi depois de todo um conjunto de promessas feitas e cumpridas que em 6 de Outubro o Governo obteve uma vez mais a maioria absoluta. O povo acredita no Governo, cu acredito no Governo, razão pela qual estou convencido de que o modelo apresentado vai ser cumprido tal como está previsto pelo próprio Executivo.

Aplausos do PSD.

Quero agradecer ao Sr. Deputado Narana Coissoró as referências amáveis que fez a meu respeito. Também registei, o que respeito, o facto de só ter apresentado críticas políticas e compreendo que não tenha conseguido reunir elementos que lhe possibilitesse a formulação de questões concretas.

Trata-se de questões muito importantes: de um lado temos as despesas, do outro lado as receitas, e é fácil dizer que as despesas são excessivas e que se deveriam reduzir. Tenho a certeza de que o Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Ministro das Finanças gostariam imenso de poder reduzir as despesas públicas, mas quando perguntei à Câmara que propostas sugeriam para que tal fosse possível não obtive qualquer resposta.

Claro que se pode pensar em certas medidas, como despedir pessoal, não aumentar os vencimentos da função pública — ainda recentemente o Governo Grego, com uma inflação de 15 %, congelou os salários da função pública —, reduzir as verbas para a educação e para a saúde. Apresentei essas propostas como alternativas.

Compreendo que, por uma questão de filosofia política, o CDS venha propor a redução das despesas, até porque referi, o que mantenho, que essa seria a via que gostava de seguir prioritariamente se fosse possível. Ora, acabei de dizer que, hoje, da análise que fiz baseada nos valores, a despesa pública, sobretudo as despesas correntes, tem uma componente de rigidez difícil de reduzir. E onde essa rigidez não existe, nomeadamente nas despesas com a compra de bens e serviços, o Governo faz uma redução real de 3 %. Claramente, onde pode reduzir, o Governo reduziu.

Desafiei a Câmara para que me fossem apresentadas propostas concretas, mas nas questões que me colocaram nenhuma das bancadas foi capaz de o fazer. É evidente que o papel da oposição é fazer crítica política — estou de acordo com o Sr. Deputado —, e já disse que compreendo as razões pelas quais não foi possível apresentar propostas concretas. Ainda assim, penso que as afirmações que se produzem devem ser fundamentadas. Já tive a oportunidade de discutir este assunto com o seu colega de bancada deputado Nogueira de Brito e da troca de impressões todos nós reconhecemos a enorme dificuldade que é reduzir as despesas correntes além daquilo que o Governo fez, o que, como já disse, representa um grande esforço. Acredito até que todos os membros do Governo se queixam do facto de terem orçamentos demasiadamente apertados. É esta a realidade dos factos, e tentei, simplesmente, apresentá-los dessa maneira.

O Sr. Deputado Domingues Azcvedo voltou a falar no aumento brutal da carga fiscal, no engano dos Portugueses, na campanha eleitoral... Penso que a intervenção que o Sr. Ministro das Finanças proferiu ontem foi suficientemente clara ao fazer a distinção...

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Não estava presente.

O Orador: — Dizem-me que não estava presente, mas perdeu uma boa oportunidade porque talvez não fizesse hoje essa pergunta, já que se tratou de uma explicação bastante clara sobre a diferença que se entende existir entre carga fiscal e receita fiscal. Assim, não posso estar de acordo com a questão que colocou.

Em relação aos géneros alimentícios e à agricultura, talvez não tenha ouvido com a devida atenção o que referi. Se há um sector onde, provavelmente, o IVA não irá ter qualquer repercussão concreta é exactamente nesses géneros alimentícios, porque na revisão de preços operada em Bruxelas, que irá incidir na campanha de 1992-1993, e de acordo com a harmonização dos preços dos produtos agrícolas que inevitavelmente tem de ser feita dentro do período de transição que a economia portuguesa tem, o abaixamento dos preços agrícolas vai ser substancialmente superior à componente do IVA.

Só para sua informação, porque admito que o Sr. Deputado não esteja a par desses assuntos, se, por exemplo, a proposta que está na mesa do Comissário Ray MacSharry fosse aprovada, os principais produtos agrícolas base baixavam o seu preço em 35 % e o resto passava a ser pago através de ajudas compensatórias que não seriam suportadas pelos contribuintes portugueses, mas por Bruxelas.

Esta matéria é demasiadamente complexa, pelo que não vale a pena estarmos aqui a discuti-la, mas terei muito prazer de o fazer noutra ocasião.

Quanto às questões colocadas pelo Sr. Deputado Manuel Queiró, penso que, na generalidade, já lhe respondi. Não nego que gostava de ver as despesas públicas diminuídas e a função do Estado na vida económica do País reduzida.

O Sr. Manuel Queiró (CDS): — Sr. Deputado, dá-me licença que o interrompa?

O Orador: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Manuel Queiró (CDS): — Sr. Deputado, o que pretendia dizer era que a responsabilidade de encontrar um modelo de diminuição de despesa pública, que é

necessário — o Sr. Deputado assim o demonstrou quando referiu que não é possível reduzir o défice sem estar constantemente a aumentar os impostos, porque no ano seguinte será igualmente necessário continuar a diminuir o défice e, portanto, vai ser necessário continuar a aumentar os impostos —, é do Governo, principalmente quando é apoiado pelo mesmo partido há seis anos. Portanto, quem não deve pautar a sua governação num constante aumento da dívida pública é o Governo e não os partidos da oposição, porque não podem ser responsabilizados pela diminuição da despesa pública.

O Orador: — Sr. Deputado, registo uma vez mais as razões pelas quais não apresentam propostas concretas.

Tal como disse ao Sr. Deputado Narana Coissoró, admito a incapacidade de o fazerem, mas não posso deixar de lamentar porque o debate tornar-se-ia mais interessante. Mas uma vez mais registo que vêm aqui confessar a incapacidade do CDS de apresentar propostas concretas.

Sr. Deputado Octávio Teixeira, gostava de dizer-lhe o seguinte: certamente seria mais vantajoso que a transição pudesse ser feita de uma maneira mais suave, mas a diferença que nos separa nos indicadores macroeconómicos fixados em Maastricht é muito grande e não temos muito tempo à nossa frente, porque o Mercado Único inicia-se já em 1993 e irá verificar-se imediatamente a maior concorrência a que as empresas portuguesas vão estar sujeitas.

O défice do PIB em 1991 foi de 6,3 % e o seu abaixamento para este ano de 5,2 % aponta que para os próximos cinco anos estas adaptações têm de ser feitas com bastante suavidade. Não me parece que o calendário seja rápido demais, no entanto, se pudesse ser mais lento, certamente que não teria esta posição.

A proposta é no sentido de baixar de 6,3 % para 5,2 %, ainda que anualizado, até porque o que conta do ponto de vista do comportamento da economia portuguesa é o défice real deste ano, não o anualizado, que não existe, pois só entrará em funcionamento em Abril. Portanto, o que vai influenciar a baixa da inflação, as baixas das taxas de juro e tudo aquilo que interessa à actividade económica é influenciado pelos 5,2 % e não pelos 4 %.

Se mais alguma coisa se pode dizer, em minha opinião, é que se deveria ir um pouco mais longe, porque a própria descida da inflação de 11,4 % para a meta de 8 %, quando a média comunitária anda nos 4 %, representa um esforço enorme, razão pela qual não podemos perder tempo.

Assim, parece-me que o calendário apresentado pelo Governo está correcto para o enorme desafio que temos à nossa frente, não permitindo que as pessoas se iludam. Quando falei aqui sobre a Cimeira de Maastricht disse que ia ser um período de grande exigência e que não devemos — o próprio Dr. Vítor Constâncio tem dito que a dificuldade é grande e que não a podemos iludir —, como ontem disse o meu camarada de bancada, deputado Rui Rio, «deixar para amanhã o que podemos fazer hoje». Foi isso que o Governo fez, é isso que aqui venho aplaudir e apoiar na minha intervenção.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro do Emprego e da Segurança Social.

O Sr. Ministro do Emprego e da Segurança Social (Silva Peneda): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É a

quinta proposta de Orçamento que, como responsável pelo Ministério do Emprego e da Segurança Social, tenho a honra de apresentar a esta Câmara. É a quinta proposta de Orçamento que vai assegurar em 1992, mais uma vez, a continuidade de progresso social.

Vou tentar demonstrar por que é assim. Vou tentar demonstrar hoje que a proposta de Orçamento para 1992 tem uma dimensão social e bem forte.

Começo pela área da segurança social.

Desde 1986 que o crescimento de despesas com pensões não regista qualquer desaceleração. Pelo contrário, o ritmo de despesas com pensões tem sido superior ao do produto interno bruto e ao dos salários, e com carácter mais notório a partir de 1990 devido ao pagamento do 14.º mês aos pensionistas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Entre 1986 e 1992 esse aumento rondará os 200 %!

Em 1992, mais uma vez, o crescimento das despesas com pensões será muito superior ao da taxa de inflação prevista — mais de 15 %.

Ninguém, por certo, duvidará que é nos pensionistas que se encontra uma larga maioria dos mais desprotegidos no nosso país. Por isso, em 1992, se poderá falar a este respeito e, mais uma vez, de mais progresso social. O poder de compra dos pensionistas em 1992 vai, mais uma vez e como prometemos, aumentar.

Mas a segurança social não se esgota na componente das pensões. Uma outra vertente importante tem a ver com a acção social. Fundamentalmente, trata-se de fornecer apoios aos grupos mais vulneráveis da nossa sociedade, desde a infância, a juventude, os deficientes, a terceira idade e o combate à pobreza.

Para 1992 verifica-se um crescimento de despesa a nível de 18 %. Com este valor atingiremos, entre 1986 e 1992, uma taxa de crescimento de cerca de 230 %. Também aqui, Srs. Deputados, e com propriedade, podemos falar de progresso social na proposta de Orçamento de 1992.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E todo este percurso tem sido feito sem aumento de contribuições para a segurança social. Pelo contrário, aquando da introdução da taxa social única, reduziu-se essa mesma taxa em 1 ponto percentual. Bem importante esta medida foi com vista à criação de mais emprego.

Uma nota importante ainda: soubemos resistir à tentação de desenvolver e de fazer crescer o aparelho burocrático. Em 1986 as despesas de administração com o sistema representavam 5,6 % das despesas totais. Em 1991 esse valor será de cerca de 4 %. Em 1992 será ainda menos — 4,4 %.

Este indicador permite acrescentar ao progresso social que se vem registando uma outra verdade — mais rigor na gestão interna do sistema, menos desperdício dos dinheiros públicos.

Estou a falar, Srs. Deputados, de resultados concretos que são a consequência de opções que houve que se tomar, assentes numa estratégia clara de desenvolvimento do País, onde os valores de solidariedade, de justiça social e de igualdade de oportunidades nunca foram usados por nós apenas para compor discursos de fácil retórica.

Esses valores são pilares fundamentais do nosso ideário, são a base da nossa prática quotidiana.

O Governo, no caso da segurança social, não tem apenas ideias ou opiniões. Tem mais do que isso. Tem factos, e posso assegurar que 1992 será mais um ano de factos que, no seu conjunto, permitam que, com toda a tranquilidade, vos afirme que continuaremos no caminho que jurámos cumprir e que consta das nossas promessas eleitorais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Srs. Presidente, Srs. Deputados: A segurança social é o sector onde talvez melhor se possa compreender a plena convicção da nossa aposta no crescimento económico. Essa aposta não repousa, como ontem aqui foi dito, em critérios economicistas. Chegou-se a dizer que a proposta de Orçamento para 1992 era economicista. Nada disso! É que para nós, Srs. Deputados, não nos consola apenas fazer o discurso da solidariedade. Sabemos bem que para esse discurso ser consequente há que dispor dos meios indispensáveis.

E esses meios só podem resultar da animação da actividade económica, do crescimento do investimento e do emprego. São esses factores que explicam, do lado da receita, o aumento de contribuições para a segurança social — mais de 155 % entre 1986 e 1992.

E é tudo isto que explica aquilo que sempre afirmámos. O crescimento económico, para nós, não é um fim, é apenas e tão-só um instrumento, mas essencial, para se poder concretizar mais progresso e mais justiça social.

Não nos temos preocupado excessivamente com o discurso sobre o social. Preferimos centrar as nossas energias na busca da criação de condições que permitam ao País gerar mais riqueza e distribuir com mais justiça.

Em 1992 continuaremos por aí. Preparámos e obtivemos resultados com os quatro orçamentos anteriores, fizemos o mesmo e continuaremos no mesmo caminho com este Orçamento em 1992.

É um caminho incomparavelmente mais rentável. Poupa-se em palavras, ganha-se no terreno e na acção concreta.

A isto chama-se, Srs. Deputados, credibilidade.

Outra componente decisiva no domínio do social tem a ver com o emprego. Tem sido uma variável estratégica na linha de actuação do Governo e os resultados já conseguidos confirmam a justiça da nossa política. Nunca, em tão pouco tempo, se criaram tantos postos de trabalho em Portugal.

Haverá melhor forma de combater as desigualdades e de favorecer a plena aplicação do princípio de igualdade de oportunidades do que o surgimento de múltiplas oportunidades de emprego?

Estes resultados explicam-se por várias razões. Fundamentalmente, por uma correcta política macroeconómica, pela execução integrada de uma política de emprego e formação profissional e também pelo envolvimento activo dos parceiros sociais.

Durante os últimos anos foram implementadas, de forma completamente inovadora, nestes diferentes vectores da política de emprego, 62 medidas concretas, a maioria das quais foi traduzida em programas que se encontram em plena fase de execução e que, no seu todo, dão corpo a uma verdadeira e coerente política de emprego que antes não existia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Encaramos a política de emprego na dupla perspectiva do crescimento e modernização da actividade produtiva e da melhoria das condições de vida e redução dos desequilíbrios existentes no mercado de trabalho.

Chamámos a segurança social a intervir de forma inovadora na realidade social, procurando caminhar para um sistema que integre instituições estatais e da sociedade civil, numa actuação concertada.

No que respeita à formação profissional, encaramos o desenvolvimento dos recursos humanos como área estratégica. A uma política macroeconómica coerente, associada a uma execução integrada de uma política de emprego e formação profissional, surge a terceira razão, já anunciada, explicativa dos resultados conseguidos, que tem a ver com o envolvimento e a co-responsabilização dos parceiros sociais, em sede de concertação social.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas estes resultados até agora conseguidos e que são inequívocamente positivos não nos permitem parar. Há, neste domínio, ainda muito para fazer, já em 1992.

Em 1992 implementaremos um novo sistema de certificação, que será coordenado e gerido com a participação de diferentes ministérios e parceiros sociais através de uma composição tripartida.

O que se pretende com este novo sistema é assegurar o reconhecimento da experiência profissional, mediante processos de avaliação objectiva e devidamente fundamentada. Assegurar-se-á, através do novo sistema, a articulação entre a certificação da formação profissional inserida no mercado de emprego e aquela que respeita ao sistema educativo e proporcionar-se-á ao trabalhador, desde que o deseje, o registo oficial do seu percurso formativo.

Com esta acção, vamos contribuir decisivamente para o reconhecimento, nos restantes países das Comunidades, das formações obtidas em Portugal, através da correspondência de qualificação. Em 1992 vão ser investidos neste programa cerca de 200 000 contos.

Ainda em 1992 iremos reforçar claramente a componente de inserção dos jovens na vida activa. Assim, serão tomadas providências tendentes a que, gradualmente, seja garantida aos jovens, antes de entrarem na vida activa, uma formação profissional qualificante de duração não inferior a um ano.

Para o efeito, serão reforçadas as vias que permitem atingir esse objectivo, com destaque para as escolas profissionais, a aprendizagem e a componente profissional ao nível dos 9.^º e 12.^º anos de escolaridade.

Em 1992 entrará também em funcionamento um sistema inovador de formação que iremos designar de pré-aprendizagem e que se destina aos jovens que tendo ultrapassado a escolaridade obrigatória, sem a concluir, poderão obter esse mesmo nível, ao mesmo tempo que frequentem acções de formação profissional qualificante. É por esta via que, simultaneamente, se pode combater o insucesso escolar, o trabalho infantil e se pode proporcionar a inserção no mercado de trabalho. Para este novo programa serão investidos, em 1992, cerca de 400 000 contos.

Somados todos os programas de formação destinados aos jovens deverão ser envolvidos, no ano de 1992, cerca de 32 000 jovens.

Aqui têm, Srs. Deputados, a forma como progressivamente vamos operacionalizando, no concreto, o princípio da igualdade de oportunidades.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os resultados das iniciativas empresariais estão cada vez mais dependentes da qualidade dos recursos humanos e das condições de trabalho.

A uma estratégia de competitividade assente no baixo custo do factor trabalho terá de suceder uma outra em que uma maior competitividade terá de ser conseguida com base em acrescidos ganhos de produtividade, na organização e nos processos de trabalho e ao nível tecnológico.

No sentido de facilitar esses processos, será lançado, em 1992, um novo programa que terá por objectivo a formação e a integração profissional de adultos. Esse programa prevê acções de 12 meses, desdobradas em formação teórica, prática simulada e no posto de trabalho.

Ainda neste programa, também inovador e a lançar em 1992, além da bolsa de formação, poderão ser concedidos estímulos à inserção na actividade profissional.

Scrá lançado, também em 1992, a título experimental, e maioritariamente para os sectores em reestruturação, um programa de bolsas para acções de formação de duração limitada, mas de iniciativa do próprio trabalhador, cuja estabilidade no emprego se encontre mais comprometida e para cujo reemprego contribua a acção da formação por ele proposta.

Este novo programa, também inovador, deverá obedecer, entre outras, às seguintes orientações: à participação do trabalhador na acção de formação em causa, o que implicará a aprovação prévia da mesma, com a concordância da entidade patronal, a manutenção do vínculo laboral durante a sua realização e a percepção de uma remuneração de base. O Estado irá reembolsar a empresa do pagamento da remuneração base do trabalhador, cabendo àquela o pagamento dos encargos obrigatórios.

O Orçamento para 1992 inclui uma verba superior a 550 000 contos para o financiamento deste programa.

Em 1992 deverão entrar em funcionamento mais os seguintes novos programas: um programa de formação e emprego designado «FIA — Formação e Integração de Adultos». O objectivo deste programa será o de dar respostas às necessidades encontradas pelos trabalhadores que estejam desempregados há mais de 11 meses (desempregados de longa duração) na obtenção de qualificações profissionais e de emprego e apoiar as empresas no recrutamento de trabalhadores qualificados e ajustados às necessidades do desenvolvimento organizacional e técnico, com vista à melhoria da qualidade e ao aumento da produtividade.

Na sua totalidade, a formação de activos adultos deverá abranger, em 1992, cerca de 80 000 adultos.

Aqui têm, Srs. Deputados, a operacionalização em concreto de princípios ligados à justiça social e ao apoio aos mais desfavorecidos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Um outro programa inovador será o de agentes de desenvolvimento para o comércio, com um investimento de cerca de 600 000 contos, em 1992.

Neste programa proporcionar-se-á aos jovens uma formação técnico-prática que lhes permita vir a exercer as actividades de «auxiliares técnicos do comércio» e «as-

sistentes técnicos do comércio» e estimular as associações comerciais e empresas deste ramo de actividade para a modernização das suas estruturas produtivas.

Serão ainda criadas, e pela primeira vez, em 1992 as chamadas unidades de inserção na vida activa — as UNIVA. Na proposta de Orçamento também está inscrita uma verba de 200 000 contos para este efeito.

Pretende-se, com esta iniciativa, o conhecimento das oportunidades de emprego, as características e exigências das actividades profissionais e perspectivas de desenvolvimento, o estreitar de relações entre empresas e outras entidades situadas no mundo do trabalho, a colocação de ex-formandos e seu acompanhamento na vida activa.

Estas unidades serão criadas, em especial, nos estabelecimentos de ensino e nos centros de formação profissional.

Ainda em 1992 iremos tentar desenvolver mais um programa inovador, que vamos designar de promotores de desenvolvimento de recursos humanos.

O que se pretende é incentivar, através de mecanismos de apoio e formação, a concepção de pequenos projectos de investimento que permitam a reinserção no mercado de trabalho dos trabalhadores abrangidos por processos de reestruturação.

O ano de 1992 vai ainda ser marcado por um conjunto de acções, sem precedentes, no domínio da higiene, saúde e segurança no trabalho. Trata-se de uma área onde reconhecemos que existe um défice que urge colmatar.

Juntamente com os perceiros sociais desenvolver-se-ão, designadamente ao nível da sensibilização, todo um conjunto de iniciativas, que terão expressão em cada uma das semanas do ano, já a partir do próximo mês de Março.

Nunca, em nenhum anterior orçamento do Estado, se inscreveu uma verba que valesse a pena registar para este efeito. Em 1992 canalizamos para acções a desenvolver neste domínio cerca de 2 milhões de contos.

O que tive oportunidade de transmitir à VV. Ex.^{as} penso que é mais do que suficiente para dizer que a demonstração que me propus fazer no início está feita. Esta proposta de Orçamento tem uma forte componente social. Este Orçamento é um bom Orçamento.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Não apoiado!

O Orador: — Nele claramente se detectam à saciedade preocupações sociais que visam atender aqueles que, claramente, estão em situação de desvantagem.

Até no objectivo combate à inflação e nos instrumentos e medidas que lhe estão associados, que para os mais desatentos parecerá à primeira vista serem questões do foro meramente económico, a preocupação social é bem patente. Diria que é a mais determinante. Como ontem foi dito pelo meu colega das Finanças, a inflação é um imposto escondido e é socialmente injusta.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Progresso social significa sempre ambição. Essa está bem patente na proposta de Orçamento em análise. Mas essa ambição, que é nosso património, deve e tem de ser compatível com realismo. De outro modo, estamos num campo que, deliberadamente, deixamos para quem quiser pegar-lhe — chama-se demagogia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Como decorre do nosso ideário, cumprindo as nossas promessas eleitorais, como nos anos anteriores, a proposta de Orçamento para 1992 é mais um contributo, e importante, para melhorar a qualidade e as condições de vida dos Portugueses.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, estão inscritos os Srs. Deputados Guilherme Oliveira Martins, Apolónia Teixeira, João Proença e Elisa Damião.

Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Oliveira Martins.

O Sr. Guilherme Oliveira Martins (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro do Emprego e da Segurança Social: Apesar do que nos disse, Sr. Ministro, a segurança social continua a ser um parente pobre da política deste Governo. Num momento em que se prefere, em exercícios de trapismo político, falar do sucesso, em vez de apelar ao concreto e ao quotidiano da solidariedade, é significativa a timidez e a subalternidade da segurança social neste Orçamento. Entendemos que a solidariedade com eficácia e com equidade não pode ser uma palavra vã e, por isso, damos especial importância à reforma da segurança social, reforma essa que continua a tardar, Sr. Ministro. Para quando a regulamentação da Lei de Bases da Segurança Social? Para quando a clarificação das regras de execução orçamental no tocante à segurança social? Quando vai ser ouvido o reiterado reparo do Tribunal de Contas, relativamente ao desrespeito da Lei de Enquadramento Orçamental, designadamente quanto ao regime de alterações, no tocante ao orçamento da segurança social? Quando vai ser respeitado pelo Governo, relativamente à segurança social, o dever de informação cabal a esta Câmara?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Saliento que o Sr. Ministro não fombeceu à Assembleia, tal como foi solicitado na Comissão de Economia, Finanças e Plano, os elementos de execução orçamental quanto a 1991. Isto é tanto mais grave quanto é certo que nos últimos pareceres sobre a Conta do Estado ficou claro o desrespeito pela lei em vigor.

Quero ainda referir um último ponto. Sr. Ministro, como pode explicar que o défice do orçamento da segurança social para 1992 seja atenuado pelo recurso a uma estranha e fantasmática transferência do Instituto do Emprego e Formação Profissional de miríficos saldos, que andam, pelos vistos, em bolandas, de trás para diante, para o orçamento do Instituto, anos atrás, e do Instituto para o orçamento, agora.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Apolónia Teixeira.

A Sr.^a Apolónia Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro do Emprego e da Segurança Social: Como vai o Governo honrar os compromissos assumidos no acordo económico e social, assinado pelo Sr. Ministro e pelo Sr. Primeiro-Ministro, quanto ao cumprimento da Lei de Bases da Segurança Social, nomeadamente no que respecta à transferência do Orçamento do Estado das verbas neces-

sárias ao financiamento do regime não contributivo, fracamente contributivo, da acção social, das despesas de administração e outros?

Será progresso social, como há pouco referiu, transferir 77 milhões de contos, que mal chegam para pagar a acção social, obrigando mais uma vez os contribuintes a suportar as obrigações que ao Governo competem, à custa da desvalorização e dos baixos montantes das reformas e pensões e restantes prestações sociais da segurança social?

Como explica, Sr. Ministro, a credibilidade de um Governo que, além de violar e não cumprir a Lei de Bases, não honra os seus compromissos nem a sua assinatura?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Proença.

O Sr. João Proença (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, V. Ex.^a afirmou que este é um bom Orçamento. Mas será que o Sr. Ministro considera um bom orçamento aquele que diminui, em termos reais, as verbas para a administração do Trabalho e, em particular, para a Inspeção-Geral do Trabalho? Numa altura em que existe um elevado nível de trabalho precário, de trabalho negro e de trabalho infantil e em que resurge o problema dos salários em atraso, como justifica que a verba para a Inspeção-Geral do Trabalho diminua?

Por outro lado, neste Orçamento, o Sr. Ministro não respeita compromissos assumidos em sede de concertação social. Foi referido o problema do aumento das verbas para a segurança social e, no acordo, o Sr. Ministro tinha-se comprometido a aumentá-las gradualmente, de maneira a cumprir a Lei da Segurança Social. Nesse sentido, em 1991, aumentou-as em mais de 30 %, mas, em 1992, esse aumento não vai além dos 10 %, o que nem sequer cobre o aumento dos regimes que visa respelar.

Em segundo lugar, comprometeu-se a criar o instituto de higiene e segurança no trabalho a 1 de Janeiro de 1992, mas hoje ele nem sequer existe no papel. Comprometeu-se a transferir para estas acções, em três anos, verbas de 20 milhões de contos, mas, em 1992, elas atingem pouco mais de 10 %. Comprometeu-se a reforçar a reparação e a reabilitação, mas neste Orçamento as verbas, em termos reais, para pensões e acções de invalidez e de reabilitação diminuem. Como se justificam estes valores?

No seu discurso, o Sr. Ministro também foi completamente omisso quanto às metas, em termos de política de emprego. O Sr. Ministro das Finanças, em sede de concertação social, referiu que o nível de emprego ia aumentar 1 %, para justificar que o aumento da produtividade era de 2 %. Por outro lado, o Sr. Ministro do Emprego e da Segurança Social afirmou, em sede de Comissão de Economia, Finanças e Plano, que o nível de emprego não sofre qualquer alteração. Mas no orçamento da segurança social verifica-se um acréscimo de 63 % nas verbas do subsídio de desemprego, *lay-off* e outros. Ora, visto que o Sr. Ministro, contrariamente aos compromissos assumidos, afirma que não quer melhorar a cobertura nem as comparticipações, o que é que está por detrás destes números? Não será um receio de que o desemprego aumente sensivelmente em 1992?

A minha última questão diz respeito aos programas de formação. O Sr. Ministro referiu um catálogo desenvolvido das várias acções de formação, mas, infelizmente, não vimos o Sr. Ministro preocupar-se com a baixa taxa de

realização de alguns dos mais importantes programas nem com as medidas necessárias para aumentar essa realização. Aliás, essa taxa será tão baixa que até se transferem saldos do Instituto do Emprego para a segurança social. Quer isto dizer que a preocupação do Governo com a formação é tão diminuta que até accita e defende essa transcrição de saldos?

O Sr. Ministro também não justificou, relativamente a essas acções de formação, por que é que elas continuam a diminuir. De facto, ao contrário da grande preocupação que devia ser a da melhoria das qualificações dos trabalhadores, que só pode ser obtida através de cursos de duração alargada, a duração dos cursos continua a diminuir.

Também ressalta da sua intervenção o completo desprezo pelos trabalhadores não qualificados. É que, como os programas não são realizados, o direito destes trabalhadores à formação contínua está muito longe de ser garantido.

Que resposta, Sr. Ministro?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Elisa Damião.

A Sr.^a Elisa Damião (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, serei breve porque a maior parte das questões já aqui foram colocadas e, portanto, não desejo repeti-las.

No entanto, quero enfatizar a questão do orçamento da segurança social e dos compromissos assumidos, nomeadamente em três áreas. Na reforma do sistema de segurança social, cujos debates iniciámos, mas que não estão sequer numa fase de conclusão. A reforma de cálculo das pensões, como forma de ligar a segurança social à história contributiva do cidadão trabalhador, parece-nos urgente e não se vislumbra que o Governo do Sr. Ministro dê alguma atenção a esta questão, tendo privilegiado uma espécie de «caridade pública» de que o Sr. Ministro tem sido o porta-voz com alguma eficácia, diga-se, em termos eleitorais, mas sem nenhuma eficácia, em termos sociais, da governação dos dinheiros dos contribuintes para a segurança social. Basta que o Sr. Ministro pense no facto de os governos do Sr. Prof. Cavaco Silva terem sido aquelas que menores verbas, menor esforço relativamente ao produto interno bruto fizeram para a segurança social. Verificou-se um hiato no ano de 1991 relacionado com o efémero cumprimento do acordo — pelos vistos, o Governo não o terá feito de boa fé, uma vez que nãoencionava dar-lhe a menor continuidade. Assim sendo, Sr. Ministro, para quando a reforma de fundo do sistema que vá corrigir o facto de a pensão média ser apenas 3 % acima da pensão mínima?

Ainda voltando a chamar a atenção para as questões de higiene e segurança e para as políticas do trabalho, gostaria de referir o facto de a acção social e os programas contra a pobreza, para os quais o seu Ministério pode obter e vem obtendo avultadas verbas das Comunidades Europeias, não terem uma articulação com as políticas de formação profissional; a aplicação da acção social é completamente aleatória, depende dos profissionais de cada centro regional de segurança social e não tem nenhuma coerência nem eficácia na reinserção dos trabalhadores e dos cidadãos caídos em exclusão e marginalidade social.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pereira Lopes.

O Sr. Pereira Lopes (PSD): — Sr. Ministro, ouvi com particular atenção a intervenção de V. Ex.^º e quero dizer-lhe que não só me agradou como também, de certo modo, me tranquilizou.

Em primeiro lugar — não posso deixar de destacar estes dois aspectos, que considero importantíssimos —, porque por várias vezes V. Ex.^º referiu o papel importante que os parceiros sociais devem ter no desenvolvimento e no protagonizar de políticas que V. Ex.^º anunciou para 1992; em segundo lugar, e porque V. Ex.^º se referiu particularmente à importância que, para este Governo, continuaria a ter a formação profissional, políticas que respeitassem a reinserção de jovens na vida activa e também a reinserção de trabalhadores que fossem objecto de processos de reconversão ou de reestruturação de empresas. Quanto a isto, quero perguntar-lhe se estarei certo na conclusão que tiro de que o Governo continuará a ver no diálogo e na concertação social um meio privilegiado de encontro de soluções que interessam ao País.

O Sr. Alberto Martins (PS): — Continuará!

O Orador: — Em segundo lugar, pergunto se pelo facto de V. Ex.^º ter anunciado estas políticas isso é sinónimo de preocupação do Governo e de que o Governo continua a dar prioridade a políticas que visem o combate ao desemprego.

O Sr. Alberto Martins (PS): — Continua!

O Orador: — Por último, gostaria de saber se V. Ex.^º tem, no seu orçamento, os meios suficientes para concretizar estes objectivos.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro do Emprego e da Segurança Social.

O Sr. Ministro do Emprego e da Segurança Social: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, constato — e é a primeira constatação deste conjunto de perguntas — que todo o conjunto de afirmações que produzi durante a minha intervenção são reconhecidas como possíveis de concretizar em 1992. Portanto, o orçamento que diz respeito ao Ministério do Emprego contribuirá, claro, como uma marca de que o Orçamento do Estado para 1992 tem uma componente social importante. Todas as perguntas que me foram feitas, ou a maior parte delas, repousam em questões de natureza formal; em termos de um orçamento, que é um instrumento a executar determinado tipo de objectivos, nada disso foi questionado.

Começo por responder ao Sr. Deputado Guilherme Oliveira Martins, que focou questões da reforma da segurança social, problemas de regulamentação, da relação com o Tribunal de Contas, das vias de informação, mas antes comecei por referir que a segurança social era um parente pobre e não o demonstrou. V. Ex.^º diz que é um parente pobre para esses aspectos de natureza regulamentar — é a sua opinião —, o que eu contesto. Basta atentar nos indicadores mais elementares da segurança social, basta pensar que ainda há poucos anos a pensão mínima era de 5500\$ — e já ultrapassámos os 20 contos — para ver que há uma área onde há uma marca clara dos governos presididos pelo Prof. Cavaco Silva e que é o conjunto de despesas realizadas no domínio da segurança social a favor de extractos mais desfavorecidos da população portuguesa.

Mas não fui às perguntas que fez. Quanto à reforma da segurança social, está prevista; eu mesmo e o meu colega das Finanças estamos a trabalhar nessa matéria, temos um compromisso perante a concertação social, que não deixaremos de assumir. Trata-se de matéria muito delicada que não pode ser resumida apenas num Orçamento: é algo que tem um horizonte plurianual muito vasto e que vai ter repercussões para as gerações futuras. Portanto, é algo que vai ter de ser muito ponderado e que necessita, claramente, de um debate mais aprofundado e mais alargado nesta matéria.

Relativamente às questões que colocou acerca do Tribunal de Contas, já tive ocasião de responder em comissão parlamentar — julgo que não há problemas de qualquer espécie. Quanto à informação sobre a execução, posso dizer que tanto o INE como o Instituto de Gestão Financeira e Segurança Social já têm as estatísticas reportadas a 1991 (não foi possível ter mais), que as contas da segurança social integram as contas do Estado, e estas são aprovadas aqui na Assembleia da República.

Há um problema de pormenor que aquando da discussão na especialidade poderemos esclarecer, que é das transferências do Instituto do Emprego para a segurança social: trata-se de receitas do Instituto do Emprego que são oriundas do orçamento da segurança social. O rigor das despesas públicas faz com que não seja obrigatório consumir todas essas despesas; portanto, se houver critérios de boa gestão e de poupança, regressam à origem — é tão simples quanto isso. A não ser que o Sr. Deputado preferisse que essas verbas fossem gastas independentemente de haver objectivos e finalidades para as consumir.

A Sr.^a Deputada falou em honrar os compromissos do acordo económico e social — é evidente que o faremos. A Sr.^a Deputada teria razão se dissesse assim: «as transferências do Orçamento do Estado para a segurança social interromperam um ciclo de progresso social consecutivo, interromperam um ciclo, diminuindo este ano o poder de compra dos pensionistas». Ora, como isso não acontece, as transferências do Orçamento do Estado para a segurança social têm de ser compatíveis, naturalmente, com o défice do Orçamento e, naturalmente também, asseguro perante esta Câmara que um dos objectivos finais — que é o que interessa — a que nos propomos, e que corresponde a promessas eleitorais que iremos cumprir em 1992, é o de que o poder de compra dos pensionistas vai aumentar mais uma vez.

Aplausos do PSD.

O Sr. Deputado João Proença refere problemas que conhece bem porque tem acompanhado com intensidade a vida de alguns aspectos do Ministério e fala de problemas que têm a ver com a Inspecção-Geral do Trabalho, do problema da higiene e segurança no trabalho. Eu diria ao Sr. Deputado João Proença que nos últimos anos — não este ano, mas nos últimos quatro anos — as verbas de crescimento mais significativo em termos de funcionamento dos serviços foram as relativas à Inspecção-Geral do Trabalho — nos últimos três ou quatro anos, não tenho dados precisos, registaram crescimentos muito positivos que se distinguiram muito claramente dos outros serviços, o que significava que nós reconhecíamos que, a nível da Inspecção-Geral do Trabalho, havia um défice em termos de instalações e de equipamentos. Julgo que fizemos uma boa recuperação. Este ano é um ano de consolidação, mas

nos últimos anos fizemos um grande esforço no sentido de a Inspeção-Geral do Trabalho poder desempenhar cabalmente as suas funções.

As verbas que são transferidas do Orçamento do Estado para a segurança social são superiores ao aumento da inflação prevista. Independentemente da realização da reforma de fundo, que será aqui equacionada, da segurança social, julgo que os problemas seriam demasiado simples se fossem vistos apenas na perspectiva da transferência de verbas do Orçamento do Estado; trata-se de um problema muito mais complexo, muito mais difícil, em termos de equação de diversas alternativas, pelo que reservo para essa altura um longo debate sobre esta matéria. Mas este compromisso de transferência progressiva está assumido e, a meu ver, foi cumprido durante o ano de 1992.

Acerca da componente reabilitação, e apesar de não ter sido colocada nenhuma pergunta sobre a famosa tabela nacional de incapacidades, gostaria de dizer, e com muito gosto, que já está a discussão pública e que uma central sindical pediu até o adiamento do prazo dessa discussão — felizmente que hoje posso vir aqui dizer que essa promessa está finalmente cumprida, Srs. Deputados. Quanto a esse pedido de adiamento, compreende-se porque se trata de centenas de páginas de uma complexidade elevada.

Quanto à questão do subsídio de desemprego e à verba que aparece no orçamento da segurança social com uma taxa de crescimento tão acentuada, trata-se do resultado de duas coisas (não é que estejamos a prever aumento do desemprego, nada disso): no ano passado ou há dois anos introduzimos benefícios acrescidos no sistema do subsídio de desemprego e eles resultaram da aplicação do Orçamento de 1991; a segunda tem a ver com o aumento de salários que se verificou em 1991 e que levou a que a despesa do subsídio de desemprego fosse superior àquela que estava prevista. Portanto, são razões de carácter marcadamente social que justificam essa diferença entre a verba de 1992 e a de 1991.

Quanto à taxa de realização das acções de formação profissional, é com muito gosto que vos informo que em 1991, em quase todos os programas, a taxa excede os 90 % e alguns até excede a totalidade. A novidade que aparece aqui, com estas taxas de realização, tem a ver com um bom negócio que fizemos com a Comissão das Comunidades no sentido de a maior parte dos programas financiados em termos da formação profissional passar de um co-financiamento de 50 % ou 55 % para 75 %. Julgo que foi um bom contributo em termos de diminuir as nossas responsabilidades financeiras na execução dessas acções. Quanto aos trabalhadores não qualificados, também tive ocasião de referir na minha intervenção todo um conjunto de novos programas que a eles se destinam.

Em resposta à Sr.ª Deputada Elisa Damião, relativamente a todo um conjunto de incongruências e de dificuldades que encontrou, remetia V. Ex.ª para a capacidade de gestão que se vem revelando em termos de todo este tipo de questões. A acção social não é alcatória, Sr.ª Deputada, para nós tem um conteúdo muito humano, por isso não temos esquemas padronizados na forma de actuação da acção social. V. Ex.ª tem os problemas sociais na boca mas não sabe que combater a pobreza num bairro degradado numa zona de Lisboa é completamente diferente de combater a pobreza numa zona rural! Os tratamentos são distintos, não há metodologias comuns. Sr.ª Deputada, privilegiámos o elemento humano, por isso é que a acção social tem uma componente muito individualizada, porque

queremos servir aqueles que são os destinatários. Não é compatível com a acção social haver comportamentos padronizados.

Finalmente, Sr. Deputado Pereira Lopes, a concertação social é um princípio fundamental da actuação do Governo, consta do Programa do Governo, é uma das pedras basculares da nossa mancha de estar na política, pelo que será, para nós, um ponto importante em termos de condução da nossa política. Aliás, refiro que todas as medidas que anunciei aqui em termos de formação profissional tiveram a aprovação unânime de todos os parceiros sociais.

Que fique claro que isto não saiu da cabeça de um ministro; isto foi longamente trabalhado e todos os parceiros sociais, sem exceção, estão connosco a favor do conjunto de medidas que tive hoje ocasião de anunciar a esta Câmara.

O combate ao desemprego será, com certeza, uma das nossas preocupações. Neste momento somos, a nível europeu, dos poucos países que têm uma taxa inferior a 5 % — refiro que há países da CEE que têm taxas superiores a 20 %, como é o caso da Irlanda, que ultrapassou os 20 %. Essa é uma área à qual continuaremos a prestar a nossa atenção.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Ontem o Sr. Deputado Rui Carp e mesmo o Sr. Ministro das Finanças convidaram-me, nas suas intervenções, a analisar este Orçamento à luz do Programa do Governo e das promessas eleitorais do PSD. Vamos a isso, escolhendo para o efeito três árcas a título exemplificativo.

No programa eleitoral do PSD lia-se, a p. 41, o seguinte: «irá prosseguir-se uma política fiscal que possibilite prosseguir a política de desagravamento fiscal». Aí está agora o verdadeiro significado de tão «solene» promessa que o Governo e o Ministro das Finanças traduziram por uma eufemística «harmonização fiscal». Harmonização fiscal, para os Portugueses, tem um significado muito mais claro e directo, traduzido na expressão «vamos pagar mais impostos».

Apesar da mentira permanente e do ar de educador do povo que ontem caracterizaram o discurso do Sr. Ministro das Finanças (que se assumiu como uma espécie de manto da fantasia, diga-se pesado, a servir de escudo protector da responsabilidade efectiva do Primeiro-Ministro), o facto é que uma mentira, por muitas vezes que seja repetida, não se transforma em verdade. Mais de 30 % de aumento nas receitas fiscais e mais 674 milhões de contos de impostos é quanto o Governo se propõe arrecadar, com o seu peso no PIB a crescer mais de 3 pontos percentuais.

No IVA passa-se de uma arrecadação de 608 milhões de contos orçamentados em 1991 para, no mínimo, 900 milhões de contos, mais 48 %. Mero crescimento do consumo? Não! É sobretudo o resultado da alteração das taxas do IVA.

Bens de consumo do dia-a-dia dos Portugueses aí estão a sofrerem os aumentos resultantes da alteração das taxas do IVA, como acontece, entre muitos outros, com o pão, o leite (que já sofreu em Janeiro um aumento de cerca de 20 %), o arroz, a farinha, as massas alimentícias, a carne, o peixe, os legumes, as frutas e as águas.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente e Srs. Deputados: Tudo o que são bens alimentares e que mais pesa nos orçamentos das famílias de menores recursos é especialmente visado neste Orçamento.

O Sr. João Amaral (PCP): — Essa é a página negra do Orçamento!

O Orador: — É claramente uma política virada contra os interesses da maioria dos portugueses e de inaceitável acentuação das desigualdades e das injustiças sociais o que se espelha neste Orçamento.

A segunda área é a dos bens culturais e educativos. Lê-se no Programa do Governo que este prosseguirá — passo a citar — as «acções de apoio à política de divulgação do livro», mas são precisamente os livros, os jornais e as revistas, num país com um fraquíssimo índice de leitura, que passam a ser sobreacarregados com IVA, passando até o material didáctico de uma taxa de 8 % para 16 %, ...

O Sr. João Amaral (PCP): — Um escândalo!

O Orador: — ... quando, como muito bem lembram a Associação Portuguesa de Escritores e a Associação de Imprensa Não Diária, países como o Reino Unido, a Bélgica e a Dinamarca continuam a aplicar a taxa zero.

Uma terceira área é a dos bens relacionados com os serviços de saúde, sobre os quais se lê, no programa eleitoral do PSD, nada menos do que isto: «importa prosseguir no objectivo de aliviar os orçamentos familiares das despesas de saúde».

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Nota-se!

O Orador: — Que faz o Governo? Ressuscita as já célebres taxas moderadoras e passa a sobreacarregar com IVA os medicamentos até agora isentos!

Na linha de um discurso de falta de rigor, o Sr. Ministro das Finanças insinuou ontem que os livros e os medicamentos estavam entre os produtos que obrigatoriamente teriam de ficar desde já sujeitos a IVA. É falso! Os livros, os jornais, as revistas e os medicamentos estão exactamente entre os bens que expressamente constam da lista aprovada no Conselho ECOFIN como podendo manter a taxa zero até 31 de Dezembro de 1996.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Exactamente!

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Está lá escrito!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Um dos sectores da economia portuguesa que mais se debate com as condições desfavoráveis de competitividade no quadro da Comunidade é o da agricultura. O que se está a passar com os cereais, o vinho, o leite ou a pecuária é altamente preocupante. Enquanto são impostas aos agricultores sucessivas quebras nos preços pagos à produção, os factores de produção mantêm-se em valores 20 % a 30 % mais elevados do que os dos seus parceiros europeus.

Há muito que uma reclamação generalizada, mesmo da área da bancada do PSD, é a da necessidade de serem diminuídos os custos dos factores de produção. Que faz o Governo? A par de um orçamento do Ministério da

Agricultura, que está longe de corresponder às necessidades actuais do sector, faz incidir o IVA em adubos, fertilizantes, sementes e forragens, entre outros, criando assim, ao contrário do que importa qualquer política de bom-senso nesta altura, uma ainda maior pressão sobre os rendimentos dos agricultores e prejudicando ainda mais o já muito difícil quadro em que a agricultura se move. Ao todo, são cerca de 4000 produtos que, de uma vez só, sacram da taxa zero.

A Sr.ª Apolónia Teixeira (PCP): — Um escândalo!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Diz o Governo de Cavaco Silva que isto não significa mais carga fiscal, até porque, se há produtos que aumentaram, há outros que desceram, como ainda ontem aqui repetiu o Sr. Ministro das Finanças. Que nos diz o índice de preços no consumidor (IPC)? É que a simples aplicação das alterações das taxas do IVA significa um agravamento desse índice em 2,5 %. Ou, lendo esta questão por outro ângulo, dir-se-á que, se actualmente uma família portuguesa paga em média, directa ou indirectamente, 18 contos por mês de IVA nos bens e serviços que adquire, passa a pagar, a partir deste Orçamento, 25 contos por mês!

Este facto é confirmado pelas múltiplas associações empresariais que se nos têm dirigido nos últimos dias. Desde a Associação da Indústria Cervejeira às indústrias de chocolates, desde os restaurantes às indústrias de águas minero-medicinais e de mesa, desde os importadores de algodão em rama até à Associação de Empresas de Construção de Obras Públicas, todos são unâmines em afirmar que irá haver um aumento dos preços. A Associação dos Restaurantes diz mesmo que «a alteração das taxas do IVA vai constituir de facto um pesado agravamento dos preços da alimentação».

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — E é verdade!

O Orador: — Um recorde já conseguiu este Orçamento do Estado: anular as eventuais expectativas desinflacionistas dos agentes económicos, coisa que o ministro Cadilhe levou alguns anos a atingir.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Bem dito!

O Orador: — Pode o Sr. Ministro das Finanças querer «tapar o sol com uma peneira» que o aumento da carga fiscal e o aumento generalizado dos preços são o claro resultado da alteração das taxas do IVA.

Mas não é só o IVA que se agrava. Todos os impostos indirectos sofrem substanciais agravamentos, o menor dos quais não será também no imposto automóvel, cujas verdadeiras alterações o Governo ainda não quis esclarecer mas que seguramente significarão — como o Sr. Ministro das Finanças indicou na sua já célebre ida à televisão — um forte aumento nas viaturas de menor cilindrada.

O Sr. Ministro das Finanças procurou, num passe de mágica, dizer aos Portugueses «contribuintes, a harmonização fiscal está convosco, tal como a CEE manda!». Mas a CEE não manda assim! Como todos sabemos — e o Sr. Ministro melhor do que ninguém —, o Conselho ECOFIN de 24 de Junho (confirmado pelo Conselho ECOFIN de 17 de Dezembro) concluiu que o regime transitório do IVA só terá de ser substituído pelo regime definitivo em princípio a partir de 1 de Janeiro de 1997 e que, no quadro do regime transitório, os «Estados membros que aplicavam

em 1 de Janeiro de 1991 uma taxa inferior ao mínimo definido para a taxa reduzida terão a possibilidade de manter esta taxa super-reduzida, incluindo a taxa zero». Ou seja: mesmo no quadro da harmonização fiscal, o Governo poderia ter optado por alterações graduais que fossem menos penosas para os contribuintes portugueses e sem os efeitos perversos na economia que a opção tomada neste Orçamento potencia.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Por que escolheu então o Governo este caminho? Seguramente, como já ontem foi afirmado, que a previsão de sucessivos processos eleitorais a partir do próximo ano não é alheia a esta estratégia de, contra os interesses nacionais e dos contribuintes, dar a beber a poção toda neste Orçamento. Estamos certos de que os Portugueses não terão a memória curta!

O Sr. Luís Fazenda (Indep.): — Muito bem!

O Orador: — Mas estão também em causa os impostos directos: são 269 milhões de contos, em que o IRS tem um incremento de 44 % e o IRC de 17 %.

Façamos um exercício simples para o IRS, considerando um casal com um filho. As alterações propostas nos escalões e nas deduções são somente de 8 %. Mesmo admitindo que os salários só aumentassem os 9,5 % que o Governo quer impor, o que aconteceria é que haveria um agravamento efectivo da carga fiscal, seja qual for o escalão considerado.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — É verdade!

O Orador: — Mas, significativamente, esse agravamento fiscal é mais elevado nos rendimentos mais baixos (como provamos num quadro que agora mesmo distribuímos aos representantes da comunicação social), vai sendo atenuado à medida que crescem os rendimentos e será tanto maior quanto as lutas dos trabalhadores conseguirem, como vão conseguir, romper com os tectos salariais que o Governo quer impor.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Em contraste, Sr. Presidente e Srs. Deputados, em matéria de benefícios fiscais às empresas, o ano de 1991, como se comprova pelo recente artigo escrito na revista *Fiscalidade*, não se limitará aos 25 milhões de contos para que o relatório do Orçamento aponta e que mesmo assim representam já mais do dobro do que estava orçamentado, mas seguramente ultrapassará, na base desses valores, os 125 milhões de contos, o que corresponde a quase metade do total que seria potencialmente possível arrecadar de IRC e cerca de 75 % da verba que foi arrecadada em sede de IRC. Há, pois, toda a legitimidade para pensar que o montante dos benefícios fiscais em 1992 será muitas vezes superior aos 39 milhões de contos previstos no Orçamento do Estado.

Em suma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a chamada «harmonização fiscal» significa, isso sim, um brutal agravamento da carga fiscal, apesar de haver outros caminhos e alternativas, como aliás já ontem o meu camarada Octávio Teixeira aqui demonstrou. Brutal agravamento da carga fiscal que, nos impostos indirectos, designadamente no IVA, penaliza as famílias de mais baixos rendimentos

e distancia ainda mais Portugal dos países da Comunidade no que toca ao peso relativo dos impostos indirectos e directos; nos impostos directos, em particular no IRS, significa um efectivo agravamento fiscal, mais forte também nos rendimentos mais baixos, por contraste com um valor inaceitável de benefícios fiscais para os lucros das empresas.

...! Mão rotas para o grande capital e sacrifícios para os trabalhadores e as camadas médias!

Passada que foi a fase das promessas eleitorais, os Portugueses aqui têm a factura que lhes é apresentada pelo PSD e por Cavaco Silva. Com as suas promessas eleitorais, enganaram os Portugueses e apresentam agora este estranho «contrato» (como o Sr. Ministro das Finanças ontem lhe chamou) que o Governo quer impor ao País. Mas um contrato — é preciso lembrá-lo — exige, no mínimo, a livre adesão de duas partes. Ora, o que há aqui é uma imposição unilateral a exigir a rendição dos Portugueses. Se não há consenso, é preciso que fique claro para o País que o Governo é o único responsável por essa falta de consenso.

Mas os Portugueses saberão certamente reagir e lutar contra esta política autoritária de mais desigualdades e mais injustiça social.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rio.

O Sr. Rui Rio (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Lino de Carvalho, agrada-me desde logo verificar que V. Ex.^ª está realmente preocupado com a convergência da nossa economia com a da CEE, embora no passado estivesse preocupado com a convergência da nossa economia com a economia da União Soviética.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Lá vem a *cassetete*!...

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Isso já não se usa!

O Orador: — Ainda bem que melhorou e que fez uma evoluçãozinha.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Já vi por que é que o Sr. Secretário de Estado Luís Filipe Meneses não deixa de ser dirigente da estrutura do Porto!...

O Orador: — O Sr. Ministro das Finanças tem efectivamente feito aqui um certo esforço de pedagogia, que me parece, todavia, ainda não ter sido suficiente, nomeadamente no que se refere à questão da carga fiscal.

O PSD vai ter de se solidarizar com ele e de fazer também um pequeno esforço de pedagogia nesta matéria. Eu, embora não tenha a experiência académica e pedagógica do Sr. Ministro das Finanças, até por nunca ter sido professor, tentarei igualmente «dar uma mãozinha» e explicar as questões em apreço, esperando ser um pouco mais feliz.

O Sr. Alberto Martins (PS): — Não vai chegar a oito!...

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Ser mais feliz do que o Sr. Ministro das Finanças não é difícil!

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — É monitor!

O Orador: — Relativamente ao IRS, os respectivos escalões foram actualizados em 8 %, o que corresponde à taxa de inflação prevista para este ano. Se não fossem actualizados em 8 % mas em função de uma outra taxa qualquer, o que haveria era desagravamento. Ora, nós não estamos a dizer que há desagravamento fiscal em sede de IRS, estamos a afirmar que, em termos reais, se mantêm os escalões do IRS.

O que afirmamos é perfeitamente claro e, por mais esforço pedagógico que faça, não o consigo explicar de outra maneira.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Porque não percebeu! Não aprendeu a lição!

O Sr. José Magalhães (PS): — Precisa de mais uma aula!

O Orador: — Só consigo dizer que, se os escalões são actualizados em 8 % e a taxa a aplicar é de 8 %, não há, obviamente, agravamento fiscal.

Quanto ao imposto sobre o valor acrescentado e à carga fiscal de que os senhores tanto falam nessa matéria, vamos lá a ver se tenho um pouco mais de sorte do que a que o Sr. Ministro das Finanças tem tido nas explicações que vem dando à bancada do Partido Comunista.

O Sr. José Magalhães (PS): — Ainda não recebeu o fascículo correspondente a esta matéria!

O Orador: — Se a carga fiscal em sede de imposto sobre o valor acrescentado aumentar, tal facto traduz-se, obviamente, num aumento dos preços. Se, por outro lado, a taxa de inflação for de 8 % e os salários crescerem neste país pelo menos 8 %, explique-me o Sr. Deputado como é que vai baixar o nível de bem-estar dos Portugueses?

O Sr. José Magalhães (PS): — Aprendeu mal!

O Orador: — Se realmente o nível de bem-estar dos Portugueses não baixa, explique-me então o Sr. Deputado o que é isso de agravamento da carga fiscal.

Risos do PS, do PCP e do CDS.

Afinal, com que é que o Sr. Deputado está preocupado? Está ou não preocupado com o nível de bem-estar dos Portugueses?

Com o que nós, PSD, estamos preocupados é com o nível de bem-estar das populações portuguesas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Se realmente a inflação for de 8 % e os salários crescerem no mínimo 8 %,...

Vozes do PS e do PCP: — Se,... se,... se!

O Orador: — ... explique-me o Sr. Deputado como é que baixa esse nível de bem-estar.

Gostaria, finalmente, de referir um pequeno pormenor em relação à incidência do IVA nos medicamentos. Se os medicamentos são em larga medida comparticipados pelo Estado, como é que se consegue explicar às populações

que são elas que irão sofrer um eventual agravamento dos preços, por via de algo que é pago em grande medida pelo Estado?

Protestos do PCP.

Constatou, em suma, que formularam muitos pedidos de esclarecimento à intervenção do Sr. Ministro das Finanças, mas que ainda não estão bem esclarecidos.

Aplausos do PSD.

Protestos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Carp.

O Sr. Rui Carp (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Lino de Carvalho, o seu discurso apresentou várias contradições, o que é habitual nas intervenções da sua bancada.

Diz, por exemplo, o Sr. Deputado, a dada altura, que a aplicação do IVA aos livros é um dos factores que poderá implicar agravamento da inflação. Ao mesmo tempo, diz que os Portugueses têm muito pouco ou quase nada, o que é uma prova evidente talvez da contradição dos vossos discursos e da incerteza habitual dos discursos do Partido Comunista.

Referiu-se ainda, na parte final da sua intervenção, aos incentivos fiscais às empresas e ao investimento. Já ontem o Sr. Deputado Octávio Teixeira disse que este Orçamento gera pouca confiança nos empresários. Conhecemos a influência que o Partido Comunista tem na confiança dos empresários, os quais habitualmente, como é tradicional e histórico, têm uma grande garantia e confiam plenamente nas intervenções do Partido Comunista...

O Sr. João Amaral (PCP): — Vocês concedem benesses!

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — São uns mãos-rotas!

O Orador: — Disse o Sr. Deputado que havia uma forte despesa fiscal e uma forte perda de receita em resultado dos benefícios que o Estado se propõe conceder às empresas e ao investimento em 1992. A questão que lhe coloco, muito simples, é a seguinte: o Sr. Deputado conhece outra forma de criar mais emprego e mais postos de trabalho e de melhorar as condições de trabalho sem ser através do investimento? Ou será que o Partido Comunista também já defende agora, no meio das suas contradições, mais desemprego e piores condições de trabalho?

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Dado o pouco tempo de que disponho, procurarei responder com brevidade e em bloco às questões que me foram colocadas.

Tenho de reconhecer que o estilo do Sr. Ministro das Finanças, de educador do povo, está a fazer escola no PSD, tendo agora sido copiado pelo Sr. Deputado Rui Rio.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Mas nem o Sr. Ministro nem o Sr. Deputado Rui Rio conseguem explicar o que é inexplicável e o que os Portugueses, no dia-a-dia, vão sofrer durante este ano, quando tiverem de fazer face aos novos preços que resultarão do aumento efectivo da carga fiscal que este Orçamento claramente traduz, por muito que os senhores queiram, como afirmei, «tapar o Sol com uma peneira».

Aliás, o Sr. Deputado Rui Rio andou em círculo, sem dele sair, e veio dizer, no fundo, que não falam em desagravamento. A verdade é que não dissemos que o PSD fala em desagravamento. O que dizemos é que o PSD afirma que não há agravamento do IRS.

Verificamos, todavia, o contrário, se fizermos um pequeno exercício de raciocínio. Basta que o IRS sofra, nos escalões e nas deduções, um aumento de apenas 8 % e que os salários sejam aumentados em 9,5 % — naquele quadro de menos de dois dígitos de que o Sr. Ministro das Finanças fala — para, como os mapas indicam, se passar para o escalão seguinte ou mesmo se suportar, no mesmo escalão, um agravamento superior em 3 % ao aumento dos rendimentos. Como é que o Sr. Deputado explica isto? É ou não um agravamento da carga fiscal em sede de IRS?

O Sr. Rui Carp (PSD): — Não é, não!

O Orador: — Já percebi que também o Sr. Deputado Rui Rio não nos conseguiu explicar, nem aos Portugueses, tal agravamento da carga fiscal.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Não percebeu a lição!

O Orador: — Percebi ainda, por outro lado, por que é que o Sr. Secretário de Estado Luís Filipe Meneses irá certamente continuar durante muito tempo como presidente da Comissão Política Distrital do Porto do PSD.

Vozes do PCP: — Muito bem!

Vozes do PSD: — Oh!...

O Orador: — Sr. Deputado Rui Carp, já ontem tivemos oportunidade de referir, a propósito da intervenção do meu camarada Octávio Teixeira, que há outros caminhos para encontrar as soluções que permitem ir ao encontro das conclusões de Maastricht, designadamente da necessidade da tal harmonização fiscal. Há, por exemplo, o caminho do gradualismo, um caminho que permitiria desacelerar, numa primeira fase, a inflação e reduzir o défice de uma forma menos acelerada. Isso implicaria um melhor gradualismo na harmonização fiscal, o que, em conjunto com o reforço dos fundos estruturais decorrentes do Pacote Delors 2, possibilitaria um desenvolvimento mais sustentado da economia e, assim, poderia conduzir a mais elevadas taxas de crescimento, a mais receitas fiscais e até a uma quebra da taxa de juro, coisa que parece não estar a acontecer.

Existem, pois, outros caminhos que levarão a mais investimento e mais emprego, sem sobrecarregar os Portugueses com mais impostos e perda de rendimentos, como se pretende neste Orçamento.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro do Mar.

O Sr. Rui Carp (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpellar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Qual a decisão da Mesa ou o facto relativo ao andamento dos trabalhos que lhe suscitam a interpelação?

O Sr. Rui Carp (PSD): — O Sr. Presidente acaba de dar a palavra para uma nova intervenção e parece-me que, salvo melhor opinião, a Mesa cortou a palavra ao Sr. Deputado Lino de Carvalho, porque ele ainda não respondeu à pergunta que lhe coloquei.

Risos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro do Mar.

O Sr. Ministro do Mar (Azevedo Soares): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Aspectos fundamentais de uma política marítima aparecem este ano orçamentados no âmbito do novo Ministério do Mar. As funções e os organismos já existiam mas surgem agora arrumados numa perspectiva política diferente, a que corresponderá necessariamente uma nova linha de orientação e uma outra definição de prioridades.

Sendo este o primeiro orçamento de uma nova legislatura e, simultaneamente, o primeiro orçamento de um novo ministério, compreender-se-á que me debruço mais sobre o futuro do que sobre comparações com o passado.

Os actuais conhecimentos científicos e tecnológicos, a evidência das coisas de agora, a leitura das lições do passado e a reflexão sobre o futuro previsível conduzem-nos, com relativa facilidade, à conclusão de que o mar e as actividades com ele relacionadas assumirão uma importância crescente e estratégica nas preocupações da humanidade. Nos países mais desenvolvidos e no seio da Comunidade Europeia, ninguém duvida desta conclusão e, por isso, preparam-se, mais ou menos afincadamente, para enfrentar os novos desafios.

É razoavelmente sabido que o homem já chegou à Lua e que circulam em torno da Terra, tripulados ou não, milhares de objectos com fins e utilidades muito diversos. Mas a última grande fronteira do homem, na Terra, é indiscutivelmente o mar. Fonte de alimento, de espaço, de energia e de minerais, o mar será cada vez mais utilizado, estudado e explorado.

A gestão e a protecção dos recursos vivos, a exploração dos minerais e dos combustíveis, o aproveitamento energético das marés, das ondas e das diferenças de temperatura e a crescente necessidade de recurso aos transportes marítimos, são actividades todas elas relacionadas e interdependentes. Umas limitam as outras mas entre elas também se originam factores de desenvolvimento mútuo.

O próprio clima, tão fortemente influenciado pelos oceanos, impõe também as suas regras, alargando a complexidade do problema. É esta complexidade e a interdependência já referida que conduzem à conclusão, razoavelmente segura, de que há uma problemática marítima bem identificada, à qual deverá corresponder a existência de uma política marítima.

Portugal é um país essencialmente marítimo, pela geografia e pela história, e continuará a sê-lo por via da mesma geografia e pelos desafios do futuro.

Controlamos a maior zona económica exclusiva do actual espaço comunitário, desenvolvemos uma significativa actividade de pesca, o comércio externo do País depende, em cerca de 80 %, dos transportes marítimos, a indústria do turismo está fortemente relacionada com o mar e dispomos ainda de algum conhecimento específico no campo das ciências marinhas. Assim, é nítida a propensão apontada pelas condições naturais e estratégicas do País para o desenvolvimento das suas potencialidades marítimas, como uma entre outras variáveis essenciais do seu futuro económico, político, científico e cultural.

Neste quadro, temos a obrigação de garantir a protecção dos nossos interesses e de desenvolver as nossas capacidades no campo das actividades marítimas.

O Sr. Rui Carp (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A política do Governo, no âmbito do Ministério do Mar, vai orientar-se da forma que passo a expor:

Racionalizar o funcionamento dos portos através da sua modernização física e tecnológica, da regulamentação adequada da operação e do trabalho portuários, da especialização portuária e da coordenação eficaz da política portuária. Esta racionalização implica ainda que se desenvolva um esforço de maior articulação das facilidades portuárias com as redes rodoviárias e ferroviárias, facilitando-se assim o tráfego multimodal das mercadorias;

Impulsionar o desenvolvimento de algumas zonas portuárias no sentido da sua utilização pelas populações para efeitos de lazer;

Promover o rejuvenescimento da marinha de comércio, incentivando financeiramente os armadores para a compra de unidades mais modernas e criando condições gerais de atracividade para o sector;

Promover a adopção de normas necessárias a uma mais efectiva aplicação das regras nacionais e internacionais sobre segurança marítima e o desenvolvimento dos mecanismos conducentes à sua fiscalização;

Proteger os recursos da pesca de forma a garantir a sua perenidade, fazendo aplicar as medidas técnicas adequadas, sem ceder a pressões que apenas se baseiam em perspectivas de curto prazo;

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Vale a pena referir, neste momento, que pescar menos ou não pescar mais não significa, necessariamente, fazer diminuir os rendimentos provenientes da actividade da pesca.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador:

Apoiar o redimensionamento e a modernização dos diversos tipos de frota, através de incentivos ao abate de embarcações mais antigas e à construção de unidades mais modernas e adequadas. Se

necessário, serão tomadas medidas de acompanhamento social tendentes a minorar eventuais efeitos negativos do redimensionamento referido; Apoiar a modernização da indústria transformadora ligada às pescas, sector tradicionalmente muito protegido mas que terá de fazer face à criação do Mercado Único;

Incentivar o desenvolvimento da aquacultura nas áreas e condições adequadas à preservação dos recursos naturais;

Contribuir para o reforço da investigação no campo das ciências marinhas;

Desenvolver o ensino e a formação profissional no âmbito das actividades náuticas, da pesca e portuárias, através de um melhor aproveitamento das estruturas já existentes e da reformulação de alguns dos seus objectivos;

Articular as políticas do sector com as políticas comunitárias apropriadas — será de sublinhar, neste ponto, que decorre no seio da Comunidade Europeia um importante debate sobre o relatório elaborado pela Comissão e que se refere aos últimos 10 anos da política comum de pescas. É de admitir que, na sequência desse debate, surjam novas orientações. Entretanto, está já em curso o processo destinado a integrar o sector das pescas na reforma dos fundos estruturais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Para executar as linhas de orientação fixadas, estão atribuídas ao Ministério do Mar as verbas que considero apropriadas, tendo em conta as opções fundamentais que presidiram à elaboração do Orçamento do Estado para 1992.

Importa sublinhar desde já que, sendo este Ministério de criação muito recente, o seu orçamento para este ano constitui um ponto de partida ainda muito marcado pelos critérios que presidiram no passado à orçamentação das suas actividades, nos departamentos governamentais a que pertenciam.

Notar-se-á, Srs. Deputados, um esforço de contenção nas despesas correntes, que, todavia, não afectará o normal funcionamento dos organismos, antes contribuirá para que estes adoptem sem tibicaz as medidas de racionalização que se exigem.

De resto, é minha convicção de que a lei orgânica do Ministério do Mar, que em breve será aprovada, há-de contemplar soluções organizativas que permitirão aumentar a eficácia de funcionamento do Ministério e reduzir, em termos relativos, o seu custo.

As despesas de funcionamento têm um crescimento nominal compatível com as metas orçamentais fixadas, se delas forem expurgados os montantes atribuídos para o funcionamento de dois novos gabinetes governamentais.

Nas despesas de investimento deu-se prioridade aos programas e projectos que mais directamente incidem sobre o aumento de competitividade da economia portuguesa e que permitem um aproveitamento mais eficaz dos fundos comunitários. Por outro lado, e ainda no campo dos investimentos, levou-se em linha de conta a capacidade de execução no ano em curso, a estimativa de investimentos do sector privado e uma certa prudência ditada pela natural necessidade de reavaliar a adequação e a prioridade de alguns projectos.

No entanto, há um crescimento real dos investimentos, especialmente visível no crescimento do PIDDAC apoios para a área das pescas, conseguido em grande parte à custa

da diminuição do respectivo PIDDAC tradicional. Trata-se de uma opção muito clara do tipo de investimentos que se consideram prioritários. Por outro lado, é conveniente ter presente, pela sua enorme relevância, que as administrações portuárias têm inscritos nos seus orçamentos privativos investimentos previstos da ordem dos 16,5 milhões de contos.

Para que se fique com uma ideia mais clara sobre a actividade do Ministério do Mar prevista para o ano em curso, convém ainda referir que as receitas globais estimadas dos serviços autónomos se cifram em cerca de 44 milhões de contos e as despesas atingem os 36 milhões de contos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este será o ano i do novo Ministério do Mar. Tudo o que começa vem carregado de esperança. O orçamento que vos apresento permite cumprir essa esperança. Se isso vai acontecer ou não, aqui estarão VV. Ex.^{as} para apreciar no futuro.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, estão inscritos os Srs. Deputados José Apolinário, José Reis e António Vairinhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Apolinário.

O Sr. José Apolinário (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro do Mar, gostaria de colocar-lhe apenas três curtas questões.

Em primeiro lugar, o Sr. Ministro não referiu uma matéria que preocupa muitos municípios ribeirinhos e que se relaciona com a comparticipação do imposto de pescado para as receitas municipais, já que a DOCAPESCA não tem feito essa transferência. Como essa matéria é novamente abordada no Orçamento de Estado, gostava que o Sr. Ministro explicasse qual é a posição do Governo sobre essa questão.

A segunda questão relaciona-se com a área da aquacultura, em particular no que concerne ao Algarve. A região do Algarve produz cerca de 95 % do produto nacional de bivalves comestíveis — em 1990 produziu cerca de 1200 t nas zonas da ria Formosa e da ria do Alvor. Segundo os aquacultores, a potencialidade poderia ir até cerca de 8000 t. Porém, faltam investimentos de fundo na área de modernização deste sector, nomeadamente em termos de saneamento básico. Por exemplo, só no caso da ria Formosa são necessários mais de 3 milhões de contos para garantir a salubridade das águas e para que a produção desses aquacultores tenha sucesso. Neste sentido, gostava que o Sr. Ministro dissesse também à Câmara quais são as linhas de orientação do seu Governo em matéria de aquacultura.

A terceira e última questão refere-se à pequena pesca. Tendo em atenção que esta área envolve particularmente zonas com um grande impacte económico e social, quais são as directrizes do Governo quanto a medidas compensatórias e de fiscalização? Ou continuará a existir uma situação em que, na prática, a fiscalização não funciona, prejudicando assim a pequena pesca?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Reis.

O Sr. José Reis (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro do Mar, em primeiro lugar pretendia colocar-lhe duas perguntas muito breves, estando a primeira relacionada com

a marinha de comércio, à qual V. Ex.^a se referiu de uma forma muito breve enunciando a necessidade de criar incentivos. Gostava que V. Ex.^a dissesse que tipo de incentivos vai criar, isto é, como pensa resolver essa profunda e actual crise dos armadores da marinha de comércio.

O Sr. Ministro falou muito das pescas; no entanto, queria perguntar-lhe se não julga necessário rever o regime jurídico do trabalho a bordo de navios de pesca, que, como sabe, é muito antigo e precisa de ser revisto. Portanto, gostava que V. Ex.^a abordasse esta questão.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Vairinhos.

O Sr. António Vairinhos (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro do Mar, desejava colocar-lhe uma questão muito breve sobre a preservação dos stocks de crustáccos. Tem havido nos últimos anos uma efectiva degradação dos nossos stocks, nesta e noutras áreas, apesar de terem sido muito bem geridos pelos responsáveis. Este problema, entretanto, vem sendo resolvido através das malhagens, criando condições para que essa exaustão não se faça tão aceleradamente e haja reprodução desses mesmos stocks.

No que se refere aos bancos de crustáccos, existem alguns problemas e uma grande preocupação, que eu sei existir, apesar de ainda não ter colocado directamente esta questão, da parte do Ministério mas também dos armadores, principalmente no que se refere ao tamanho dos lagostins que estão a ser pescados. Estou certo de que haverá da parte do Ministério do Mar algo pensado sobre uma actuação que possa eventualmente traduzir-se no estabelecimento de um período de deseso na pesca de arrasto de crustáccos. Assim, deixo esta questão simples no sentido de saber se há alguma viabilidade no estabelecimento de um diálogo entre os armadores, os pescadores e o Ministério que poderá concretizar um período de deseso que leve à manutenção dos nossos stocks de crustáccos.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Ministro do Mar.

O Sr. Ministro do Mar: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sr. Deputado José Apolinário, V. Ex.^a referiu duas ou três questões, a que responderei brevemente.

A taxa a que se referiu é a que a DOCAPESCA paga aos municípios pelo exercício da sua actividade em áreas que não são da sua pertença. O que ficou estabelecido no Orçamento do Estado é que a DOCAPESCA continuará a pagar essa taxa mas não em relação aos municípios onde a empresa está instalada em terrenos e em edifícios próprios, continuando a prestar um serviço que é manifestamente reconhecido como de interesse público.

O Sr. José Apolinário (PS): — Posso interrompê-lo, Sr. Ministro?

O Orador: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. José Apolinário (PS): — Sr. Ministro, e a dívida do passado?

O Orador: — Essa é uma matéria que está em contencioso e suponho que não será esta a sede própria para a abordarmos.

Quanto ao problema da aquacultura a que se referiu, esclareço que está inscrita uma verba para apoio e incentivo a esta actividade, que não é uma verba fechada, mas, sim, uma verba que tem de ter em conta o passado recente na aquacultura e as intenções de investimento da iniciativa privada. Ela poderá variar se, porventura, as intenções de investimento forem superiores às previsões que o Governo faz. Nessa altura, pertencendo ao PIDDAC apoios, poder-se-á compensar com verbas provenientes de menores execuções que possam ocorrer noutros programas.

O programa da fiscalização da pequena pesca tem vindo a ser significativamente desenvolvido — e em alguns aspectos somos pioneiros —, estando previstas novas medidas para equipar embarcações com meios de localização e também medidas, por parte das entidades fiscalizadoras, no sentido de assegurar uma mais apertada fiscalização desta actividade. Esta medida é considerada para nós prioritária e está inscrita na política, muito clara, de protecção dos recursos da pesca.

Quando fala em medidas compensatórias julgo que se refere ao apoio que o Estado dará para efeitos de redimensionamento e de modernização da frota. Para esse efeito estão inscritas as verbas que estimamos adequadas e indicada a nossa disponibilidade para minorar eventuais consequências sociais negativas desse redimensionamento. De qualquer maneira, convém ter presente que desde o ano passado esta actividade tem vindo a ser comparticipada pela Comunidade Europeia.

O Sr. Deputado José Reis referiu-se aos incentivos à marinha de comércio e à profunda crise que atravessa. Suponho que esta matéria é centenária porque pelo menos há 300 ou 400 anos que estamos a falar da profunda crise da marinha de comércio.

Pessoalmente, não subscrevo inteiramente essa tese. É certo que temos problemas com a marinha de comércio, um dos quais, talvez o mais importante, é o da idade média das suas embarcações, a qual está bastante distante da média mundial e da das embarcações dos outros países europeus. Crecio que é nesta matéria que tem de intervir-se e, nesse sentido, o Governo inscreveu no Orçamento verbas adequadas — da ordem dos 600 000 contos — para apoiar iniciativas dos armadores e, simultaneamente, tentar promover um conjunto de medidas regulamentares e outras que, mais do que um incentivo directo à compra ou construção de novos navios, possam permitir aos armadores sentir que, sob o ponto de vista regulamentar, a sua actividade passará a ser mais atractiva do que é neste momento. Esta é uma matéria que cuidaremos em especial.

Quanto ao regime jurídico do trabalho a bordo, não tenho sequer sentido da parte dos sindicatos grandes exigências neste capítulo. Trata-se de uma matéria muito delicada porque mexe com equilíbrios ancestrais. O Estado já tem promovido estudos no sentido de caminhar para a regulamentação deste trabalho mas manda a prudência que o faça com grande sentido de equidade, de equilíbrio e de permanente atenção à realidade do que se passa nos navios. Neste momento, as partes interessadas não revelam um empenho muito significativo para que o Estado intervenha.

Sr. Deputado António Vairinhos, referiu-se ao problema dos stocks e da sua protecção no que se refere aos crustáceos.

Não tem havido aumentos de concessão de licenças para a pesca dos crustáceos e a informação de que dispomos aponta para que os stocks estão estáveis. Como todos sabemos, as informações científicas sobre estas matérias

ainda não atingiram, hoje em dia, um rigor muito significativo, tendo nós que trabalhar com as informações de que dispomos.

Quanto a uma outra pergunta que colocou sobre o apoio que possa dar-se às estações depuradoras de bivalves, respondo-lhe que, embora entendamos que essa é uma actividade que não cabe ao Estado, iremos apoiá-la, na esperança de que as estações depuradoras fiquem entregues a associações de empresários e de pescadores que, porventura, desejem promover essa actividade.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos interromper a sessão para o intervalo regimental para almoço. Os trabalhos recomeçarão às 15 horas e 30 minutos.

Eram 13 horas e 35 minutos.

Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 15 horas e 50 minutos.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Arménio Santos.

O Sr. Arménio Santos (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Tratado da União Europeia, assinado em Maastricht no passado dia 7 de Fevereiro, representa o início de um novo ciclo na construção da Europa, onde a Coesão Económica e Social e a realização da União Económica e Monetária se projectam como os seus pilares essenciais.

O preenchimento por Portugal das condições necessárias de convergência, de que se destacam a inflação e o défice orçamental, é decisivo para o nosso país poder participar na última fase da União Económica e Monetária e contribuir para a sua estabilidade.

Precisamos de reduzir a inflação e o défice orçamental para a média dos nossos parceiros comunitários, assumindo este objectivo foros de questão nacional e não tarefa de um partido ou de um governo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Orçamento agora apresentado à Assembleia da República reflecte exactamente essa preocupação estratégica e por isso mesmo deve ser elogiado, porque procura adequar, desde já e de forma corajosa, a nossa economia ao pelotão da frente das economias comunitárias e conciliar o combate à inflação com o crescimento económico.

O défice orçamental previsto para o corrente ano, 5 % do PIB, ainda que distante dos 3 % a atingir no médio prazo, representa já uma descida importante em relação aos 6 % registados em 1991.

O combate à inflação é uma tarefa mais difícil, mas é uma meta que também tem de ser ganha e sé-lo-a tanto mais facilmente quanto todos convergirmos nesse sentido.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Reduzir a inflação é fundamental, não apenas para a consecução de uma economia comunitária integrada, mas é também e sobretudo um problema social, porque ela «come» e afecta principalmente os salários e as bolsas de mais fracos recursos.

O caminho escolhido pelo Governo para desinflacionar é o mais equilibrado e o socialmente mais justo, porque pretende sustentar a descida da inflação no respeito por preocupações marcadamente sociais.

Desde logo, salvaguarda a manutenção dos elevados níveis de emprego, como processo de realizar uma política de verdadeira justiça social. Procura garantir a melhoria do poder de compra dos salários, em termos moderados. Reconhece na paz social um factor estratégico crucial para evitar situações de desemprego e suas gravosas consequências no nível de vida dos trabalhadores e de suas famílias.

Finalmente, aposta no continuado crescimento do investimento produtivo e no crescimento económico acima da média comunitária, objectivo sem o qual não se criariam novos postos de trabalho e interromper-se-ia a aproximação aos níveis de desenvolvimento dos nossos parceiros comunitários.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A complexidade deste objectivo desinflacionista torna necessária a participação dos parceiros sociais, que têm revelado uma vitalidade e uma maturidade de saudar, para que seja alcançado um amplo consenso e não se penalizem os cidadãos com elevados e desnecessários custos sociais.

As entidades que se encontram no Conselho Permanente de Concertação Social, confederações sindicais, empresariais e o Governo, estão animadas de boa-fé negocial e de propósitos de servir o País, facto que, aliado aos bons resultados que se têm verificado no diálogo social — com os objectivos propostos pelo Acordo Económico e Social celebrado em Outubro de 1990 a serem claramente alcançados —, permite encarar com optimismo moderado as negociações que decorrem em sede de Conselho de Concertação e a obtenção de um acordo que facilite e estimule uma cultura desinflacionista no nosso país.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, o Orçamento que estamos a debater resulta do Programa do Governo recentemente aqui aprovado e procura continuar a política de desenvolvimento e progresso social que, ininterruptamente, Portugal conhece desde 1986.

Tal como em todos os anos, desde 1986, pretendo-se garantir uma melhoria do poder de compra, dos salários, com vista a aproximar gradualmente o padrão de vida dos trabalhadores portugueses àquele que é usufruído pela maioria dos trabalhadores da Comunidade Europeia.

No domínio da segurança social — sector extremamente sensível e em que, apesar do muito que já foi feito, todos nos devemos sentir preocupados com o muito que há ainda por fazer —, vai prosseguir-se o combate às manchas de pobreza e à exclusão e marginalização social e a cooperação entre o Estado e as instituições particulares de solidariedade social vai ser aprofundada.

Será concretizada a revisão e aperfeiçoamento dos regimes de segurança social, nomeadamente as pensões e reformas, e serão actualizadas as suas prestações pecuniárias.

Continuarão a ser prestados incentivos à criação de esquemas sociais privados complementares dos regimes públicos. A flexibilização da idade de reforma merecerá particular atenção, tendo em conta a especificidade e o desgaste físico e psíquico de algumas profissões.

A política de cobrança das dívidas à segurança social será intensificada, sendo de destacar e de saudar a publicação do diploma, que entra em vigor no próximo dia 17, destinado a moralizar estas situações. A actualização das prestações sociais continuará a fazer-se em ordem a assegurar a melhoria gradual das condições de vida dos beneficiários.

No que respeita ao emprego e formação profissional, para além de se prosseguir o combate ao trabalho infantil, pretende-se que o ano de 1992 continue a registar a baixa taxa de desemprego que coloca hoje o nosso país na vanguarda da Europa Comunitária.

Aposta-se na formação profissional como instrumento decisivo para a modernização e competitividade das empresas e factor indispensável para a realização profissional e dignificação social do trabalhador.

Valorizam-se os recursos humanos através de uma política articulada de educação e de formação profissional orientada prioritariamente para as necessidades do aparelho produtivo do País e para uma correcta inserção no mercado de trabalho das novas gerações profissionais.

No que toca aos problemas do ambiente e sinistralidade no mundo do trabalho, passarão a ter acrescida atenção do Governo, sendo de destacar a próxima criação do instituto de segurança, higiene e saúde no trabalho, em cumprimento do acordo celebrado em Julho de 1991 no Conselho Permanente de Concertação Social e que constitui um importante ponto de viragem nesta matéria.

Para as suas actividades está orçamentada uma verba de 2 milhões de contos, facto que acontece pela primeira vez e que é bem revelador da importância que esta questão passa a ter na acção governativa.

Outra prioridade do Governo é a concertação social, que continuará a ser privilegiada em coerência com o que sempre o PSD defendeu e os governos do Prof. Cavaco Silva têm vindo a protagonizar com sucesso, porque é um importante e insubstituível instrumento para criar uma base de entendimento estável entre os parceiros sociais, para promover a confiança e a mobilização dos agentes sócio-económicos no processo de modernização do País e determinar o contributo de cada um na efectivação das opções tomadas.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Estas são algumas das orientações para as áreas social e do trabalho que vão marcar a actuação do Governo em 1992.

É normal que as oposições não estejam de acordo com a nossa análise e as nossas propostas. Já é costume que, à falta de causas maiores, contestem e digam que tudo está mal, mas entretanto o País trabalha e avança com confiança nos caminhos do desenvolvimento e do progresso e de olhos postos no futuro.

Arrancarmos da cauda da Europa para o seu pelotão dianteiro não é tarefa fácil e só tem sido possível com a participação empenhada de todos os portugueses. Um longo e nobre caminho ainda falta percorrer. Mas é um caminho que vale a pena, porque é o melhor e não há alternativa à nossa plena integração europeia.

Os Portugueses sabem-no e também sabem que este desafio comunitário não se compadece em estarmos à espera da última hora para tomarmos as medidas que terão sempre de ser tomadas.

Os trabalhadores sabem, por amarga experiência do passado, que o adiamento das decisões políticas, por causa de interesses partidários ou de grupo, se traduziram sempre em custos muito altos para o País e em especial para os sectores mais desfavorecidos da população.

Aqueles que agora discordam das orientações constantes nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento do Estado, no sentido de adequar o País às condições necessárias de convergência, também não ignoram isso e sabem que este é o melhor *timing* para estas decisões, ainda que prefiram contestá-las para dizer mal e atacar o Governo.

Talvez até seja mais simpático trazer aqui promessas aliciantes para o imediato, em vez de defender propostas como as que, em consciência e de forma realista, assumimos e consideramos as mais ajustadas a um futuro mais próspero e solidário para todos os cidadãos.

Acreditamos que estamos a interpretar bem a ambição dos Portugueses em serem europeus de corpo inteiro e este Orçamento do Estado e as Grandes Opções do Plano constituem, em nosso entendimento, uma peça fundamental nessa caminhada. São documentos corajosos e de progresso, marcados pelo interesse nacional e sintonizados com os novos tempos que a Europa e o Mundo atravessam, razões bastantes para lhe darmos o nosso claro apoio.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Ao longo de uma década e meia de debates do Orçamento, passaram por esta Assembleia muitos ministros das Finanças, mais ou menos eloquentes, mais ou menos rigorosos, mais ou menos propagandistas, mais ou menos aplaudidos. O actual titular da pasta nem sequer constituiu novidade. Na linha do ministro Cadilhe, não quis responder perante a Assembleia da República, enveredou pelo estilo professoral, todo contente com os aplausos da maioria face às suas graças de circunstância.

Pausa.

Entretanto, junto da bancada do Governo, o Sr. Deputado Pedro Passos Coelho fala com o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. João Amaral (PCP): — Não se podem ensinar boas manciras ao Sr. Ministro das Finanças?

O Sr. Pedro Passos Coelho (PSD): — Peço imensa desculpa ao PCP.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, queira continuar.

O Orador: — É que o Sr. Ministro das Finanças estava distraído, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado está a falar para a Câmara.

O Orador: — Não se convece em sublinhar algumas promessas em «letras gordas» do programa eleitoral do PSD. Pena foi que tenha omitido as palavras em «letras gordas» que consubstanciavam as promessas com dimensão social inscritas nesse programa e abundantemente proferidas na campanha de 6 de Outubro. E se ninguém deu pelas andanças do candidato Braga de Macedo, ficaram na retina as promessas proferidas pelo Primeiro-Ministro.

A concertação, o diálogo social, a livre negociação, o aumento dos salários reais, aproximando-os dos níveis médios da Comunidade, a redução do horário semanal de trabalho para as quarenta horas, a aproximação das reformas e pensões do regime geral ao salário mínimo nacional, o reforço do financiamento do Orçamento do Estado para o orçamento da segurança social, mais facilidades no acesso à saúde e à educação, mais justiça social, são promessas com «letras gordas» do programa do PSD que o Ministro das Finanças não citou nem leu.

Falando de cátedra para os deputados, o Ministro das Finanças minimizou os direitos e as aspirações dos principais destinatários de qualquer política económica: os trabalhadores e as classes mais desfavorecidas.

Exemplo disto foi a forma como aqui defendeu o seu conceito de diálogo, negociação e concertação. O Governo apresenta propostas — ou os sindicatos aceitam, ou manda publicar. O caso concreto da publicação da portaria com o aumento de 8 % para os trabalhadores da função pública, numa fase em que decorriam as negociações, é uma afronta aos trabalhadores e, simultaneamente, à própria Assembleia da República, já que o Orçamento está em fase de discussão.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — É por estas e por outras, Sr. Presidente, que muitas vezes este órgão de soberania é minimizado em termos de opinião pública.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — De peito cheio, o Ministro das Finanças afirmava, em defesa da sua tese, que o Estado deve ser o primeiro a dar o exemplo. O que devia dizer, e não disse, é que quer transformar os trabalhadores da administração central e local em cobaias da sua experiência para impor a contenção dos salários a todos os trabalhadores portugueses. Esta medida punitiva atingirá de imediato todos os reformados da função pública e é acompanhada do objectivo de criar excedentários e despedimentos no sector. Pode o Sr. Ministro das Finanças gabar-se de ter dado alento ao patronato para bloquear as negociações da contratação que estavam em curso em diversos sectores, mas assuma a responsabilidade de provocar situações conflituais.

Isto não é consenso! Isto não é diálogo nem negociação! É exigência da capitulação dos trabalhadores e das suas organizações representativas, tanto mais agravada pelo aumento directo e indirecto da carga fiscal aqui provada pelo meu camarada Lino de Carvalho.

Outra questão não menos importante é a transferência das verbas do Orçamento do Estado para o orçamento da segurança social. O Sr. Ministro das Finanças pode não saber, porque é novo, mas o Governo comprometeu-se em sede do Conselho de Concertação Social a aplicar a Lei de Bases da Segurança Social, designadamente no que se refere à transferência de verbas que colmatassem, entre outros, os encargos com a acção social e os regimes não contributivos.

Na altura, dissemos aqui desta tribuna ao Sr. Ministro Peneda que a pressa e as verdadeiras intenções do Governo residiam na aprovação célere do pacote laboral. Que não senhor, o Acordo Económico e Social era um todo para cumprir, disse. Cito o compromisso: «O Governo compromete-se ao cumprimento das obrigações fixadas na

Lei de Bases da Segurança Social, em relação ao financiamento dos regimes não contributivos, fracamente contributivos, da acção social e das despesas de administração e outras despesas comuns. Este objectivo será progressivamente alcançado, constando já da proposta do OE para 91 um crescimento superior a 30 %».

A verba transferida para o orçamento da segurança social, que mal dá para as despesas com a acção social, a violação e o incumprimento da lei de bases e dos próprios compromissos de conteúdo positivo assumidos em sede de concertação exigem que o Ministro do Emprego e da Segurança Social se retrate, já que não honrou a sua assinatura — dele e do Sr. Primeiro-Ministro. É que assim serão os contribuintes e não o Estado a pagar a solidariedade social. Inevitavelmente, haverá menos dinheiro para as reformas e pensões, para os abonos de família e outras prestações sociais. É significativo que a única verba que cresce substancialmente é para os subsídios de desemprego e para os salários em atraso. Para aumentar os subsídios? O Sr. Ministro Peneda disse: não! Para criar «almofadas» face ao previsível agravamento da situação social.

No plano da saúde, o ressurgimento das famigeradas taxas moderadoras, o pagamento das intervenções cirúrgicas e internamentos hospitalares aliados ao aumento dos preços dos medicamentos, vão atingir particularmente os trabalhadores e as famílias de menores recursos.

Importante se torna denunciar a refinada mistificação do Governo, recentemente exposta pelo seu porta-voz, quando, referindo o pagamento das taxas moderadoras, dava o exemplo do seu vencimento privilegiado em relação a quem ganha pouco. Como se alguma vez, Sr. Presidente e Srs. Deputados, um secretário de Estado, um ministro, os possuidores de privilégios e de fortunas estivessem nas bichas dos centros de saúde a partir das cinco horas da manhã ou esperassem horas numa urgência de um hospital civil...

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Boa ocasião e bom tema para, serenamente, olhar para o Partido Socialista e perguntar se não extrai nenhuma lição ou ensinamento quando, em sede de revisão constitucional, alinhou com o PSD na substituição do princípio de um serviço nacional de saúde universal e gratuito para tendencialmente gratuito.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Quanto à educação, definida como prioridade do Governo, o Orçamento não corresponde às necessidades objectivas. Em breve revelar-se-á insuficiente para suportar os vultosos encargos com o funcionamento do sistema, a braços com um parque escolar depauperado e com graves carencias estruturais, designadamente a nível da acção social escolar.

O orçamento de funcionamento da educação pré-escolar corresponde a 2,87 % do orçamento de funcionamento do ensino oficial não superior.

No tocante ao ensino superior, a proposta orçamental não perspectiva uma alteração sensível nas condições de desequilíbrio financeiro do ensino superior público.

Na acção social escolar — talvez o aspecto mais importante — verifica-se, a nível do ensino não superior, um corte de 5,15 % em relação ao orçamento inicial de 1991 (de 8,578 para 8,182 milhões de contos). Este decréscimo

orçamental é, como se comprehende, extremamente grave dó-ponto de vista social, tanto mais que as áreas mais afectadas são precisamente a alimentação (incluindo o leite escolar) e a acção sócio-económica.

Neste momento a sessão foi interrompida por falta de energia eléctrica.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, estamos já em condições de prosseguir os nossos trabalhos, pelo que dou, de novo, a palavra ao Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Orador: — Sr. Presidente, ouvi da bancada do PSD um «muito bem» pelo corte de energia eléctrica. Não gostam de ouvir estas coisas! Não faço parte da claque, mas têm de ouvi-las, porque a democracia é isto mesmo!

Vozes do PCP: — Muito bem!

Risos do PSD.

O Orador: — Apesar das repetidas, embora vagas, promessas do Ministro da Educação quanto a um aumento substancial dos meios de acção social escolar para o ensino superior, não é isso que se verifica na proposta do Orçamento do Estado. Não se vislumbram alterações no estado de degradação em que se encontra o apoio social a nível do ensino superior. Convém lembrar que em 1992 continuarão a existir cinco universidades sem serviços médico-sociais.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, estamos novamente com problemas de energia eléctrica, pelo que vamos interromper os nossos trabalhos por cinco minutos.

Está suspensa a sessão.

Eram 16 horas e 15 minutos.

Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 16 horas e 30 minutos.

Antes de voltar a dar a palavra ao Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, quero anunciar que se encontram a assistir à sessão ilustres visitantes, alunos da Escola Primária de São Miguel, de Lisboa, da Escola Secundária de Carcavelos e da Escola de Severim de Faria, de Évora, para os quais peço a vossa habitual saudação.

Aplausos gerais.

Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, quicira retomar a palavra.

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Apesar desta interrupção é evidente que, e com o saber da experiência, não estou muito preocupado, já que o PSD não ouve, a televisão não filma, os jornais não falam, salvo quando se trata de algum membro do Governo. Portanto, vou continuar a minha intervenção, apesar da ausência do Sr. Ministro das Finanças, neste momento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Governo que, lá fora e no exercício da presidência das Comunidades, tanto proclama os défices da dimensão social não a acolhe nem inclui no seu Orçamento. Por isso, o Ministro das Finanças achava cinzentos e massudos os artigos da imprensa que nos despertam e confrontam com os bairros de barracas e

o trabalho infantil. Por isso, o Sr. Ministro das Finanças se entusiasma com os tons cor-de-rosa das notícias que aplaudem as medidas que servem o grande capital nacional e estrangeiro.

Este Orçamento, a ser aprovado, provocará novas exclusões na sociedade, levantará acréscidas dificuldades aos trabalhadores e às camadas mais desfavorecidas onde se incluem os reformados e pensionistas. Não estamos perante um orçamento de consenso, nem justo, nem solidário. É só o orçamento do PSD!

Balneados pela vitória, julgavam ter destruído ou, pelo menos, ter entorpecido a capacidade de luta dos trabalhadores. A vida está a provar que se enganaram. Esse protesto e essa luta que aí estão também envolvem e mobilizam muitos daqueles que confiaram nas promessas com «lettras gordas» esquecidas neste Orçamento.

Por último, uma reflexão. Uma pessoa que durante uma década e meia ouviu, nesta Casa, ministros das finanças mais ou menos eloquentes, mais ou menos rigorosos, mais ou menos propagandistas, descobre que também, hoje e agora, descontando o nível tecnicista, o ar professoral e a retórica, também este Ministro encontrou a solução tão moderna e inovadora como a minha bisavó. Venda-se a prata da família, ou seja, o património empresarial do Estado! Aumentem-se os impostos! Corte-se nos aumentos salariais! Sirva-se a dose envolta em variáveis com algumas percentagens e poucos dígitos.

Isto dá para consumo da comunicação social, mas não serve os Portugueses!

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Porque não nos anima apenas a confiança na história, havemos de lutar para que Portugal seja melhor, com um Orçamento do Estado para as pessoas que aqui o PSD sonega.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro da Indústria e Energia.

O Sr. Ministro da Indústria e Energia (Mira Amaral): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A política industrial, actuando como complemento e não como substituto dos mecanismos de mercado, tem um carácter horizontal, atingindo toda a actividade industrial. Apenas em termos defensivos ela é sectorial, como no caso da reestruturação dos sectores industriais tradicionais.

Neste contexto, o Governo propõe-se desencadear programas de reestruturação em sectores afectados por deficiências estruturais, dificuldades conjunturais e desafios internacionais. A conjugação destes factores é particularmente nítida no sector têxtil e de vestuário.

Trata-se de um sector industrial tradicional e «tradicional» no sentido de já existir há mais tempo na indústria portuguesa; «tradicional» não significa obsoleto. Não existem, aliás, sectores obsoletos, o que existe são empresas que se modernizam e sobrevivem e outras que não o fazem e acabarão fatalmente por desaparecer. O que conta, pois, são as empresas e a sua eficiência económica.

Compreende-se, assim, que um programa de reestruturação do sector têxtil e de vestuário tem de ser centrado na eficiência das empresas que o constituem. Isso é fundamental para ligar a reestruturação ao mercado e à racionalidade microeconómica, para afastar esse programa de uma concepção de intervencionismo e viabilização definida apenas pelo Estado, e para vincular esse programa

aos reajustamentos das escalas de produção ditadas pelas necessidades de competitividade face à concorrência interna e externa.

Compreende-se, assim, que um programa destes tem de ser visto como potenciador da capacidade empresarial e não como salvador de empresas inviáveis ou de maus empresários. O Governo não se irá substituir aos empresários.

Numa economia de mercado, cabe aos empresários um papel fundamental na viabilização e na estratégia das empresas. Ao Governo, no quadro de um programa de reestruturação industrial, compete ajudar e complementar o esforço das empresas. Serão, pois, os empresários os agentes essenciais e fundamentais da modernização do sector, ajudados e estimulados pelos poderes públicos.

Com um programa destes, pretende o Governo ajudar a modernizar e reforçar a competitividade do que é (ou que poderá vir a ser) economicamente viável. Não pretendemos aguentar o que é inviável. Numa economia de mercado com preocupações de justiça e solidariedade sociais, o Governo não deve ajudar empresas inviáveis mas, sim, apoiar directamente os seus trabalhadores afectados pela mutação industrial, fornecendo-lhes apoio social e acções de reciclagem e de formação profissional.

Temos, pois, a coragem de não tentar salvar o que é inviável, procurando, nesses casos, alternativas de emprego e de investimento para os que perdem os seus postos de trabalho.

Nesta óptica de política industrial complementar dos mecanismos de mercado, a reestruturação sectorial tem de evitar quatro perigos essenciais: degenerescências do tipo «prémio ao infractor» ou «empresário rico, empresa pobre», desresponsabilizando os erros de gestão e punindo os bons; soluções de prolongamento de agonia, «balões de oxigénio» ou «vida artificial», eternizando as más empresas ou prolongando a manutenção de empresas inviáveis; enviesamento da concorrência e emissão de sinais errados ao mercado; tentação de considerar como prioritária a manutenção do volume de emprego, subalternizando o reajustamento empresarial e a eficiência económica.

Neste programa, as acções de modernização serão acompanhadas por uma estratégia clara de reconversão/diversificação da estrutura produtiva, com redução da densidade relativa dos têxteis e vestuário nessa estrutura produtiva.

Hoje, muitas vezes em termos manifestamente infelizes, fala-se em crise no Vale do Ave, mas é preciso ter consciência de que as deficiências estruturais deste sector vêm desde há muito e que a sua superação requer o corte com as práticas do passado.

Gostaria de chamar a atenção de que, só em 1991, foram criadas mais de 200 novas empresas no Vale do Ave e que quase 300 registos de novas sociedades comerciais foram ali feitos, o que relativiza o pano de fundo com que tem tentado criar a situação do Vale do Ave.

No passado, a política de desvalorização sistemática do escudo estimulou o desenvolvimento de um modelo industrial, cuja competitividade reposava apenas nos salários baixos. Por outro lado, nesse passado, havia empresas que subsistiam porque não pagavam nem à segurança social nem à EDP, distorcendo gravemente a concorrência e prejudicando gravemente as boas empresas.

Tudo isto mudou em Portugal e a economia portuguesa começa a aproximar-se, felizmente, dos padrões normais de funcionamento das economias de mercado dos países mais desenvolvidos.

Eis a razão, Sr. Presidente e Srs. Deputados, por que há empresas ou, melhor dizendo, pseudo-empresas que não têm condições para sobreviver num país que se quer moderno, industrial e europeu.

Vamos, pois, com a reestruturação do sector têxtil e de vestuário ajudar a manter e a reforçar em Portugal um sector moderno e competitivo, com grande dinamismo exportador, com uma capacidade de distribuição acrescida e uma maior agressividade comercial, baseada na produção de bens de alta qualidade e *design* inovador e com forte imagem de marca. Vamos, pois, ajudar a manter e reforçar a existência em Portugal de empresas do sector têxtil e de vestuário modernas, inovadoras e dinâmicas, assentes na capacidade empresarial e na motivação e alta qualificação dos seus trabalhadores com boas condições sociais e bons salários.

Até agora, o PEDIP e os fundos estruturais já canalizaram cerca de 45 milhões de contos, repito, 45 milhões de contos, para a modernização do sector têxtil.

A OID do Vale do Ave e o PROAVE vão continuar a implementação do suporte infra-estrutural e a criação do ambiente favorável à modernização e diversificação do sector e da região.

O Governo trabalhou, recentemente, para a criação do SINDAVE (Sistema de Incentivos à Diversificação Industrial do Vale do Ave) e aceitamos um esquema de benefícios fiscais em regime contratual para empresas de sectores declarados em reestruturação ou que se localizem em regiões afectadas pelo impacte económico e social da reestruturação desses sectores.

Por outro lado, em complemento da actividade das sociedades de capital de risco do PEDIP — e lembro que a NORPEDIP e o SULPEDIP já fizeram 14 participações no sector têxtil e vestuário que atingem 1,5 milhões de contos —, estamos a trabalhar na constituição de um fundo de capital de risco que reforce a acção do capital de risco na reestruturação financeira e modernização do sector.

O Sr. Rui Carp (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Com a conjugação entre o esquema fiscal e os mecanismos de capital de risco pretende ajudar-se um conjunto de acções indispensáveis à reorganização do sector, tais como investimentos e desinvestimentos, operações de reorganização, modernização, reafecção, reconversão, fusão, cisão, integração, encerramento, constituição, saneamento financeiro, inovação, reconversão tecnológica e despoluição.

Tudo isto constitui iniciativas já em curso ou a iniciarem-se em breve e que serão, muito naturalmente, reforçadas com o novo Quadro Comunitário de Apoio (QCA), na sequência do Pacote Delors 2.

Todas estas iniciativas se enquadram, desde já, numa estratégia global e integrada para o sector consubstanciada no programa de modernização industrial do têxtil e vestuário, para o qual contaremos também com o financiamento do novo Quadro Comunitário de Apoio.

O programa de modernização da indústria têxtil e de vestuário desenvolve-se nos quatro eixos seguintes:

Eixo 1 — apoio à modernização das empresas, modernização essa que não pode ser entendida como uma mera substituição de equipamentos, mas sim como um processo de modernização global e integrada, abrangendo todas as áreas da empresa;

Eixo 2 — criação de um ambiente favorável à modernização das empresas e do tecido produtivo das

regiões com grande concentração do têxtil e vestuário. Engloba os apoios infra-estruturais, como sejam os rodoviários, os ambientais, os de formação profissional, educacionais e tecnológicos, já começados, aliás, com a Operação Integrada de Desenvolvimento (OID), com o PEDIP e com as acções de sensibilização à modernização do sector têxtil e de vestuário;

Eixo 3 — fomento da capacidade comercial das empresas e apoio à internacionalização das mesmas, já começados através do PEDIP e do ICEP, e que vão ser continuados com novos programas;

Eixo 4 — apoio à reconversão e diversificação económica das regiões afectadas, minimizando os custos sociais de reestruturação e estimulando investimentos noutros sectores de actividade.

Tal é feito através das acções de reciclagem e de reconversão profissional para outros sectores de actividade e pela captação de novos investimentos para o Vale do Ave através do sistema de incentivos à diversificação industrial do Vale do Ave e das sociedades de capital de risco.

A estratégia de diversificação a empreender no Vale do Ave contará, naturalmente, com o recurso ao investimento estrangeiro e assenta nos seguintes vectores: avanço para novas produções de bens e serviços de elevada qualidade e alto conteúdo tecnológico, maior interpenetração entre indústria e serviços, permitindo uma maior eficiência na distribuição, um melhor apoio por parte do sector financeiro, um maior número de acções com serviços de alta tecnicidade.

Temos já a experiência de gestão de programas industriais, como é o caso do PEDIP, que têm tido uma história de sucesso reconhecido, por várias vezes, pela Comunidade Económica Europeia e, também, na recente reunião da Confederação da Indústria Portuguesa e da Associação Industrial Portuguesa, em que o seu sucesso foi elogiado.

Aplausos do PSD.

E este sucesso do PEDIP foi, mais uma vez, reconhecido pela Comissão das Comunidades aquando da discussão do Pacote Delors 2, tal como a comunicação social, ontem e hoje, amplamente tem anunciado.

A nossa experiência e a nossa credibilidade na gestão dos fundos comunitários e do PEDIP dão-nos, pois, as condições, a experiência e o conhecimento para podermos gerir um programa de reestruturação do sector têxtil e de vestuário, ajudando a indústria têxtil e de vestuário a ser também um caso de sucesso português no mercado mundial das indústrias.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, inscreveram-se os Srs. Deputados José Penedos e Nogucira de Brito.

Tem a palavra, em primeiro lugar, o Sr. Deputado José Penedos.

O Sr. José Penedos (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro: Como se viu, saltou a energia, aqui, durante a sessão da tarde, e o apoio à produção independente de energia, com a revisão do sistema fiscal de impostos sobre produtos petrolíferos, poderia ter uma palavra da parte do Governo no sentido de incluir no artigo 45.º do Orçamento a

produção independente de energia, integrando-a, portanto, no regime que hoje vigora para a produção de electricidade *tout court*.

Assim, pergunto ao Sr. Ministro se encara, com disponibilidade positiva, esta questão.

O Sr. Presidente: — Porque o Sr. Ministro certamente só vai responder no final a todos os pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Indústria e Energia: Ouvi a sua intervenção e tendo lido com atenção as Grandes Opções do Plano, verifico que V. Ex.^a teve, com certeza, uma colaboração grande na redacção das mesmas, porque notei vários pontos de conexão entre as suas palavras e o texto. Isto não tem qualquer nota de crítica, antes, pelo contrário, tem uma nota de louvor e de elogio, até porque sei que o Sr. Ministro não é plagiador e, portanto, não iria agora utilizar o texto das Grandes Opções.

Simplesmente, Sr. Ministro, na sua intervenção — e V. Ex.^a centrou-a na actividade que vai ter o seu Ministério em matéria de reestruturação dos sectores «tradicionais» — verifiquei que utilizou principalmente o tempo futuro na conjugação dos verbos, isto é, disse que «vai haver» um fundo de capital de risco, «vai ser aprovado» um programa...

Neste sentido, pergunto se V. Ex.^a veio intervir na discussão do Orçamento ou na discussão das Grandes Opções do Plano e se estas são, mais uma vez, aquelas Opções ainda de médio prazo de que nos falou ontem o Sr. Ministro, embora suponha que não, porque este é o último ano de concretização dessas Grandes Opções.

Gostaria, pois, que o Sr. Ministro me esclarecesse sobre a conexão entre as acções programadas e esperadas e o Orçamento de 1992.

Por outro lado, Sr. Ministro, há aqui várias expressões que retive e às quais dou o meu acordo. Com efeito, V. Ex.^a, ao falar dos princípios que inspirarão a sua actuação, diz: «[...] ligar os programas de reestruturação ao mercado e à racionalidade microeconómica, afastá-los de uma concepção de intervencionismo e reestruturação definida pelo Estado».

Assim, sobre esta matéria, pergunto ao Sr. Ministro o que é que tem a ver com estes princípios a intervenção concreta, programada e executada na empresa Coelima. Ou ela tem, efectivamente, um carácter exemplar em relação ao que se pretende no futuro? Está ela ligada a estes princípios?

Sr. Ministro, um outro princípio é o de vincular estes programas aos reajustamentos das escalas de produção, escala laboral inclusive. Que facilidade é que o Sr. Ministro vai ter nesta tentativa de vinculação com os compromissos que o Governo, porventura, vai tomar em matéria de execução e definição da futura política social comunitária? E pergunto isto porque esta vinculação ao reajuste das escalas, laborais inclusive, efectivamente não tem apenas a ver com matérias directamente dependentes do regime jurídico do trabalho, designadamente do tempo de duração do trabalho, mas também pode ter a ver com essa matéria!

O Sr. Presidente: — Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Ministro da Indústria e Energia.

O Sr. Ministro da Indústria e Energia: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vou começar por responder à pergunta do Sr. Deputado José Penedos, do Partido Socialista, dizendo-lhe que fico extremamente sensibilizado, do ponto de vista político, com a sua pergunta, visto que uma das grandes bandeiras do governo anterior, de que também fui Ministro da Indústria e Energia, foi a liberalização do sector eléctrico e a abertura à iniciativa privada da produção de energia eléctrica.

A pergunta mostra que o Sr. Deputado já está inteiramente consonante com esta perspectiva política, que nós lideramos, e que, portanto, a sua preocupação, agora, é até de ir mais além, ou seja, é de haver mais instrumentos do Governo para apoiar esta perspectiva política.

Em termos de incentivos financeiros à produção independente de energia eléctrica, o sistema de incentivos à utilização racional de energia — o próprio PEDIP e o VALOREN — gerou substanciais apoios financeiros. E V. Ex.^a agora, com entusiasmo sobre esta matéria, propõe também incentivos fiscais.

Como sabe, governar é optar e, às vezes, têm de se fazer opções, não se pode dar benefícios fiscais a tudo!... Eu, trabalhando nesta matéria com o meu colega Ministro das Finanças, e ambos sintonizados com o Governo, estamos disponíveis para encarar neste momento novos esquemas de incentivos fiscais à reestruturação de sectores industriais — os tais ditos tradicionais —, ou a empresas de regiões afectadas por esses sectores ou, ainda, a processos de internacionalização da economia. É a opção do Governo para este ano. Isto de tomar todas as opções ao mesmo tempo é tomar nenhuma, é não governar!

Fizemos opções para este ano e não podemos fazer mais nesta matéria, mas tomei em boa conta as suas preocupações, aliás inteiramente correctas, no sentido de podermos estimular ainda mais a produção independente de energia eléctrica.

Ao Sr. Deputado Nogueira de Brito agradeço também as questões que colocou e que são extremamente pertinentes, aliás, com o conhecimento que o Sr. Deputado tem da economia e do sector têxtil — e recordo o dia 11 de Setembro em que, na EXPONORTE, estivemos a reflectir sobre estas questões, num clima pré-eleitoral e, portanto, muito mais quente da vossa parte do que hoje em dia —, mas devo dizer-lhe que a minha intervenção foi centrada sobre o futuro do sector têxtil, não esquecendo o passado, as suas deficiências e o muito que o Governo já fez nesta matéria.

E se falei conjugando os verbos no tempo futuro foi para dizer que aquilo que vamos fazer se integra naquilo que já estamos a fazer, isto é, a acção do Governo é global e coerente não só em termos de instrumentos como de *timing*. Por isso, aquilo que vai ser feito ou que já está a ser feito no sector têxtil insere-se na minha estratégia do programa de modernização da indústria, que é o grande chapéu, o grande *umbrella* de acção de modernização do sector.

Sobre a questão de saber se falei sobre o Orçamento do Estado ou sobre as Grandes Opções do Plano, devo dizer que falei sobre as duas coisas. Porquê? Porque, em termos de Orçamento do Estado, referi claramente que estámos disponíveis para acolher o esquema de benefícios fiscais para as empresas deste sector. Depois, toda a estratégia é aquela que — como disse e muito bem! — vem reflectida nas GOP, logo, de facto, falei sobre as GOP.

Mas, ainda em termos de Orçamento do Estado, aquilo que continua a ser feito através da OID do Vale do Ave e do PEDIP consta do PIDDAC e, por isso, tem suporte nesse mesmo Orçamento.

Portanto, Sr. Deputado, falei nas duas coisas!

Sobre a Coelima, agradeço-lhe a pergunta porque me dá oportunidade de explicar-lhe o que foi feito naquela empresa.

A Coelima utilizou o diploma legal, que, na gíria, é conhecido por decreto-lei da gestão controlada e ao abrigo do qual os credores podem substituir-se aos sócios ou accionistas da empresa. E foi isso que se passou.

Com efeito, os credores chegaram ao acordo de que a empresa merecia ser viabilizada porque economicamente tinha potencialidades, embora, financeiramente estivesse em graves dificuldades, como sabe. Portanto, acreditaram na empresa e fizeram uma operação de reestruturação financeira porque achavam que ela era economicamente viável.

E afi, as sociedades de capital de risco, nas quais também entraram as do PEDIP, que estão vocacionadas para estas actividades, o que é que fizeram? Compraram créditos que reconverteiram em capital da própria empresa, tornando-se, por esta via, accionistas.

Mas considero que é importante chamar-lhe a atenção para um facto de que pouca gente tem tido consciência: é que este processo da Coelima, em termos de mecanismos falimentares em relação aos accionistas, é exactamente igual a uma falência, pois os accionistas perderam a empresa.

É verdade que não chegámos à falência jurídica, pois ficámos na fase anterior; no entanto, não se pode falar, como alguns fizeram, em prémios aos maus empresários, visto que os da Coelima perderam a empresa e foram substituídos pelos credores. O mesmo aconteceria na falência se os credores tomassem posse da massa falida.

Portanto, em termos de mecanismos falimentares, aconteceu exactamente a mesma coisa, pois o sindicato financeiro tomou conta da empresa e negocou com os sindicatos uma redução substancial do volume de emprego, visto que só assim é que era possível viabilizar economicamente a empresa. Foi isso que se passou.

Quanto à questão do volume de emprego que aqui refiri com todo o realismo económico, aquilo que está a ser discutido na CEE em termos de política social não tem a ver com isto, ou pode ter, mas apenas em termos complementares.

Numa economia de mercado tem de aceitar-se — e aceita-se fatalmente — que existam empresas que tenham de reduzir o número de trabalhadores para poderem ser salvas. É isso que está em causa em muitas empresas dos sectores industriais ditos tradicionais e é nessa perspectiva realista que temos de colocar-nos.

O que disse muito claramente, em relação a uma situação dessas, foi que um governo com preocupações de justiça e de solidariedade sociais deve conceder todo o apoio social e proporcionar esquemas de formação e reciclagem profissionais àqueles trabalhadores que sejam afectados pelo processo de mutação industrial. E é isso que estamos a fazer.

Lembramos, Sr. Deputado, que para nós, Governo social-democrata, não há contradição entre o social e o económico. Escrevi há uns sete anos que o económico sem o social é incorrecto tecnicamente porque a economia é uma ciência social, mas o social sem o económico é

utópico, irrealista e, a prazo, perigosamente anti-social, visto, depois, não haver dinheiro para financiar o social, se a economia não funcionar. É isto que lhe posso dizer.

"Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Sérgio.

O Sr. Manuel Sérgio (PSN): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Optar implica necessariamente desistir de algo. E, em boa verdade, o que o documento das Grandes Opções do Plano parece pretender é a originalidade de optar sem desistir de nada ou, pelo menos, de nada que seja teoricamente importante. Parece, com efeito, tratar-se mais de um recetário de governação do que propriamente de um plano anual, executoriamente vinculativo, nas áreas consideradas críticas da vida nacional.

Tem um tom predominantemente pedagógico, parecendo mais dirigido à boa consciência dos cidadãos do que ao empenho efectivo dos governantes.

É, porventura, um bom manual de consulta para os governantes, mas demasiado bom para que possa considerar-se seriamente «grandes opções». Enferma, a nosso ver, do clássico defeito dos documentos incisivos — a exaustividade.

É que, neste caso, a exaustividade parece ter a função, que se acredita não ter sido intencional, de desvalorizar o essencial. A diligente enumeração de todas as possibilidades e de todos os desenvolvimentos ditados, quer pelo actual estádio dos conhecimentos técnicos quer pelo senso comum, parece ser uma boa receita de tranquilização dos cidadãos, mas já se nos assegura de duvidosa eficácia quando pretende ser um verdadeiro programa de acção para um ano.

Quando se diz tudo ou quase tudo o que as circunstâncias aconselham que se diga ou, mais propriamente, quando se promete para um ano tudo o que o senso prático sugere e que as necessidades concretas reclamam, a única coisa que resta é, louvando embora a *performance* técnica na descrição do diagnóstico, manter uma inevitável atitude de reserva e de desconfiança acerca da eficácia das promessas tão excessivamente generosas.

A própria desvalorização formal, em função do posicionamento no articulado, de temas vitais como o ambiente e Timor Leste, a subtil justificação técnica para o mau Orçamento do Estado para 1992, autêntico eufemismo da manipulação orçamental (p. 49), a piedosa menorização estatutária das pequenas e médias empresas (PME) no contexto da economia (p. 51), são apenas alguns dos efeitos diluentes da tal exaustividade, bem ao estilo da apólice de seguros.

Trata-se, enfim, de um documento que impressiona mais do que convence; que se impõe mais pelo seu poder de choque do que pelo seu poder de sedução; que se insinua mais pelo volume do que pela subtileza. É um documento que em vez de afirmar, como conviria à sua essência optativa, pela qualidade, se tenta impor pela quantidade, tentando tirar partido do seu inegável efeito demonstrativo.

Scrá sempre possível, com efeito, justificar algumas negligências ou contradições na área essencial do ambiente, por exemplo, com a sua modesta classificação no ranking das áreas em que o Governo se propõe apostar na qualidade (3.ª grande opção). Scrá sempre possível, de igual modo, mesmo ao arreio da flagelada consciência

nacional, no que ao dramático caso de Timor diz respeito... A colocação da «defesa da identidade e do direito à autodeterminação do povo de Timor Leste» em posição tão modesta é, de todo, incompreensível.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Apesar do tom crítico com que me venho referindo a este importante documento, tenho de reconhecer que, no entanto, presta objectivamente um inestimável serviço ao meu partido, o Partido de Solidariedade Nacional, ao consagrar como 4.ª grande opção do Plano o reforço da solidariedade. E porquê? Não porque o PSN tenha ganho mais votos com isso, mas porque, se os objectivos contidos em tal opção forem efectivamente alcançados, os Portugueses terão passado a viver melhor e um dos objectivos do PSN terá sido alcançado.

O PSN não é o dono da solidariedade, mas é o único partido português e europeu que faz da solidariedade a sua ideologia, o que o torna naturalmente forte e mais forte o torna ainda o reconhecimento quer pelo Governo (através de documentos como este) quer pelos partidos, da prioridade política da sua prática.

Mas, Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados, aprovar tão conovedora intenção — o reforço da solidariedade — sem garantir concomitantemente as condições técnicas à sua efectivação, nomeadamente nas situações irreversíveis dos doentes, reformados e pensionistas pobres, constitui uma acção com um nome bem conhecido — demagogia. A duplicidade e a tibieza d'íntenção como esta, tão piedosamente expressa, são bem detectáveis...

O Sr. Presidente: — Peço-lhe que conclua, Sr. Deputado.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

O Governo, em suma, demonstra ser mais adepto de uma casuística da solidariedade do que seu praticante convicto e quotidiano, quando se permite uma caracterização tão desconcertante quanto superficial do ambiente, ao sentenciar que «a qualidade do ambiente é fundamental, designadamente porque constitui uma determinante das escolhas em termos de investimento e localização das actividades e dos indivíduos» (p. 83), como o é, aliás, quando julga poder reduzir a taxa de criminalidade através de uma política tipicamente voluntarista. A solidariedade não se decreta, vive-se! É esta a grande opção, a única opção! Assuma-se a opção radical da solidariedade e garantir-se-á Portugal!

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Passos Coelho.

O Sr. Pedro Passos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Ao tempo a que vai a discussão do Orçamento do Estado e das Grandes Opções do Plano, penso que a melhor forma de poder contribuir para este debate é imaginar outras propostas de Orçamento do Estado, substancialmente diferentes desta, passíveis de estar aqui em discussão. E encontrei duas respostas possíveis de entre, aliás, algumas indicações que decorreram do próprio debate.

Uma proposta de Orçamento que contemplasse um agravamento excessivo e irresponsável da despesa — essencialmente da despesa pública —, isto é, um Orçamento

de desregulação da despesa pública, teria algumas consequências que, julgo, não seriam satisfatórias nem desejadas por quem quer que seja: a primeira era a de pôr em perigo o princípio do crescimento sustentado da nossa economia, que tem vindo a ser construído ao longo dos últimos anos; a segunda era a de evitar, desde logo, qualquer ambição de vir a poder controlar a inflação ou um sistema inflacionista dentro da sociedade portuguesa, e a terceira era a de se materializar, como se chegou aqui a defender, pelo adiamento de alguns passos importantes que devem ser dados, desde hoje, no que toca à convergência nominal da economia, sem colocar em perigo todas as medidas que devem ser acauteladas para o futuro no que se refere à convergência real, isto é, ao crescimento sustentado acima da média comunitária.

Este era um Orçamento possível, mas era também um Orçamento que correspondia à situação de Portugal há muitos anos atrás, quando o líder do PSD Francisco de Sá Carneiro dizia ser esse o país em que os velhos não tinham presente e os jovens não tinham futuro.

Era, mais uma vez, um Orçamento de adiar o País e de esperar pela imposição comunitária.

Um outro Orçamento possível seria aquele que contemplasse uma excessiva contenção das despesas, Anti-Mercado Único, em que se comprometeriam políticas sociais importantes, que só podem funcionar de acordo com as contrapartidas comunitárias de que Portugal pode usufruir, seja ao nível da educação, seja, de uma maneira geral, ao nível das obras públicas e da saúde. Este seria, portanto, um Orçamento em que não poderíamos atender à correção das assimetrias regionais, das desigualdades sociais e em que não poderíamos, com uma visão de futuro, encarar a solidariedade de uma forma activa.

Foi com este pressuposto que concluí que esta proposta de lei do Orçamento do Estado é, de uma forma geral, a única proposta possível e responsável perante o País que o Governo aqui poderia trazer, porque é um Orçamento que consegue utilizar no aumento da despesa, contendo o défice, tudo o que tem a ver com as contrapartidas comunitárias de que Portugal precisa e que, ao contrário de outras possíveis propostas, não adia algumas soluções importantes que resultariam ou em contenciosos com a Comunidade ou em harmonizações radicais perante a economia portuguesa.

Por isso, não posso deixar de saudar a coragem política do Governo em querer fazer, de uma vez e nesta altura, como legitimamente tem direito, um Orçamento que prepara, assim, com antecedência aquilo que preocupava tanto o Partido Comunista Português, que era a convergência nominal e real da nossa economia, desincentivando claramente o aumento do consumo, mas acautelando necessariamente também a expressão da solidariedade social e, esperamos, com a ajuda dos parceiros sociais do emprego — e essa é das questões que mais nos preocupa.

Isso não significa que este Orçamento não possa mercer, na especialidade, alguns melhoramentos, sobretudo se tivermos em linha de conta algumas áreas que politicamente são importantes na acção dos próximos quatro anos, mas que não podem deixar de arrancar neste primeiro ano.

A primeira tem a ver com a investigação científica. O Governo não pode deixar, já durante este ano, de aplicar um esforço maior ainda do que aquele que tem feito, no sentido de alargar os esquemas de financiamento da investigação científica, para além da responsabilidade do Estado, porque sabemos que, sobretudo ao nível da OCDE,

há uma grande repartição de responsabilidades entre o próprio Estado, as universidades e o mundo empresarial no que toca às possibilidades de financiamento da investigação científica. Sabemos que em Portugal essa responsabilidade é esmagadoramente sustentada pelo Estado e, dentro do Estado, esmagadoramente sustentada pelas contrapartidas externas de que beneficiamos.

Era importante para o futuro que, ao nível da investigação científica, o Estado pudesse incentivar ainda mais as próprias universidades e as empresas a diversificarem os tipos de financiamento de uma investigação científica que não pode ser, por definição, uma investigação dependente do exterior, mas, sim, directamente aplicada do rendimento nacional.

Em segundo lugar, a questão da habitação. Não podemos deixar de saudar a intenção e o compromisso políticos que o Governo deixa, neste Orçamento, de vir a criar um subsídio de renda na habitação para jovens.

Aplausos do PSD.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (Indep.): — Qual é a dotação? Onde é que a encontra?

O Orador: — Já lá vamos, Sr. Deputado.

Mas, se não se importa, preferia construir o discurso de acordo com aquilo que penso e não de acordo com aquilo que o Sr. Deputado deseja.

Aplausos do PSD.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (Indep.): — Não a refre, porque ela não existe!

O Orador: — E esta questão é tão mais importante quanto, do ponto de vista do Governo, houve, nos últimos anos, um esforço sério para resolver, naquilo que é possível, o problema da habitação para os jovens, mas nunca como agora se contempla o mercado de arrendamento como uma variável essencial para poder satisfazer o problema da habitação.

Fica-nos, naturalmente, a expectativa de saber o verdadeiro impacte social que esta medida trará também. Mas estamos convencidos de que, sem agravar o défice, porque esse é um objectivo nacional, o Governo não correrá o risco — nem acredito que fuja a essa responsabilidade — de fazer um comprometimento político a que, depois, não dará satisfação.

Em terceiro lugar, a questão da educação. A educação é, manifestamente, neste Orçamento do Estado a grande prioridade do Governo. É indiscutível para quem, durante tantos anos, ouviu dizer que a aposta que era feita nos nossos recursos humanos, na melhor e mais atempada formação, para, dessa maneira, criarmos condições de infra-estruturas e de meios humanos para responder não só à competitividade cultural mas também à competitividade económica e social de Portugal, não há dúvida que é satisfatório e engrandecedor ver que há uma correspondência efectiva na política do Orçamento, isto é, no maior instrumento que o Governo dispõe para aplicar essa sua política de que a educação é uma prioridade fundamental.

Não podemos, no entanto, deixar de dizer, desde já, que seja qual for — porque ainda não temos conhecimento de como vão funcionar estes esquemas — a definição política que o Governo vier a encontrar para a maioria do que necessária redefinição da relação entre o Estado e o Governo e as universidades, que passa por uma nova lei

de financiamento, seja no que tem a ver com a acção social escolar e com as propinas, porque nunca accitaremos que sejam, por via destas, os próprios estudantes a pagar a sua acção social escolar. Essa é uma responsabilidade do Estado a que este Orçamento tem de dar expressão.

Finalmente, a questão da juventude. Face ao quadro geral do Orçamento que temos, as verbas que estão inscritas ao nível da Secretaria de Estado da Juventude, se não são tão ambiciosas como nós gostaríamos, são, no entanto, razoavelmente suficientes para cumprir o esforço que a todas as áreas do Governo têm de corresponder.

De qualquer forma, na discussão na especialidade, não podremos deixar de solicitar ao Governo e de apresentar algumas propostas de alteração no sentido de poder, no mínimo, corresponder àquilo que a lei obriga no tocante ao apoio ao associativismo, quer o informal quer o estudantil.

De facto, as verbas que, nesta altura, estão inscritas — e refiro isto depois de termos ouvido o Sr. Secretário de Estado da Juventude prestar esclarecimentos à Comissão de Juventude — são claramente insuficientes para satisfazer os preceitos a que a lei obriga; daí a nossa preocupação relativamente ao Projecto VIDA.

Esperamos, pois, que de outros ministérios venham uma contrapartida financeira e um esforço político maiores do que aqueles que estão concentrados ao nível da juventude porque, caso contrário, criaremos no Projecto VIDA uma situação de empecilho, de *stop and go*, que não é desejável numa altura em que o esforço quer no combate quer na prevenção à droga é mais importante do que nunca.

Para terminar, gostaria de dizer que não tenho qualquer projecto, pelo contrário, tenho muito orgulho, em que o Governo tivesse apresentado um Orçamento digno de fazer com que, daqui a quatro ou a oito anos, Portugal não tenha de esperar pelas lições dos outros para aprender, uma vez que poderá fazê-lo com a sabedoria que lhe é própria.

Esperamos, portanto, que este Orçamento, de entre os quatro que o Governo apresentará nesta Legislatura, seja um compromisso com o eleitorado no sentido de caminhar para a confiança e para a qualidade de vida, o que é um dos objectivos a que a juventude portuguesa dá mais importância.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António José Seguro.

O Sr. António José Seguro (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Passos Coelho, a sua intervenção, que ouvi com cuidado, demonstra — e refiro-me ao facto de o Sr. Deputado ter dito que este era um Orçamento de futuro e que traria algumas vantagens às futuras gerações — à luz de que argumentos é que os 20 deputados da JSD podem ter um álibi para fazer um jacto ao líder do seu partido e votar favoravelmente esta proposta de lei.

Vozes do PSD: — Não é nada disso!

O Orador: — Fica assim provado que quem defende os interesses dos jovens nesta Câmara são, de facto, os deputados da oposição e que os deputados da JSD têm um discurso que, na prática, é completamente diferente quando têm pela frente o Sr. Primeiro-Ministro.

Vozes do PS: — Muito bem!

Protestos do PSD.

O Orador: — Srs. Deputados, acalmem-se!... Ó Sr. Deputado Duarte Lima, mande acalmar os «seus» deputados!...

Sr. Deputado Pedro Passos Coelho, gostava de colocar-lhe três perguntas concretas, a primeira das quais é esta: qual o montante do subsídio de arrendamento para os jovens portugueses? Onde posso encontrar essa verba inscrita na proposta de lei do Orçamento do Estado para 1992?

O Sr. Fernando Pereira (PSD): — É preciso saber!...

O Orador: — Em relação à educação, Sr. Deputado Pedro Passos Coelho, é pela 13.^a vez, e pela 5.^a de um governo do estado «laranja», que ela é apresentada como uma prioridade — aliás, já o Sr. Ministro Roberto Carneiro dizia que a educação era uma prioridade, e não foi!...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Por isso é que ele saiu do Governo!

O Orador: — Por último, quero dizer-lhe, Sr. Deputado Pedro Passos Coelho, que em matéria do Projecto VIDA estão previstos apenas 40 000 contos em orçamentos de diversos ministérios para apoio à iniciativa da sociedade privada. E, Sr. Deputado, só a Câmara Municipal de Lisboa tem uma verba que é três vezes superior a este montante!...

Gostava, pois, que me explicasse como é que se pode fazer pedagogia para que, de facto, os jovens portugueses possam definitivamente ver abalado este flagelo social que é a droga?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Passos Coelho.

O Sr. Pedro Passos Coelho (PSD): — Sr. Deputado António José Seguro, não considero que tenha feito, verdadeiramente, quaisquer pedidos de esclarecimentos, até porque se tanto o preocupam as questões que me colocou talvez as devesse ter posto ao Governo, e eu não me recordo de ter ouvido o Sr. Deputado fazê-los.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Deputado, eu já perdi o complexo dos apoios ou dos não apoios há muitos anos, pelo que não farei comentários à questão que colocou.

No entanto, quanto ao futuro, dir-lhe-ei que essa questão tem mais importância do que o Sr. Deputado pensa, porque se tivesse prestado alguma atenção ao início da minha intervenção saberia que eu comecei por fazer uma reflexão quanto ao tipo de Orçamento que poderia ter sido apresentado, referindo-me ao facto de que deve ser apresentado um Orçamento para o futuro que não comprometa o presente. Caso contrário, defrontar-nos-íamos com um Orçamento que estaria mais próximo, julgo, de modelos que o seu partido defendeu, em anos que já vão longínquos, que marcaram a vida portuguesa, que tanto comprometeram o futuro e que eu não estaria disposto a dar o meu voto para que elas voltassem a passar nesta Câmara.

Aplausos do PSD.

Em segundo lugar, julgo que a questão da educação, Sr. Deputado, não tem outra resposta que não seja a de aguardarmos para ver qual o exercício do Orçamento que o Governo fará. No entanto, penso que o Sr. Deputado não terá qualquer dúvida, com certeza, de que nos números, que os Srs. Deputados tanto apreciam, essa é uma prioridade inquestionável deste Orçamento.

Portanto, esperamos e confiamos que o Governo saiba dar a devida execução àquilo que promete!

Finalmente, quanto ao Projecto VIDA, ...

O Sr. António José Seguro (PS): — E a habitação?

O Orador: — ... partilho das suas preocupações e espero que o Governo, em sede de discussão do Orçamento do Estado na especialidade, venha a explicar, ainda melhor, o que tenciona fazer quanto a este Projecto.

Quanto à habitação, Sr. Deputado, o Governo ainda não aprovou o novo financiamento para os subsídios de renda, mas, que eu saiba, este foi o primeiro governo que se comprometeu a fazê-lo no Orçamento do Estado.

Em todo o caso, não exigirei do Governo — não tenho qualquer falta de coragem em admiti-lo — que, para satisfazer esse compromisso, venha a comprometer o Orçamento do Estado e a agravar o défice. Mas, se o Governo se comprometeu a aplicar um subsídio de renda e se ele não tivesse qualquer impacte social, isso corresponderia a uma irresponsabilidade política, que, julgo, este Governo não assumiu quando ganhou as eleições e quando apresentou o seu Programa de Governo.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^a e Srs. Deputados: O Sr. Ministro das Finanças deu-nos ontem, com a sua vastíssima intervenção, uma explicação exaustiva sobre o Orçamento do Estado, a sua elaboração, metodologia, conteúdo e objectivos.

Não podemos deixar de registar o esforço em transmitir-nos tão preciosas informações e de salientar, hoje, quanto esta atitude contrasta com o quase total laconismo adoptado quando, com apressada ligeireza, recebeu os partidos políticos para sobre esta importante matéria lhes dar conhecimento.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Se o debate sobre o Orçamento do Estado, como matéria complexa que é, recheada de números, valores, dados e percentagens, constitui para a generalidade dos cidadãos portugueses questão árida e desinteressante, cujo carácter técnico os remete para uma atitude mais distanciada, não deixa, contudo, de interessar vivamente pelo seu conteúdo e pelas consequências que dele advirão para o seu viver colectivo.

Interesse naturalmente acentuado pela curiosidade em saber, hoje e agora, como se dará ou não satisfação na expressão orçamental às promessas generosamente feitas em tempo fértil de eleições, mais timidamente esboçadas no Programa do Governo, e das quais algumas áreas mais não restam do que uma vaga alusão de princípios.

Com efeito, passada a eufórica profusão de ilusões semelhantes, torna-se difícil, perante a nudez fria dos números, visualizar meios para concretizar aquilo que se

convencionou designar por aposta na qualidade, enxergar indícios de aproximação acelerada aos padrões europeus ou buscar sinônimos do bem-estar anunciado.

E porque estamos saturados do carácter cfémico das palavras, de prodigiosas manipulações de números, de linguagens herméticas, propomos que se passe, com o pragmatismo de que o Sr. Primeiro-Ministro tanto parece gostar, da análise dos princípios à acção e das propostas aos resultados concretos.

Vejamos, pois, começando pelo exemplo paradigmático dos impostos. Depois de uma campanha em que repetidamente se desmentiu, de forma indignada, a mera hipótese de agravamento da carga fiscal, que a oposição tecimava em colocar como interrogação, o Governo decidiu-se, sem ambiguidades, contrariando todo o seu anterior discurso e o próprio Programa, que falava em continuar uma política de desagravamento fiscal, e optou, nada mais nada menos, por aumentar em cerca de 30% as suas receitas, através do aumento de impostos directos e indirectos, numa rentável operação que, estima-se, renderá mais de 600 milhões de contos!...

Aumentos esses que, pela via do IVA, não pouparão tão-pouco produtos alimentares básicos e bens culturais, como os livros, estes de modo inédito. E se desta opção não vai resultar, certamente, qualquer salto qualitativo no consumo, não acreditaremos tão-pouco que se ouse pensar estar deste modo a contribuir para o reforço da solidariedade, já que se tenderá — e só! — para um maior desequilíbrio social, tal como, inevitavelmente, se estará, com o aumento dos livros, a fragilizar um dos elementos fundamentais da preservação da cultura e um seu privilegiado veículo de divulgação, pondo em causa a credibilidade do discurso oficial de pretensa defesa e valorização da nossa identidade cultural, bem como a tornar gratuita a proclamação de atribuir ao Estado a tarefa de garantir condições de igual acesso a bens culturais, quando, simultaneamente, se penalizam estudantes que têm de recorrer agora a livros mais caros como instrumentos indispensáveis do seu trabalho.

Mas se é certo que as receitas aumentam pela via do agravamento fiscal, certo é também que a elas não corresponde uma melhor oferta na qualidade de bens e serviços prestados, indissociáveis de qualquer conceito de progresso e qualidade de vida, e sem as quais falar de direitos dos cidadãos não passa de mero *slogan*.

Assim, não vemos traduzidas melhorias ao nível da prestação de serviços de saúde mas tão-só a sua pauperização com a introdução de taxas moderadoras, os cortes significativos em comparticipação de medicamentos, menores investimentos na protecção à primeira infância e na assistência materno-infantil, que continua a registar em Portugal, apesar de alguns progressos, valores extremamente baixos quando comparados com o quadro comunitário.

Também a educação, pese embora ser formalmente assumida como aposta crucial no desenvolvimento, atinge uma modesta expressão a que corresponde na área do ensino pré-escolar um corte radical na verba orçamentada, quando a nossa situação neste grau de ensino é das piores da Europa Comunitária, ao mesmo tempo que, ao nível do ensino superior, se tecima em falar de maior justiça no acesso e se obrigam alunos a partilhar com o aumento das propinas encargos que lhes não cabem.

Mas também as autarquias não escapam à gula devoradora do Governo, admitindo-se mesmo para isso poder violar preceitos constitucionais, como a proposta de lei

orçamental indício ao propor suspender no corrente ano a fórmula de cálculo do Fundo de Equilíbrio Financeiro já estabelecida.

Aliás, esta proposta aliada à revisão do Código do IVA e à inédita revisão da Lei das Finanças Locais conduzirá ao insólito facto de ver as autarquias pagar mais em IVA do que receber em FEF acrescentado, facto este particularmente contraditório quando se diz que a administração autárquica constitui o nível da administração que mais próxima se encontra dos cidadãos e se reconhece o seu importante contributo para o desenvolvimento integrado do País.

Que conclusão retirar, afinal, quando se condiciona fortemente na prática essa importante capacidade de intervenção autónoma, tornando as autarquias mais dependentes do sufocante poder central e se inviabiliza, pelo maior constrangimento financeiro, a sua estratégia de desenvolvimento em múltiplas áreas, das quais o ambiente é, sem dúvida, uma significativa componente.

Ambiente a que, embora proclamado solenemente não como mera política mas, sim, como atitude e parte integrante das políticas sectoriais, corresponde uma irritíssima verba que testemunha claramente o papel acessório que lhe continua reservado.

Com efeito, sendo o ambiente uma das áreas que deveria contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e servir de suporte a um desenvolvimento ecologicamente equilibrado, que é suposto defender-se, o seu Ministério é um dos que, em termos do PIDDAC, regista menor evolução no peso global deste plano de investimentos, passando de 4.9, em 1991, para 5.1, em 1992, ou seja, um aumento de apenas 0.2.

Assim sendo, não deixa de ser pouco credível falar nas Grandes Opções do Plano em aposta na qualidade em termos de ambiente e propor-se agir em três sectores fundamentais, prevenção/correção/participação, com tão diminuto investimento.

Como falar, em concreto, em prevenção ambiental essencial a uma correcta política de defesa do meio ambiente com tão insignificante verba?

Como falar de correção de situações quando ao nível das autarquias essa possibilidade se inviabiliza e, pese embora se reconheça existirem problemas e zonas que começam a assumir um grau de gravidade revelador de disfunções, os investimentos mantêm-se e a falta de iniciativa e dinâmica também?

Como continuar a falar, e disso fazer demagógico discurso, em participação dos cidadãos e das associações, aliás indispensáveis numa correcta política do ambiente, quando as verbas que se lhes destinam são rigorosamente as mesmas que no ano transacto, o mesmo é dizer inferiores, de facto?

Como falar de educação ambiental como elemento pedagogizante imprescindível na difusão de novos valores sem dotações adequadas?

Como falar de defesa do meio ambiente sem investir realmente em meios de fiscalização do cumprimento da lei?

Como admitir seriamente melhorias na política ambiental preconizada com tão reduzido investimento e tão escasso número de novos projectos?

Com efeito, o Orçamento do Estado como instrumento que é, indispensável na corporização de qualquer política, não permite antever mais do que a irremediável acentuação das disfunções já existentes, o agravamento de problemas — que, invariavelmente, transitam de Orçamento

para Orçamento — e a incapacidade de responder de modo inovador aos novos problemas que, naturalmente, surgirão.

Assim, para nós, Partido Ecologista Os Verdes, no preciso momento em que a presidência da Comunidade se exerce, no ano em que toda a comunidade mundial vai reunir-se, sob a égide das Nações Unidas, para debater as questões do ambiente e desenvolvimento, pela importância que assumem no nosso futuro colectivo, não deixe de ser possível considerarmos esta proposta de lei do Orçamento como totalmente decepcionante; uma proposta que contrasta na pequenez dos meios com o gigantismo das palavras; uma proposta que, admitimos, possa vir a ser melhorada em sede de discussão na especialidade, mas que não deixará, mesmo assim, de ser o Orçamento das promessas adiadas.

Aplausos de Os Verdes, do PCP e do deputado independente João Corregeor da Fonseca.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

O Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Ferreira do Amaral): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Cabe-me a tarefa, que cumpro com gosto, de fazer a apresentação a esta Câmara da proposta de lei do Orçamento do Estado para 1992 no que respeita às áreas específicas das obras públicas, dos transportes, da habitação e das comunicações.

O montante dos recursos que o Governo propõe que sejam afectados a esses destinos é já do conhecimento dos Srs. Deputados e dou-os por conhecidos neste debate.

É necessário agora justificá-los; explicar porquê este montante, porquê esta distribuição, e não outra, e tornar clara a razão política das opções tomadas.

A discussão do Orçamento do Estado não constitui, como todos sabemos, um mero exercício de contabilidade previsional mas, sim, num dos momentos em que a política se exprime com maior clareza, desembargada dos círculos e das ambiguidades, ocasião em que não é possível moderar e confundir com prudentes adversativas opções que o cidadão precisa de conhecer claramente.

Não é, pois, possível durante a discussão do Orçamento do Estado e perante a expressividade dos números exigir mais despesa sem reclamar, simultaneamente, mais impostos ou sem propor défices maiores, por outras palavras, não é possível ser-se simultaneamente socialista nas despesas e liberal nas receitas, porque a aritmética desmaska imediatamente a duplidade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O debate do Orçamento é por isso o debate político por exceléncia, onde se confrontam as alternativas reais e onde se assumem os compromissos que comprometem o mesmo.

O orçamento do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações reflecte, de forma expressiva, a ideia central do Orçamento do Estado para 1992: menos despesa do Estado mas mais investimento! Menos despesa através da contenção generalizada dos orçamentos de funcionamento, exigindo ganhos de produtividade e eliminação de desperdícios, com o que todos, certamente, estarão aqui de acordo; mais investimento, por via do acréscimo substancial dos recursos a ser utilizados no âmbito do PIDDAC.

O Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações será responsável por cerca de 40 % de todo o investimento do Plano, ou seja, por cerca de 110 milhões de contos. Então, como comparar esta verba com a que foi orçamentada em 1991? Por um aumento de cerca de 24%! Ou seja, o ritmo de investimento em obras públicas não só não abrande como acelera mais ainda e de forma nítida, correspondendo à imperiosa necessidade que o País tem de modernizar-se e de criar as condições indispensáveis para o seu próprio desenvolvimento.

Aqueles que previam um abrandamento, porque presupunham a existência de um ritmo eleitoral para o esforço realizado no ano passado, terão de rever conceitos e de alterar juízos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A verdadeira «revolução silenciosa» a que o povo português vem assistindo nos últimos anos, no âmbito das infra-estruturas, e que tão significativamente vem alterando a face do País, não abrandará de ritmo: Portugal continuará em mudança!

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como é sabido, a habitação representa um dos problemas que merece atenção prioritária deste Governo, de acordo, aliás, com o Programa que oportunamente apresentou.

A situação tem vindo a melhorar nos últimos anos, como todas as estatísticas demonstram, mas a amplitude do problema, agravado nas décadas passadas, exige que se reforcem os meios necessários à sua solução.

Em primeiro lugar, convém sublinhar que a habitação, em geral, constitui, segundo a nossa organização do Estado, uma despesa directa do cidadão.

Ao Estado, como em todos os casos idênticos, compete assegurar duas coisas essenciais: por um lado, a criação das regras do jogo que facilitem o funcionamento normal do mercado, de tal forma que a procura e a oferta se encontrem em condições de quantidade e preço razoáveis; mas, por outro, compete ao Estado garantir que os nossos concidadãos que não disponham de recursos suficientes para poderem ser actores nesse mercado não deixem por isso de encontrar habitação condigna, que é, como se sabe, factor indispensável da sua realização social. O Estado procura assegurar o encontro dos que procuram com os que oferecem e assume-se como instrumento de solidariedade para os que dela carecem.

A função reguladora e a função supletiva do Estado têm evidentemente expressão no Orçamento, mas não será apenas através do Orçamento do Estado que serão garantidas as soluções do problema.

O reforço dos meios dedicados à habitação é, na realidade, substancial.

Assim, o IGAPHE, organismo que essencialmente providencia os meios de apoio às autarquias destinados à habitação social, vê o seu orçamento de investimento do PIDDAC passar de 4,4 para 10,7 milhões de contos. Parte substancial desses recursos terá origem na alienação de património que se encontra nas mãos do Estado, mas que não precisa de estar. Dá-se desta forma cumprimento à estratégia do bom-senso, que é a do Estado vender aquilo de que não precisa para, com os recursos assim obtidos, investir no que é necessário.

Será assim possível se o Orçamento for integralmente cumprido, quer do lado das receitas, quer do lado das despesas, reforçar o apoio às autarquias, contribuindo,

assim, para a redução muito substancial das condições sub-humanas de habitação que ainda hoje observamos, sobretudo nas grandes urbes.

Por outro lado, o Instituto Nacional de Habitação — instituição que contribui, essencialmente, para apoiar o financiamento à construção de habitação a custos controlados, nomeadamente a das cooperativas — vê a sua capacidade de financiamento substancialmente acrescida. Por si só garante para este ano, através das cooperativas ou dos contratos de desenvolvimento da habitação, o financiamento à construção de cerca de 8000 fogos que, adicionando aos previstos no protocolo oportunamente negociado com as grandes instituições de crédito que deverá prosseguir este ano, se espera que subam para cerca de 12 000 fogos, que se juntarão aos 15 300 em curso, no valor de 80 milhões de contos.

Se a tudo isto juntarmos o vertiginoso crescimento que se tem registado no mercado do arrendamento, que, aliás, se verificou após a publicação da nova lei aprovada nesta Câmara, a baixa do imposto sobre valor acrescentado na construção de habitações a custos controlados e outras medidas que, fora deste Orçamento, em breve serão tomadas, bem poderemos dizer que nesta como em todas as outras matérias o Governo tomou à letra o seu próprio programa e que, no caso concreto da habitação, a prioridade atribuída tem correspondência em medidas concretas.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Aproveito, contudo, para daqui fazer um apelo que me parece justificado: que as câmaras municipais possam, através da sua actuação, contribuir de forma decisiva (e só elas o podem fazer) para a baixa dos custos da habitação através de uma travagem do crescimento ou, mesmo, de uma baixa dos preços dos terrenos urbanizáveis. Tarefa que é, evidentemente, difícil, sobretudo quando os orçamentos camarários dependem tantas vezes das mais-valias obtidas na valorização dos terrenos, ou seja, quando são os orçamentos das câmaras também os beneficiários dos preços inacessíveis que atingem, hoje em dia, os terrenos disponíveis para habitação, ...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ... mas que, face à questão social em jogo, não poderá deixar de ser tarefa a meter ombros e que, bem sucedida, muito contribuirá para um melhor ajustamento do mercado habitacional.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No que respeita aos transportes, o Orçamento apresenta duas componentes, a destacar claramente: por um lado, a persistência da prioridade a atribuir aos caminhos de ferro, cujo programa de modernização prossegue em ritmo agora mais acelerado, e, por outro, a atribuição de meios do Estado para o saneamento financeiro da transportadora aérea nacional (TAP), que, a partir deste ano, se encontrará em condições de enfrentar com sucesso a acrescida concorrência resultante da liberalização operada no mercado europeu.

No que respeita aos caminhos de ferro, o montante previsto do investimento em infra-estruturas ascenderá este ano a 43 milhões de contos, montante que compara com os cerca de 30 milhões de contos previstos no ano passado.

O Orçamento do Estado contribui substancialmente para esta verba com 24 milhões e o restante será obtido através não só dos fundos comunitários como de desinvestimento da CP, que conta realizar, já este ano, em alienações do património não essencial para a sua actividade, cerca de 5 milhões de contos. Também aqui alienar o que não é preciso para investir no que é necessário.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — As grandes aplicações destes recursos destinam-se às prioridades estabelecidas: Linha de Sintra, Nô Ferroviário do Porto, Linha do Norte, Linha da Beira Alta e Linha de Granéis de Setúbal.

Também em material circulante, o esforço de investimento não abranda: prevê-se este ano um investimento de 19 milhões de contos contra 14,5 milhões de 1991. Aí, as principais aplicações referem-se às novas unidades para a Linha de Sintra, a primeira das quais deverá entrar em serviço no próximo Verão, e a novas locomotivas eléctricas. A ferrovia enfrenta a segunda oportunidade na nossa história de ajudar a transformar o País.

Modo de transporte insubstituível no transporte suburbano de passageiros e, de muitos pontos de vista, altamente vantajoso no transporte de passageiros e de mercadorias a média e longa distância, os caminhos de ferro modernizam-se e recuperam gradualmente de prolongado abandono.

A introdução do comboio na travessia da Ponte de 25 de Abril, cujo concurso de pré-qualificação será muito em breve lançado; a reformulação da Linha de Sintra, cujos primeiros efeitos começarão a ser gradualmente sentidos a partir deste ano; a modernização da Linha do Norte, cujo programa se prossegue; a reformulação do Nô Ferroviário do Porto, são obras que requerem pesados investimentos, mas cuja rentabilidade está assegurada à partida.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nas obras públicas continua o enorme esforço de reconstrução de toda a rede viária nacional. O orçamento da Junta Autónoma de Estradas reforça-se substancialmente. Dos 56,7 milhões de contos de investimento do Plano que tivemos disponíveis o ano passado, apontamos este ano para 77,5 milhões de contos, ou seja, um acréscimo de mais de 36 %. Vamos utilizá-los bem!

O País tem assistido, nos últimos tempos, à sua própria transfiguração resultante da abertura das novas vias de comunicação. Isolamentos que perduraram durante séculos desapareceram e abriram perspectivas de progresso intelectualmente diferentes. As relações sociais, as relações económicas, mesmo as relações culturais, transformaram-se e aperfeiçoaram-se em novas dimensões, simplesmente porque se fizeram estradas, pontes, auto-estradas.

Mas ainda agora vamos no começo! Continuamos a não poder perder tempo! Tantas décadas de sonhos por realizar, tantas necessidades eternamente por satisfazer, tantas promessas sempre por cumprir, constituem outras tantas razões para não nos satisfazermos nem sequer com a obra já realizada. As centenas de quilómetros de vias de comunicação construídas, não as posso, por isso, apresentar como penhor de garantia dos compromissos que aqui tomo perante vós, porque aquilo que é a realidade, aquilo que é verdadeiramente concreto, aquilo que conta, não é a obra realizada mas sempre a obra que temos por fazer.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — De norte a sul, o País continuará em construção. Durante 1992, além das obras já lançadas no ano passado, e que prosseguem, estarão em construção os três troços do IP n.º 4 que faltam para a conclusão da ligação de Bragança ao Porto: os troços de Franco-Góisfeiras, Vila Real-Vila Verde e Vila Verde-Franco. Este é o itinerário verdadeiramente revolucionário que virá arrancar ao isolamento ancestral toda a região de Trás-os-Montes.

Aplausos do PSD.

Estarão lançados os troços do IP n.º 2, entre Castelo Branco e Alcains e entre o Fundão e Alpedrinha; do IP n.º 3 lançar-se-á o troço de Régua-Lamego e arrancarão as obras do Fai-Tondela; no IP n.º 6 far-se-á o lançamento do troço Atalaia-Abrantes, em complemento das obras que decorrem no troço Alcanena-Atalaia; começarão as obras do troço do IC n.º 1, entre Darque e Ponte do Neiva.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (Indep.): — Não estamos em campanha eleitoral!

O Orador: — Além disso, arrancará a variante de Fafe e o troço do IC n.º 7, entre Raiva e Catraia dos Poços; far-se-á no IC n.º 8 o lançamento das ligações de Pombal à auto-estrada, de Leiria à auto-estrada e o novo troço entre a Sertã e Proença.

Lançar-se-á ainda o troço do IC n.º 14, entre Ranholas e Lourel, e também a radial de Odivelas, em Lisboa, e os acessos à ponte do Freixo, no Porto.

Estarão em construção dois dos troços da CRIL em Lisboa; continuarão em marcha acelerada a via rápida de Matosinhos, e contamos ainda poder lançar, em breve, o concurso para a nova travessia do Tejo em Lisboa.

Nas auto-estradas continuarão os trabalhos de alargamento de duas para três vias do lanço de Sacavém a Vila Franca de Xira, da A n.º 1; do lanço Lisboa-Estádio Nacional, da A n.º 5, e iniciar-se-á o projecto de alargamento de duas para três vias do sublanço da A n.º 1, dos Carvalhos a Santo Ovídeo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Iniciar-se-á a construção do sublanço da A n.º 2, entre Palmela e Marateca, e na mesma auto-estrada o projecto de alargamento de duas para três vias do sublanço Almada-Fogueiro.

O Sr. José António Seguro (PS): — Viva a CEE!

O Orador: — Começará a construção na A n.º 3, do troço Cruz-Braga, e, Srs. Deputados, finalmente, a construção da A n.º 7, entre Famalicão e Guimarães.

Na A n.º 8, Torres-Malveira, será aberto ao tráfego o muito reclamado nó da Lousa e, ainda no que respeita a esta auto-estrada, tenho o gosto de anunciar que, com o acordo da BRISA, foi decidido incluir no presente contrato de concessão o seu prolongamento até à cidade de Torres Vedras.

Ainda em 1992, dar-se-á início à construção de dois sublanços da circular regional externa de Lisboa, a chamada CREL, entre o Estádio Nacional e Queluz e entre Queluz e Belas.

Em resumo, além das centenas de obras de todos os tipos em vias de comunicação, poderemos dizer que,

durante o ano de 1992, estaremos em intervenção em praticamente todos os itinerários principais e complementares.

Vozes do PSD: — E não há eleições!

O Orador: — Finalmente, informo ainda esta Câmara que, durante 1992, deverá entrar ao serviço do público, ainda na Primavera, a variante e a ponte de Alcácer do Sal; no último trimestre, os acessos imediatos e a nova ponte internacional de Valença; entrará ainda ao serviço o troço do IC n.º 8, de enorme importância regional e inter-regional, entre o Pontão e Pedrógão, e finalmente, provavelmente no fim do ano, estará ao serviço a grande obra de desenvolvimento para o sul do País, que é a via do Infante, entre a ponte do Guadiana e Faro.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como já tenho referido noutras ocasiões, o nosso esforço, a nossa vontade, é resolver os problemas que temos à nossa frente e que existem hoje. Passou o tempo da mistificação em que nos diziam que estavam a resolver no papel os problemas que se presumia que as gerações futuras viriam a ter. Era essa a fórmula que nos apresentavam como estratégia para encobrir a incapacidade de realizar o que havia a realizar.

Tudo mudou! Já não precisamos dessa máscara!

Aqui vos peço que nos julguem por aquilo que formos capazes de fazer hoje e não por aquilo que esperamos que os nossos filhos ou os nossos netos realizem daqui a 30 anos.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, inscreveram-se os Srs. Deputados José Sócrates, Leonor Coutinho, João Corregedor da Fonseca, Octávio Teixeira, João Matos e Fernando Costa.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Sócrates.

O Sr. José Sócrates (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, pedi a palavra para lhe colocar uma pergunta muito concreta. Certamente, compreenderá que o tenha feito e que, portanto, vá gastar uns breves minutos do precioso tempo do meu grupo parlamentar para...

Vozes do PS: — Breves segundos!

O Orador: — Breves segundos, diz a minha bancada.

Como eu estava a dizer, certamente compreenderá que vá gastar o precioso tempo do meu grupo parlamentar para lhe fazer uma pergunta que estará, tenho a certeza, no espírito de todos os cidadãos do meu distrito, do distrito pelo qual fui eleito.

Não queria, portanto, perder esta oportunidade para o confrontar com a seguinte história: V. Ex.º lembra-se, com certeza, que no dia 27 de Abril o Sr. Primeiro-Ministro, acompanhado por V. Ex.º, visitou — em visita de Estado, com pompa e circunstância — o distrito de Castelo Branco e que no Fundão o Sr. Primeiro-Ministro afirmou, solemnemente, que tomava, sem que ninguém lhe tivesse pedido seja o que for, o compromisso solene, perante todas as altas individualidades presentes, de iniciar a construção, antes de 1993, do túnel da Gardunha e da variante ao Fundão que, como V. Ex.º sabe, é o troço do IP n.º 2 mais urgente ao nível da construção.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Não é, não!

O Orador: — E o Sr. Primeiro-Ministro disse mais, Sr. Ministro — e é aqui que está o pitoresco da história —: que empenhava as barbas do Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações!

Risos do PS.

Disse o Sr. Primeiro-Ministro: «Se a promessa não se cumprir, o Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações porá as barbas de molho.» E toda a gente que lá se encontrava achou um piadão!... Acontece que já estamos em 1992 e — o Sr. Ministro desculpar-me-á — visto e revisto, à lupa, no Orçamento do Estado não se encontra prevista a construção nem do túnel da Gardunha...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — É tudo escuro!

O Orador: — ... nem da variante do Fundão.

Ora bem, acontece que todos os cidadãos do distrito querem saber ou do túnel ou das suas barbas de molho, ...

Risos do PS.

... pois todos temos a certeza de que V. Ex.^a, tal como o Sr. Primeiro-Ministro, são homens de honra e não iriam invocar em vão história tão nobre da nossa história!

Portanto, Sr. Ministro, é capaz de me esclarecer onde está o túnel ou, então, onde estão as suas barbas de molho.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Pergunto ao Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações se deseja responder já ou no final dos pedidos de esclarecimento.

O Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações: — Respondo no final, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então, tem a palavra à Sr.^a Deputada Leonor Coutinho.

A Sr.^a Leonor Coutinho (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações: Para além das promessas de túneis e de pontes, que vão ficando em promessas e que não têm inscrição orçamental, V. Ex.^a gera, obviamente, com natural satisfação, os fundos estruturais transferidos para o nosso país pela Comunidade Europeia e é com natural satisfação que os Portugueses acolhem novas estradas e aguardam a melhoria da rede ferroviária.

No entanto, o Governo apenas expressa em palavras a necessidade de uma política de maior intervenção no sector da habitação, pois neste Orçamento verificamos que essa intenção não se expressa em verbas.

O PIDDAC apenas prevê um reforço orçamental de 2 milhões de contos que, em termos de percentagem, corresponde a menos do que as verbas previstas em 1989. Evidentemente que esse valor pode ser reforçado se o IGAPHE vender terrenos e casas e se, com esse dinheiro, comprar outras; de qualquer modo, constituem reforços que em percentagem serão inferiores ao esforço de 1989.

As verbas inscritas na Direcção-Geral do Tesouro para subsídio às instituições de crédito que financiam as bonificações de juros para compra de casa própria diminuem de 5,7 milhões de contos, o que significa que os Portu-

guenses ao quererem comprar casa, terão ainda mais dificuldades em fazê-lo. O mercado não corresponde, pois, às possibilidades da grande maioria dos portugueses.

Posto isto, gostaria de lhe fazer duas pequenas perguntas: como explica V. Ex.^a que o Governo vai despende menos verbas em incentivos à habitação do que as que gastou em 1991, se somarmos a habitação social com o que vai poupar na compra da habitação própria? Como explica V. Ex.^a que a promessa do subsídio de renda não tenha verbas previstas no Orçamento do Estado?

O mercado não produz casas a preços compatíveis com a bolsa da grande maioria dos portugueses e mais de 40% dos custos vão para o Estado em impostos. Por que razão não prevê o Governo maiores incentivos fiscais e isenções a nível de IRS e de sisa, que sejam minimamente compatíveis com os recursos dos Portugueses que ainda podem comprar casa ou, então, recorrer ao mercado de arrendamento, tal como ele existe?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (Indep.): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações: A minha pergunta é muito rápida, pois disponho de pouco tempo.

É público e notório, Sr. Ministro, que em relação à habitação não há prioridades para o seu Ministério, nomeadamente no que diz respeito à habitação social. É claro que as barracas vão continuar e as promessas eleitorais ficarão por cumprir.

O Sr. Ministro disse claramente na Comissão de Equipamento Social que privilegia o mercado de arrendamento. Completarci essa sua afirmação dizendo que privilegia o mercado especulativo de arrendamento.

Gostava de lhe perguntar, muito rapidamente, se o Governo já contabilizou as consequências do aumento de 8% para 16% do imposto em empreitadas de obras públicas e qual a razão da diminuição, já aqui referida, em 13,6%, das verbas para bonificação de juros na compra de casa própria? Quais as razões que determinaram esta diminuição?

(O orador reviu.)

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, quero começar por lhe agradecer a sua compreensão ao dar-me a palavra, apesar de eu já não dispor de tempo.

Por razões bem evidenciadas no quadro electrónico, muito telegraficamente, gostava de solicitar-lhe que fornecesse à Câmara os orçamentos do INH e do IGAPHE a que fez referência no seu discurso, porque aqueles que foram enviados para a Assembleia da República são completamente diferentes. Neles as verbas não aumentam; antes pelo contrário, diminuem.

O Sr. João Amaral (PCP): — É essa a questão!...

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Matos.

O Sr. João Matos (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações: Em primeiro lugar, quero congratular-me com o facto de o Sr. Ministro ter apresentado a esta Câmara o orçamento do seu sector, que traz, sem dúvidas, melhorias substanciais para o País. Isto significa que o território nacional vai continuar a ser dotado das infra-estruturas básicas e que os Portugueses vão ter não só uma melhor qualidade de vida mas também, simultaneamente, que vão diminuir as assimetrias regionais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quero, por outro lado, destacar — e faço-o porque alguns colegas da oposição têm referido, com muito veemência, a questão da habitação — que também consideramos fundamental solucionar o problema da habitação. No entanto, embora muita coisa esteja ainda por fazer, há que reconhecer o esforço posto pelo Governo neste Orçamento, esforço, de facto, significativo, pelo que também temos de nos congratular com isso. É pena que os partidos da oposição não tenham capacidade para ver os números que estão no Orçamento do Estado!... Para além do montante que é atribuído à habitação social e que o Sr. Ministro já referiu na sua intervenção, o qual passa de 4,4 milhões de contos para 10,7 milhões de contos, é preciso também não esquecer que, em relação à harmonização fiscal prevista neste Orçamento para os contratos de desenvolvimento da habitação, há uma redução da taxa do IVA de 17 % para 5 %. Era bom que a oposição soubesse dizer-lo, para que os Portugueses tivessem consciência do que se está a ser discutido nesta Assembleia.

Por outro lado, não quero deixar de referir o sistema cooperativo, habitação a custos controlados, cuja taxa do IVA passa de 8 % para 5 %. Era bom que os Srs. Deputados da oposição, designadamente os do Partido Socialista, que têm feito da habitação um «cavalo de batalha» na Assembleia da República, tivessem a noção destes números para que, quando colocassem questões ao Governo, os levassem em consideração.

Por outro lado ainda, Sr. Ministro, os técnicos de habitação têm dito que para se atingir níveis de habitação adequados é preciso construir em Portugal cerca de 70 000 fogos. Sei que no ano de 1990, segundo números fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, foram construídos 65 000 fogos. Gostava de saber, Sr. Ministro, se tem já alguns dados sobre esta matéria em relação ao ano de 1991.

Finalmente, não quero deixar de congratular-me com o subsídio de renda para os jovens,...

O Sr. João Corregedor da Fonseca (Indep.): — Onde é que ele está?

O Orador: — ... muito embora, designadamente, os Srs. Deputados do Partido Socialista não gostem de ouvir isto. Gostava que o Sr. Ministro me dissesse quando terão os jovens portugueses a oportunidade de obter este subsídio.

Vozes do PSD: — Muito bem!

↗
O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Costa.

O Sr. Fernando Costa (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações: Gostava de manifestar a minha satisfação pela intervenção de V. Ex.^a e dizer-lhe que, no que concerne ao norte de Lisboa, em particular ao oeste, saio daqui com uma grande esperança.

O oeste, de facto, não tem vias de comunicação, sofre a interioridade, talvez tanto como Trás-os-Montes, mas o que acabámos de ouvir — e aquilo que não ouvimos, pois penso que o Sr. Ministro não foi taxativo — deixa-nos optimistas. Digo-o, porque sei que acabaram de ser adjudicados alguns troços do IP n.º 6 e do IC n.º 1, nomeadamente a variante Caldas da Rainha, no total de 6 milhões de contos. A construção destes troços, bem como a da auto-estrada até Torres Vedras, é motivo de grande satisfação para muitos autarcas que, como nós, têm vindo a lutar por estas vias.

Temos tido momentos de grandes preocupações — e este será um deles —, mas este Orçamento do Estado é um grande motivo de esperança para os autarcas do oeste, no que concerne às vias de comunicação.

Por isso, mais do que um pedido de esclarecimento, esta minha intervenção visa não deixar passar em claro a minha grande e profunda satisfação.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

O Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações: — Sr. Deputado José Sócrates, não é que me incomode muito ter as barbas de molho, mas, em todo o caso, tenho de responder à questão que me colocou.

Acabei de anunciar que no IP n.º 2 serão lançados, com prioridade, dois troços de acesso a Castelo Branco. Quanto ao túnel propriamente dito — a grande preocupação do Sr. Deputado parece ser a de dispor de um túnel e ver uma luz ao fundo —, ...

Risos do PSD.

... ele apresenta grandes dificuldades técnicas e surgiram opções que, neste momento, parecem encaminhar para uma solução diferente da que se previa há um ano atrás.

O Sr. José Sócrates (PS): — Isso é o discurso de há quatro anos! ...

O Orador: — Mas isso não atrasará a obra. O túnel, julgamos nós, será a parte da obra mais fácil.

Neste momento, face às perspectivas que se abrem com a aprovação do Fundo de Coesão, pensamos estar em condições de encontrar uma solução em que não seja o Orçamento do Estado a arcar com a maior parte dessa obra.

A obra do IP n.º 2, de acesso a Castelo Branco, vai ser prioritária, como acabei de anunciar, com dois troços no mesmo itinerário. Por isso, se o Sr. Deputado me autorizar, posso tirar as barbas de molho.

À Sr.^a Deputada Leonor Coutinho direi que não sei se entende que uma instituição é pouco reforçada quando o seu orçamento aumenta em 141 %, o que é o caso do IGAPHE. Evidentemente que uma apreciação dessas é sempre possível de fazer, pois mesmo que eu preveja aumentos de 1000 % ou 2000 %, poder-se-á sempre dizer que é pouco. Julgo que este aumento é muito satisfatório!

Como sabe, não se pode aumentar o orçamento das instituições indefinidamente, pois elas têm de ter capacidade para geri-los e para executá-los. Julgamos que, neste caso, o aumento é substancial e, o que é muito importante, terá grande impacte no apoio às câmaras para a construção de habitação social:

O Orçamento do Estado, em si, reforça a verba em 24 %, sendo o restante obtido através da alienação de património, que já se encontra inteiramente classificado e preparado para venda. Por isso temos a certeza, ou quase a certeza, de que seremos capazes de cumprir integralmente os 11,7 milhões de contos previstos. Julgo que isto é — e perdoem-me a qualificação — um reforço muito substancial do orçamento para a habitação social.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Na Direcção-Geral do Tesouro, as bonificações aparecem mais reduzidas, pela simples razão de que sobejaram muitos recursos no ano passado. As contas foram feitas este ano em relação ao que foi despendido no ano passado e não ao que foi orçamentado. Verificou-se que no ano passado se orçamentou muito por alto e, por isso, este ano reduziu-se a orçamentação. Nenhum pedido de crédito bonificado para aquisição de habitação, julgamos nós, será recusado por falta de recursos para bonificação — aliás, o Orçamento está feito nessa presunção.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quanto ao subsídio de renda, é difícil orçamentar concretamente no ano de início e, por isso, vamos esperar para ver o que sucede; porém, a legislação sobre essa matéria está praticamente pronta. Julgamos que uma grande parte das pessoas que vão utilizar esse subsídio não utilizarão o subsídio de bonificação e, portanto, tratar-se-á apenas de uma mera transferência de recursos de um lado para outro. Em todo o caso, preferimos deixar em aberto neste primeiro ano de funcionamento do que fixar uma verba que poderia revelar-se excessiva ou insuficiente. Depois da experiência deste ano, no próximo, estaremos, com certeza, em melhores condições de orçamentá-lo.

Quanto aos impostos, a grande medida que se verificou foi a baixa do IVA para as habitações de fins sociais. Julgo que isto vai ter repercussões importantes nos custos, portanto nos preços da habitação, e que será, com certeza, uma medida facilitadora.

Se a Sr.^a Deputada me autoriza, queria só dizer que julgo que as perspectivas do problema da habitação são, actualmente, bastante mais risonhas do que há meia dúzia de anos atrás. O crescimento da habitação social e dos meios para a habitação social, bem como o crescimento substancialíssimo da capacidade de financiamento às cooperativas e aos privados que queiram construir habitações de custo controlado, o subsídio de renda, o autêntico crescimento explosivo do mercado de arrendamento que está a verificar-se e ainda o interesse manifestado por várias instituições bancárias em participar no mercado imobiliário, tudo isto, aliado à quebra da taxa de juros, ocasionará em Portugal, com certeza, uma situação de habitação bastante mais favorável no fim do próximo ano.

O apelo que fiz durante a minha intervenção inicial — e que julgo ser muito importante — mantém-se. Nada disto resultará se as câmaras não tomarem conta, a sério,

do problema dos preços dos terrenos. Não é possível baixar o custo da habitação, ou sequer mantê-lo, se continuar a haver a especulação desenfreada do preço dos terrenos a que estamos assistindo. Compreendo que, muitas vezes, essa especulação seja conveniente para as câmaras municipais, mas esses ganhos são ilusórios, porque acabam por pagar mais tarde noutras rubricas. As câmaras municipais deviam concorrer para que o problema dos custos dos terrenos, que é, neste momento, o custo maior da construção da habitação, possa ser controlado.

Pela parte do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, estaremos dispostos a contribuir, de qualquer forma, através de medidas legais que sejam da competência do Governo, para ajudar à solução deste problema.

Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca, evidentemente que neste programa de obras do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações foi contado o valor do IVA. Como é evidente, nem todas as obras são afectadas dessa forma, porque umas já pagavam o IVA similar, isto é, pagavam 17 %. Portanto, esse problema foi contemplado, como é evidente.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (Indep.): — Já fez o levantamento?

O Orador: — Sim, sim.

Sr. Deputado Octávio Teixeira, peço desculpa, mas deve ter havido uma troca de papéis quanto a este assunto. O Sr. Deputado é capaz de estar a visualizar o Orçamento de 1983 ou 1984, porque o orçamento do IGAPHE deste ano é realmente de 11,7 milhões de contos.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Mas não fornece?

O Orador: — Fornço, com certeza, mas penso que já foi distribuído.

Sr. Deputado João Matos, o problema da habitação tem sido apresentado como um «cavalo de batalha» pela oposição nos últimos tempos, que dizem que as coisas vão de mal a pior. Evidentemente que se percebe porquê. Porque é um problema que preocupa muitos portugueses, é um problema muito difícil, todos o sabem; é um problema que está longe de solução definitiva, e não vale a pena criar ilusões. Porém, isso tem escondido uma realidade, que refiri há pouco. É que o problema da habitação tem vindo a ser resolvido de forma gradual e muito clara. Todas as estatísticas indicam que o problema da habitação tem vindo a desagravar-se substancialmente nos últimos anos.

O número de fogos construídos e ampliados, em 1990, é de 65 000, o que constitui já por si um recorde absoluto de construção de fogos e está muito distante de qualquer outro ano, em Portugal. Em 1992, as estatísticas preliminares que temos disponíveis — ainda são, como digo, preliminares — apontam para um crescimento que, pensasse, andará por perto dos 70 000 fogos. Poder-se-á dizer: «Mas isso são as casas para os ricos, porque as casas para os pobres não se constroem!». É falso! O número de contratos feitos não só para financiamento de habitação de cooperativas ou habitação a custo controlado, como a aquisição de casa própria por jovens, isto é, por aqueles que precisam de bonificação, aumentou substancialmente em 1991. Sei que a estatística muitas vezes é antípatica, mas, neste caso, penso que é simpática para todos os portugueses e antípatica para os argumentos da oposição.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Finalmente, Sr. Deputado Fernando Costa, o anúncio que fiz da auto-estrada para Torres Vedras corresponde também a uma boa colaboração da BRISA, que entendeu ter chegado a altura de fazer a ligação por auto-estrada de Torres Vedras a Lisboa.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Corregeror da Fonseca.

O Sr. João Corregeror da Fonseca (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Orçamento do Estado para 1992 reflecte as intenções governamentais de criar um fosso cada vez maior entre as classes mais desfavorecidas e as elites protegidas pelo poder executivo, chefiado pelo Prof. Cavaco Silva, que não teve coragem para enfrentar a oposição, preferindo lançar o Sr. Ministro das Finanças para a desconfortável situação de apresentar e defender o que indefensável se torna e que, todos o confirmam, é o Orçamento de Estado do Prof. Cavaco Silva.

Valha a verdade que o Sr. Ministro Braga de Macedo se prestou de bom grado ao serviço, embora na televisão tenha afirmado, alto e a bom som, que este Orçamento não era seu mas, sim, da autoria do Primeiro-Ministro.

Quanto à forma como o actual Ministro das Finanças se apresentou, nem é bom falar. Tentou brincar com um problema bem sério, que é o Orçamento do Estado! Nada tenho contra o sentido de humor, é evidente — é um valor a preservar quando culto —, mas tentar chalacear com os aumentos de impostos que atingirão a generalidade das famílias portuguesas e com os problemas acrescidos que este Orçamento vai criar à esmagadora maioria dos portugueses não se admite e é preocupante. Mas de um ministro, de um governo, que em plena negociação frusta a boa-fé dos parceiros sociais, nomeadamente dos sindicatos, impondo aumentos salariais risíveis, tudo se pode aguardar. Este ministro, o Primeiro-Ministro os deputados do PSD devem sentir-se felizes com alguns dos títulos da imprensa de hoje, que classificam Braga de Macedo como um *show man*. É caso para reflectir seriamente, Srs. Deputados.

As questões reais, às preocupações às críticas formuladas pela generalidade da oposição o Sr. Ministro nada respondeu, nada esclareceu. Chalaceou apenas!

Nada disse sobre as ameaças que pesam sobre os trabalhadores da Administração nem foi esclarecedor quanto à desencrada onda de impostos que tudo abrange, desde os medicamentos aos livros, passando pela carne, pela água, pelo peixe, pelo pão, pelo leite, enfim, pelos bens de consumo de primeira necessidade, até à exigência de obrigar os estudantes a pagarem os seus cursos, violando as próprias normas constitucionais.

Este Governo vai, em pouco tempo, agravar deliberadamente as condições de vida dos Portugueses para, depois, preparar as suas propagandistas campanhas eleitorais.

É tão repetitiva esta actuação que ronda a vulgaridade.

Governo anticultura — do Secretário de Estado da Cultura, nem novas, nem mandados —, Cavaco Silva e os seus ministros apresentaram um Orçamento do Estado que mais não é do que a expressão clara da adopção de uma política definitivamente contrária aos interesses de todos os portugueses, beneficiando apenas os possidentes, os novos ricos nascidos da especulação financeira só possível na

vigência de um Governo chefiado pelo Sr. Prof. Cavaco Silva em nome de uma ideologia neoliberal, pouco ou nada preocupada com as grandes questões sociais.

A realidade é bem dura e preocupante, bem mais triste e a oposição tem-no demonstrado cabalmente neste debate.

O Orçamento do Estado é eloquente em si mesmo: Impostos agravados; salários reais a diminuir; saúde cada vez mais distante e mais cara; menos esperanças e menos perspectivas para os jovens; maior agravamento em todos os capítulos do ensino; menos bem-estar para os Portugueses; autarquias prejudicadas no seu desenvolvimento, principalmente as de esquerda; maior instabilidade para centenas de milhares de famílias; ameaças crescentes de novos e agravados despedimentos; menos diálogo, menos concertação, menos segurança social.

E quanto à habitação, principalmente a habitação social, o problema assume foros de profundo escândalo. Este sector, o da habitação, constitui, sem dúvida, um dos mais graves que atinge a sociedade portuguesa, com um Governo a privilegiar o mercado especulativo do arrendamento em detrimento da habitação social. Com este Orçamento do Estado não se vai registar um crescimento na construção de habitações sociais, de acordo com as necessidades do País, ao contrário do que o Sr. Ministro das Obras Públicas afirma. Nem aqui, neste importante capítulo, o Governo de Cavaco Silva cumpre as promessas eleitorais. As carências neste domínio vão prevalecer.

E a promessa eleitoral, enganadora, de se atacar frontal e corajosamente a lamentável situação dos bairros de lata, dos bairros degradados, fica-se pelo papel, pelo blá-blá eleitoral, sem resultados positivos notórios.

As dotações orçamentais são ridículas e para agravar ainda mais a situação o Governo não se esqueceu de aumentar os impostos em empreitadas de obras públicas de 8 % para 16 %, com as consequências nefastas fáceis de comprovar. Ao contrário do que afirma o PSD, não há dotação para subsídios de renda aos jovens, a dotação orçamental para bonificação dos juros baixou 13,6 %, os empréstimos ao sector público diminuem 9,1 %.

A política a adoptar pelo Governo através do INH e do IGAPHE fica muito aquém das necessidades.

Sr. Presidente, os Portugueses sentem como as promessas eleitorais não passam de vulgares promessas. Dias bem difíceis e dramáticos vão aguardar a maioria dos portugueses, dos trabalhadores, dos mais desfavorecidos.

Entretanto, o Governo, através do novo Ministro das Finanças, retórico e nada rigoroso, vai dando o seu *show revistício*, de que alguma imprensa tanto gosta.

Não há razões, Srs. Deputados e Srs. Ministros, para tanto optimismo.

(O orador reviu.)

Aplausos do PCP e do deputado independente Luís Fazenda.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, antes de dar a palavra ao último orador inscrito, o Sr. Secretário vai ler um relatório da Comissão de Regimento e Mandatos.

O Sr. Secretário (João Salgado): — Srs. Deputados, a solicitação da 3.ª Secção do 11.º Juízo do Tribunal Cível da Comarca de Lisboa, Processo n.º 210, a Comissão de Regimento e Mandatos decidiu emitir parecer no sentido de não autorizar o Sr. Deputado João Amaral (PCP) a depor na qualidade de testemunha no âmbito do processo em referência.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em apreciação.

Não havendo inscrições, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência de Os Verdes.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel dos Santos.

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — Sr. Presidente, e, em especial, Srs. Deputados: Não vou poder ler-vos todo o meu discurso, mas não ficarão, naturalmente, prejudicados com isso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Contribuintes:...

Risos do PS.

... já não é possível tapar o Sol com uma peneira, como pretendeu o Sr. Ministro das Finanças.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A carga fiscal, em Portugal, vai aumentar com brutalidade em 1992, penalizando excessivamente, injusta e desnecessariamente, o dia-a-dia dos Portugueses.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Não há gesto histriónico, manipulação de percentagens, definições pseudo-académicas ou arrogância desnecessária e gratuita que ocultem esta realidade.

Quatro meses depois de ganhar as eleições, o PSD lança para o caixote das coisas inúteis as promessas que formulou, nomeadamente a de continuar a política de desagravamento fiscal, tanto para os indivíduos como para as empresas, promessas eleitorais que, em boa medida, constituíram a base do seu sucesso eleitoral.

A história, afinal, repete-se e é conhecida!

O Prof. Cavaco Silva inicia um novo ciclo eleitoral.

Nos dois primeiros anos, assumem-se as medidas que possam acentuar os factores de empobrecimento relativo de amplas camadas da população portuguesa; na segunda parte do ciclo, aguarda-se que a ausência de memória, as inaugurações por empreitada — ...

Risos do PS.

... aliás, já hoje aqui anunciadas — e o aceno com os fundos da CEE produzam o milagre da multiplicação dos votos.

O Sr. Primeiro-Ministro até já se dá ao luxo de avisar: «Não me façam perder as legislativas para ganhar as eleições autárquicas.»

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Convenhamos que não se pode ser mais claro, mas esperamos que da próxima vez seja diferente.

Com a sua tocante simplicidade, o Sr. Ministro das Finanças já produziu, ao longo do seu curto mandato, uma afirmação da maior importância política: «A responsabilidade pela política orçamental repousa, em última instância, no Sr. Primeiro-Ministro.»

Não se trata de uma frase de circunstância que pretenda sublinhar uma verdade elementar — a da solidariedade do Sr. Primeiro-Ministro, enquanto coordenador, com as

políticas do seu Conselho de Ministros —, trata-se, sim, de um claro acto de responsabilização política que acaba por atingir um dos pontos fulcrais deste debate.

O Sr. Primeiro-Ministro não pode fugir às suas responsabilidades. Prometeu aos Portugueses desagravamento fiscal, ou seja, em linguagem comum, pagamento de menos impostos no plano relativo. Com a promessa feita, terá ganho, provavelmente, as eleições e não tem o direito dc, agora, esquecer esse compromisso.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Correspondendo ao apelo do Sr. Ministro das Finanças, não irei maçar-vos demasiado com percentagens, porque há, efectivamente, coisas mais importantes na vida.

Contudo, a verdade é que as receitas fiscais progrediram, genericamente, 2,5 pontos percentuais na riqueza nacional. Quer dizer, de todo o produto interno nacional o Estado guardará, para si, em 1992, uma fatia suplementar de 2,5 %, que, obviamente, deixa de ser distribuída às famílias e aos particulares.

Apesar de todas estas evidências, o Governo continua a afirmar que não há aumento da carga fiscal. Não é legítimo iludir as questões e mistificar com conceitos teóricos a realidade concreta e esta Câmara, que é eminentemente política, tem de traduzir para a opinião pública a verdadeira natureza das coisas.

Quer se trate de harmonização, quer se trate de aproximação, quer se trate da mancha mais simples, mais expedita e mais cega de obter receita fiscal, o Governo oferece aos Portugueses uma realidade fiscal pesada e penalizadora dos detentores de baixo rendimento.

Vejamos alguns exemplos: são penalizados a carne e o leite, as frutas e os legumes, os remédios, os livros e o pão, produtos que até agora não sofriam qualquer tributação — ...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... tudo, como se vê, géneros de primeira necessidade —, são agravados os lacticínios, as bolachas, os detergentes e todos os serviços prestados pelos restaurantes e são desagravados, entre outros de igual importância, os aparelhos para a prospecção e pesquisa de petróleo, ...

Risos do PS.

... os moinhos de mós de pedra — desde que tenham diâmetro inferior a 1 m — ...

Risos do PS.

... os estrechos de lousa e os vinhos.

Aplausos do PS.

Apeloo-me dizer: estão de parabéns os molciros!

Quanto a IRS, a nova situação é realmente brilhante... Todos os escalões, deduções e abatimentos foram actualizados em 8 % — oito, como se sabe, é o número da sorte do novo Ministro das Finanças, mas é, seguramente, o número de azar de milhares e milhares de trabalhadores portugueses — ...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... o que significa que todo o contribuinte que tiver o seu rendimento aumentado no próximo ano em 10 % corre um sério risco de cair num escalão de tributação superior. Como se vê, não há aumento de carga fiscal!... Questão verdadeiramente esotérica, esta!

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O desporto favorito dos Srs. Deputados do PSD neste debate tem sido o da denúncia da pretensa ausência de alternativa política por parte do PS.

Passando por cima do que esta atitude significa de má consciência, face à defesa obrigatória de um Orçamento indefensável, importa desmistificar este comportamento.

Não compete ao PS — entendamo-nos —, quatro meses depois das eleições, apresentar qualquer alternativa orçamental.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Compete ao PS, em especial, e à oposição, em geral, com a mesma legitimidade que o PSD tem para governar, exercer uma fiscalização intensa e consequente e denunciar o incumprimento das promessas eleitorais.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É o que temos feito e continuaremos a fazer.

Há, contudo, uma precisão que importa registar: a política orçamental para 1992, proposta pelo Governo, insere-se no enquadramento macroeconómico traduzido no Programa de Convergência Q2 com que o Executivo se comprometeu em Bruxelas e a oposição não foi ouvida nem achada!

Já o dissemos — e isto é já apresentar alternativas —, a convergência nominal poderia, e poderá, ser mais gradualista. Esta é, contudo, uma questão que teria de ser discutida com seriedade e, sobretudo, tempestivamente.

Não aceitamos, portanto, co-responsabilização na sequência de factos consumados.

A orgia fiscal do Governo não era inevitável. O brutal crescimento da tributação indirecta poderia ser atenuado com correcções no imposto sobre o rendimento do trabalho, sobretudo nos escalões mais baixos. As expectativas criadas começam a suceder as desilusões.

Marcamos encontro para breve.

Apetece-me dizer que com esta política fiscal os eleitores do PSD e os Portugueses, em geral, correm o risco de ver um ministro à distância, ou seja, «Braga por um canudo».

Aplausos do PS.

O Sr. Mário Maciel (PSD): — Isso é que é linguagem decente?!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, encontram-se inscritos, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados Rui Rio e Manuel Queiró. Apesar de o Sr. Deputado Manuel dos Santos não dispor de tempo, a Mesa, por ser a última intervenção, cede para a resposta aos dois pedidos de esclarecimentos o tempo regimental correspondente a apenas um.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rio.

O Sr. Rui Rio (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Manuel dos Santos, há aqui uma contradição que, real-

mente, não entendo: diz, por um lado, que o Governo é impopular, que sobe os impostos e que prejudica o povo e, por outro, que o faz no sentido de, prejudicando um eventual resultado nas eleições autárquicas, ganhar as legislativas. Realmente não entendo o juízo de valor que V. Ex.^a faz sobre o povo português.

Então, o Governo ataca o povo, aumenta os impostos para depois com isso ganhar as eleições?! Se isso fosse verdade, Sr. Deputado, não seria assim que o Governo conseguiria ganhar as eleições, nem é assim que as tem ganho.

Aplausos do PSD.

O povo português, quanto a nós, vota conscientemente e nunca vota nos que o prejudicam.

V. Ex.^a disse que Portugal estava à espera dos fundos da CEE para se desenvolver. Sr. Deputado, devo dizer-lhe que os fundos da CEE ajudam, como é óbvio, o desenvolvimento do País e que a bancada do Partido Social-Democrata apoia integralmente o Governo no que toca à obtenção dos fundos comunitários. O que o Sr. Deputado queria era que o Governo não os conseguisse obter, para poder atacá-lo exactamente por isso.

Protestos do PS.

Portanto, estamos obviamente de acordo com a obtenção desses fundos.

Aplausos do PSD.

O Sr. António José Seguro (PS): — Vocês não aprendem com as explicações do Sr. Ministro. Ao menos, podiam pedir-lhe os livros!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Queiró.

O Sr. Manuel Queiró (CDS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Manuel dos Santos, ainda há pouco o Sr. Ministro das Obras Públicas, o Sr. Ministro Fontes Ferreira do Amaral....

Risos do PS.

... quando fazia aqui uma exaustiva enumeração de todas as promessas sobre obras públicas a construir, nomeadamente ao nível dos transportes e comunicações, enunciou um princípio que me pareceu inteiramente correcto: não se pode ser simultaneamente socialista na despesa e liberal na receita. Penso que o Sr. Ministro pretendia, simultaneamente, atacar a posição do Partido Socialista neste debate e defender a do seu partido e a do seu Governo.

Em minha opinião, o Sr. Ministro foi bem sucedido nas duas tarefas, ou melhor, tinha razão nesses dois objectivos.

O Partido Socialista denuncia o aumento dos impostos e o Governo foi efectivamente coerente, uma vez que foi socialista no aumento da receita e no aumento da despesa. E a questão que quero colocar-lhe prende-se justamente com isto.

O Sr. Deputado diz que o seu partido cumpre a sua função de oposição, quatro meses após as eleições, ao denunciar aqui o incumprimento de uma promessa do partido que as ganhou. Pergunto ao Sr. Deputado e ao Partido Socialista se essa é a única razão por que o Partido Socialista critica o aumento das receitas e se o Partido

Socialista aceita a argumentação, já hoje expedita, em Plenário, pelo Sr. Deputado Álvaro Barreto, de que as despesas são incompressíveis, umas, porque são necessárias para viabilizar o aproveitamento dos fundos estruturais, e, outras, porque são despesas de funcionamento demasiado rígidas, que não se podem pôr em causa. Se o seu partido aceita esta argumentação e se quer, simultaneamente, com certeza, diminuir o défice público, em iguais circunstâncias comportar-se-ia também como um partido socialista e aumentaria os impostos? Ou, de outra forma, seria não só liberal nas receitas mas também nas despesas e comportaria o modelo da diminuição das despesas para que os Portugueses, sem aumento da carga fiscal ou com o seu aumento, pouco interessaria, não tivessem de transferir dos seus rendimentos e dos seus recursos, para o Estado, 6 contos/mês por pessoa?

Mas cada um, em sua casa, fará as contas e verificará quanto dá!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel dos Santos, que dispõe de três minutos.

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — Sr. Presidente, agradeço a V. Ex.^º e à Mesa, bem como à Câmara, a compreensão que têm para comigo e para com o Partido Socialista ao atribuírem-me esse tempo, que, aliás, é manifestamente suficiente, porque, com toda a franqueza — e, obviamente, o desfeito é meu! —, não encontrei grandes questões nas perguntas que me foram colocadas, sobretudo na intervenção exaltada, no bom sentido porque no sentido de exaltação, do Sr. Deputado Rui Rio.

Penso que o Sr. Deputado deveria dirigir a sua intervenção ao Sr. Primeiro-Ministro, pois uma das frases que me atribui é uma citação de uma expressão que terá sido utilizada pelo Sr. Primeiro-Ministro, não sei se enquanto tal se enquanto presidente do seu partido, julgo que num conselho nacional.

Depois daquela cena de ontem, em que ficou comprovado — e acredito no Sr. Primeiro-Ministro, estou a dizer-lhe com toda a sinceridade, acredito que tenha sido uma montagem — que, afinal de contas, o Sr. Primeiro-Ministro não esteve na AIP, no Porto, e, consequentemente, não disse que era impossível baixar este ano as taxas de juro, como um jornal claramente trazia em notícia, o que comprovei aqui através de uma fotocópia, com fotografia e tudo, em que figurava o Sr. Ludgero Marques sentado ao lado do Sr. Primeiro-Ministro, mas, depois disto, também posso acreditar que esta frase da prioridade de ganhar as eleições legislativas, versus autárquicas, que eu atribuí ao Sr. Primeiro-Ministro, e que V. Ex.^º criticou, também não seja verdadeira.

Mas admitindo que o é, V. Ex.^º vai dirigir um próximo conselho nacional, pois julgo que pertence a esse órgão, e dirigirá directamente a sua intervenção — que estará registada — ao Sr. Primeiro-Ministro e ele há-de responder. Estamos de acordo, Sr. Deputado Rui Rio?!

Em relação à questão do Sr. Deputado Manuel Queiró, com toda a franqueza, penso que todos nós gostaríamos que a despesa pública fosse o mais diminuída possível. E quando digo «todos», quero mesmo dizer todos. Estou a olhar aqui para a minha direita, que é capaz de ser da esquerda...

O Sr. Rui Rio (PSD): — Tem de olhar para a sua esquerda!

O Orador: — ... e estou a olhar para a minha esquerda que, por acaso, é a direita.

Risos do PSD.

Não porque tenhamos o vosso conceito de que ao sector público se opõe o sector produtivo, que é uma expressão que os senhores utilizam ao dizerem «sector produtivo e sector público», o que dá a impressão de que o sector público tem de, necessariamente, não ser produtivo, o que não é verdade.

Protestos do CDS.

Há certos sectores de certas ideologias que utilizam este tipo de designação. Não serão VV. Ex.^º — registei-o agora —, mas são outros.

Portanto, nós não pensamos assim. No entanto, concordo que se a despesa pública puder ser diminuída, deve ser.

Mas, agora, coloco-me na posição do Governo, porque se eles me colocassem o problema a mim eu também me defenderia dizendo: «Digam lá onde é que se corta.» Nem nós, nem os senhores, temos condições para podermos dizer, com consciência e correctamente, onde é que se deve cortar. Não temos condições de o dizer. E o que é um facto é que o nível da despesa pública, sendo efectivamente muito elevado em Portugal, não produz, ao nível dos serviços essenciais para a comunidade — e aqui talvez existam algumas divergências entre VV. Ex.^º e nós —, as eficiências adequadas.

Temos uma má «Justiça», não é verdade, Sr. Ministro? Temos uma má «Saúde». Temos uma má «Educação» — não somos mal educados, temos é uma má «Educação» e agora até vamos precisar de pagar propinas, ao que parece! Aliás, estou até preocupado com isso, pois tenho duas filhas em idade universitária e o meu orçamento vai ainda ser mais penalizado do que já o foi pelo Sr. Ministro Braga de Macedo!

Vozes do PS: — O Sr. Ministro da Educação não fala!

O Orador: — Ah, o Sr. Ministro não fala! Ele há-de falar um dia destes e nós iremos ouvir o que ele pensa.

Por consequência, essa não é a questão. O que é grave, Sr. Deputado, é que nós temos, efectivamente, uma elevada despesa pública e continuamos a ter uma baixíssima eficiência pública. E sabe porquê? Por causa dos gestores que estão colocados em certos sítios e de quem talvez fosse bom ver qual é a «cor».

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, esgotada a ordem de trabalhos de hoje, informo que a próxima sessão se realiza amanhã, dia 13, não às 15 horas, como estava programado, mas às 15 horas e 30 minutos, para encerrarmos o debate e votarmos, na generalidade, as duas propostas de lei que foram discutidas conjuntamente, bem como para realizarmos outras votações que, como sabem, estão pendentes.

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 18 horas e 42 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Adriano da Silva Pinto.
António Barradas Leitão.
António José da Motta Veiga.
António Paulo Coelho.
Carlos Almeida Figueiredo.
Carlos de Almeida Coelho.
Carlos Lélis.
Dinah Serrão Alhandra.
Eduardo Pereira da Silva.
Fernando Gomes Pereira.
Fernando José da Costa.
Jaime Gomes Mil-Homens.
João Alberto Granja Silva.
João Álvaro Poças Santos.
João de Oliveira Martins.
José Alberto Puig Costa.
José Ângelo Correia.
José António Peixoto Lima.
José Pereira Lopes.
Leonardo Ribeiro de Almeida.
Luís Carlos David Nobre.
Luís Manuel Costa Geraldes.
Manuel Costa Andrade.
Maria Conceição Rodrigues.
Maria Leonor Beleza.
Melchior Pereira Morcira.
Miguel Fernando Relvas.
Pedro Augusto Cunha Pinto.
Pedro Manuel Cruz Roseta.
Pedro Manuel Passos Coelho.

Partido Socialista (PS):

Alberto de Sousa Martins.
Alberto Manuel Avelino.
António José Martins Seguro.

António Ribeiro Campos.

Armando Martins Vara.
Edite Marreiros Estrela.
Eduardo Ribeiro Percira.
Gustavo Rodrigues Pimenta.
José Apolinário Portada.
José Eduardo Cruz Jardim.
José Manuel Magalhães.
José Sócrates de Sousa.
Raúl Pimenta Rêgo.

Partido Comunista Português (PCP):

António Gaião Rodrigues.
Carlos Gomes Carvalhas.
João Gonçalves do Amaral.
Maria de Lourdes Hespanhol.
Maria Odete dos Santos.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Morcira.
José Luís Nogueira de Brito.
Narana Sinai Coissoró.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Alberto Cerquera Oliveira.
António Maria Pereira.

Partido Socialista (PS):

António Crisóstomo Teixeira.
Carlos Manuel Costa Candal.
Luís Filipe Madeira.
Manuel Alegre Melo Duarte.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA.

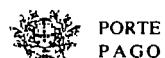


Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não trагam apostila a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



1 — Preço de página para venda avulso, 6\$; preço por linha de anúncio, 178\$.

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 300\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do *Diário da República* e do *Diário da Assembleia da República*, deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex.